



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**LEIRIANE DE ARAÚJO SILVA**

**AS MÚLTIPLAS FACES DA POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA  
POBREZA NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CEARÁ.**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEIRIANE DE ARAÚJO SILVA

**AS MÚLTIPLAS FACES DA POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA  
POBREZA NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CEARÁ.**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade .

FORTALEZA-CEARÁ

2009

S586m

Silva, Leiriane de Araújo

As múltiplas faces da pobreza: uma análise sobre as formas de manifestação e enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú-ceará/Leiriane de Araújo Silva. \_\_Fortaleza, 2009.

141p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dra.Francisca Rejane Bezerra de Andrade.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Pública e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Pobreza. 2. Sobrevivência – Alternativas. 3. Trabalho. 4. Políticas Sociais.I.Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados

CDD: 362

LEIRIANE DE ARAÚJO SILVA

**AS MÚLTIPLAS FACES DA POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA  
POBREZA NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CEARÁ.**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Francisca Rejane Bezerra Andrade  
Orientadora

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Zelma de Araújo Madeira Cantuário  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

---

Professor Dr. Hermano Machado Ferreira Lima  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho embora seja de autoria individual é resultado da influência de várias pessoas que ao longo dos anos acompanharam o meu amadurecimento pessoal, profissional e intelectual, então vamos conhecer algumas delas.

Antes de tudo, agradeço a Deus. Em seguida a todo brasileiro que, através dos tributos recolhido, financiaram juntamente com o “trabalho” de meus pais, a minha escolarização, gratuita e de qualidade. Assim como os interlocutores dessa pesquisa que dividiram comigo suas experiências.

Aos meus amados pais que nunca mediram esforços para me assegurar uma educação de qualidade (o que não foi fácil), mostrando-me que existe felicidade nas coisas simples da vida.

Ao meu amado esposo, Antonio Carlos, pelo companherismo construídos ao longo dos anos, principalmente pelo suporte afetivo dedicado a nossa família, principalmente em minhas ausências maternais. Obrigado por me mostrar que é possível construir o nós.

Ao meu lindo menino Carlos Vinicius, que me faz vivenciar todos os dias a infância que não tive, me ensinando muito sobre a maternidade e o amor incondicional.

Aos meus irmãos Liliane e Leilson que não entendem “por que não paro de estudar”.

À Clara, Paulo e Lara que se tornaram também uma família, com quem conto com a ajuda na criação de Carlos Vinicius.

À turma de Serviço Social de 1994.2 do curso de Serviço Social, em especial, Alexsandra, Beth, Káthia, Karla, Eliane, Sara, Keila cuja amizade se entende até os dias de hoje para uma segunda geração através de nossos filhos.

À minha orientadora que mesmo não entendendo acatou todas as minhas escolhas durante esses anos.

Aos membros da banca Professor Hermano que foi de extrema importância no meu retorno ao mestrado para finalização dessa dissertação. E a Zelma Madeira sinônimo de amizade verdadeira. Minha referência pessoal e profissional.

As minhas amigas Keyla, Mary Anne, Lúcia Monica e Ruth incentivadoras e colaboradoras incondicionais na finalização desse trabalho. Pessoas que tenho para conversar, dividir alegrias e tristezas.

À Minha Grande amiga Elenilce e minha avó Maria, in memoriam, que de alguma forma estão presentes, mesmo na ausência.

À Auriela (Lela), Edlania e Karina pela ajuda na coleta de dados e na transcrição das entrevistas.

À Dona Fátima que sempre me fortaleceu com seu carinho maternal e com seu bom dia! Seguido de um café quentinho todas as manhãs nos últimos quatro anos.

À Valney Rocha pela leitura cuidadosa de meus escritos, fazendo a revisão de minha Dissertação. Minha colega de Mestrado, cujo reencontro significou muito para mim.

Com o medo de incorrer em alguma injustiça não mencionando alguém prefiro não destacar nomes de colegas de trabalho que me incentivaram e motivaram durante ao longo período de desenvolvimento desse trabalho, pois quem vê estas breves palavras saberá se reconhecer nelas. Assim agradeço a todos os trabalhadores da assistência que dividem comigo “a dor e a delícia” de gerir e operacionalizar a Política de Assistência Social em Maracanaú.

Por fim, mas não sem importância agradeço a equipe da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GESUAS, pela dedicação, amizade, companherismo. Uma equipe de trabalho que me orgulha muito, porque não nos dividirmos, mais somamos conhecimentos e aprendizagens.

## **INDICE DE SIGLAS**

**ADL** – Área de Desenvolvimento Local

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**CADÚNICO** – Cadastro Único

**COELCE** – Companhia Energética do Ceará

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**GESUAS** - Gestão do Sistema Único de Assistência Social

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**PAIF** – Programa Integral de Atenção a Família

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMF** – Prefeitura Municipal de Fortaleza

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

**SIBEC** – Sistema de Gestão de Benefícios

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UECE** – Universidade Estadual do Ceará

*A esperança não é um estado social, o do bem-estar, do consumo, e até dos privilégios de que já desfrutam minorias afluentes. A esperança só o é como possível, o que pode ser, o que ainda não o é mas esta anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico – pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que crêem isentos de limites de compreensão. (Martins, 2002:12).*

## RESUMO

A presente pesquisa trata da discussão sobre a pobreza e suas formas de manifestações e enfrentamento no Município de Maracanaú-CE. Tem como objetivo analisar a pobreza sob a ótica das famílias inscritas no Cadastro Único e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família. Quanto à metodologia, tem natureza qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, e instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada gravada e observação simples. Para análise do objeto estudado, as categorias analíticas utilizadas no processo investigativo e na análise foram: pobreza, trabalho e política social. Como principais resultados a pesquisa identificou que os indivíduos vêm organizando sua sobrevivência através de diversas alternativas, que para um melhor entendimento foram agrupadas em três dimensões, quais sejam o trabalho informal, a ajuda e programas sociais. A pesquisa realizada apontou para a vulnerabilidade das famílias pesquisadas, vivendo no limite da sobrevivência, utilizando-se de várias formas de trabalhos precários e alternativas para conseguirem o mínimo necessário para a sua reprodução social e manutenção da própria vida, recorrendo a dimensão do trabalho como forma de se sentir incluído individualmente e socialmente na sociedade. Outro dado importante é a concepção de pobreza dos mesmos colocando como uma questão individualizada, quando não, atribuindo a vontade divina a não satisfação de suas necessidades humanas básicas.

**Palavras-chave:** pobreza, alternativas de sobrevivência, trabalho, políticas sociais.

## **ABSTRACT**

The present research deals with the discussion about poverty and its ways of manifestations and confrontation in the city of Maracanaú, Ce. It has as an objective to analyze the poverty under the aspects of the families registered in the Cadastro Único Program and/or beneficiaries of the Bolsa Familia Program. As for the methodology, it is of a qualitative nature, performed through the bibliographic documental and field research, having as a data collecting tool the semi-structured recorded interview and simple observation. For the analysis of the studied object, the analytical categories used in the investigative process and in the analysis were poverty, work, and social policies. As the main results the research noticed that the individuals have been organizing their survival through several alternatives, which, for a better service, were divided into three dimensions comprising the informal work, the assistance and the social programs. The performed research showed the vulnerability of the researched families, living in the limit of survival, using several different ways of precarious alternative types of work in order to get the minimum necessary for their social reproduction and maintenance of their own lives, recurring to the dimension of having a job as a way to feel included individually and socially in the society. Another important datum is their own conception of poverty, always placing it as an individualized matter. Other times, they attribute their condition of the nonsatisfaction of their basic human necessities to a divine will.

**Key Words:** poverty, alternatives of survival, work, social policies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	11
<b>2 DA ABSTRAÇÃO DO PENSAMENTO À REALIDADE CONCRETA: O PERCURSO... METODOLOGICO DA PESQUISA</b>	16
2.1 A Construção do Objeto de Estudo.....	16
2.2 Nas Trilhas Metodológicas da Pesquisa.....	23
2.3 O Campo Empírico da Pesquisa: A Terra das Maracanãs.....	30
2.3.1 Caracterização do Município de Maracanaú.....	31
2.3.2 O Perfil da pobreza em Maracanaú: uma análise a partir do Cadastro Único para Programas Sociais.....	35
2.4. O perfil biográfico dos interlocutores da pesquisa.....	40
<b>3 POBREZA, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL: CATEGORIAS ANALÍTICAS CENTRAIS A COMPREENSÃO DO FENÔMENO ESTUDADO.</b>	47
3.1 Pobreza: uma multiplicidade de conceitos construídos nos marcos da história do capitalismo.....	47
3.1.1 Pobreza contemporânea: nova pobreza, desfiliação ou exclusão social?.....	55
3.2 Contextualizando os Significados do Trabalho na Sociedade .....	63
3.2.1 A organização do mercado de trabalho brasileiro.....	76
3.3 O Sistema de Proteção Social Brasileiro.....	80
3.4 O Trabalho e a Proteção Social no Contexto do Novo Mundo do Trabalho.....	86
<b>4 DESVENDANDO AS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES E ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ.</b>	96
4.1 As manifestações da pobreza no município de Maracanaú.....	95
4.2 Desvendando as formas de enfrentamento da pobreza através das alternativas de sobrevivências acionadas pelas famílias pobres do Município de Maracanaú.....	106
4.2.1 Trabalho Informal: o avesso do avesso.....	107
4.2.2 Ajuda como alternativa de sobrevivência .....	115
4.2.3 Inserção nos Programas de transferência de Renda.....	119
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	126
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	132
<b>ANEXOS.....</b>	141

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive um profundo desencanto: as promessas postas pela modernidade, de igualdade, fraternidade, liberdade, diluíram-se com a consolidação do modo de acumulação que produz muito e que possui um suporte tecnológico nunca antes experimentado pela humanidade. Entretanto, esse crescimento industrial e econômico não beneficia a todos, quebrando a promessa de felicidade da sociedade moderna.

O problema da sociedade atual não é mais de escassez, mas de socialização da riqueza produzida. Os problemas das sociedades anteriores, no que concerne à produção de bens, parecem ter sido resolvidos pela industrialização. Entretanto, a questão da desigualdade e da pobreza continuou a ser um problema que a modernidade não conseguiu resolver, embora tenha se proposto.

A era moderna, como já dizia Hannah Arendt (2000), em *A Condição Humana*, trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, resultando na efetiva transformação de toda sociedade em trabalhadores. O cenário contemporâneo acarreta sérios problemas por vivermos em um tempo em que as pessoas não estão somente destituídas dos meios de produção, mais do próprio trabalho; não só dos frutos da riqueza, mais da sua própria produção.

Adentramos na contemporaneidade com esse desafio, e dado o acirramento das problemáticas sociais, o sistema capitalista produziu diferentes formas de enfrentá-las – passando pelo fordismo, toyotismo até a acumulação flexível-, seja buscando suporte do Estado ou no apelo à sociedade civil. A partir da década de 1970, profundas alterações são operadas pela acumulação capitalista: no econômico, modifica-se a forma do capital se organizar, acarretando mudanças tanto na organização do trabalho, como na esfera da produção; no político, o papel do Estado é questionado em sua capacidade de intervir e promover o bem-estar social; no ideológico tem-se a degradação da utopia socialista com a queda do muro de Berlim; e no ético, ocorre a hegemonia do individualismo e do consumismo.

Nesse quadro histórico-social de crise e restauração capitalista que possui como conseqüências visíveis o desemprego e o aumento significativo da pobreza, acentuam-se as particularidades do capitalismo brasileiro, com uma elite nacional extremamente reacionária a uma reforma de base que socialize os frutos do desenvolvimento e de um Estado cujas respostas políticas reproduzem ainda mais as desigualdades sociais.

Desta forma, o presente trabalho discutiu pobreza e suas formas de manifestação e enfrentamento no município de Maracanaú, sob a ótica das famílias pobres inscritas no Cadastro Único e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família, visando apreender o significado que a pobreza tem para as pessoas, identificando como essas famílias vêm enfrentando no cotidiano essa situação de pobreza.

Nossa intenção foi perceber como a sociedade da promessa da integração baseada no princípio do contrato e da igualdade, vem se configurando como uma sociedade da incerteza, do descartável, do banalizado, em que as pessoas não conseguem mais se inserir nos processos tanto de produção como de reprodução das relações sociais. Parafraseando Martins (2002), as pessoas são instrumentalizadas no processo de produção de riqueza, como se fossem matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não sujeito, inseridas em um modelo de desenvolvimento que leva extremos de progresso tecnológico e bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalidade social para setores majoritários da população.

Para uma aproximação com o objetivo proposto, a pesquisa trilhou um caminho de articulação entre teoria e empiria, uma práxis envolvida em questionamentos e indagações, procurando os nexos no movimento contraditório da realidade, entendendo que o conhecimento da razão só chega após o aparecimento dos fatos, para que possamos problematizá-los, conhecê-los e intervir. Caracterizamos assim o ato de pesquisar como caminho para a identificação das mediações históricas necessárias a superação da defasagem entre o discurso genérico e os fenômenos singulares presentes na realidade.

Como diz Lukács, todas as atividades sociais e individuais exigem escolhas e decisões: “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (1978, p. 6). Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida caracterizou-se como de cunho quanti-qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados: entrevista semi-estruturada gravada e observação simples, articuladas às categorias pobreza, trabalho e proteção social, utilizadas no processo investigativo e na análise dos dados da pesquisa.

Partimos do pressuposto de que o que as famílias entrevistadas conseguem realizar e ser na vida, enquanto sujeitos históricos, é influenciado por oportunidades econômicas e sociais, liberdades políticas, segurança protetora e por condições habilitadoras como saúde, educação, habitação, assistência social, não esquecendo da dimensão cultural e simbólica.

Dessa forma, estruturamos o trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado: da abstração do pensamento à realidade concreta: o percurso metodológico da pesquisa é dedicado a tecer considerações sobre a construção do objeto de estudo, os procedimentos metodológicos e as categorias que serão utilizadas para a análise, bem como, os principais autores utilizados, a fim de situar a discussão que se desenvolveu sobre a temática, articulando os processos sociais de seu desenvolvimento na sociedade brasileira - acrescido do campo empírico da pesquisa e o perfil biográfico dos entrevistados.

O segundo capítulo intitulado - pobreza, trabalho e política social: categorias analíticas centrais a compreensão do fenômeno estudado, pautou-se nas reflexões sobre a pobreza no contexto do capitalismo e das mutações que vêm sofrendo em escala mundial e nacional, desvendando as situações de precariedade, vulnerabilidade e ruptura, estando imerso um contingente significativo da população brasileira. Abordamos, ainda, as metamorfoses da sociedade do trabalho e da proteção social nos anos 1990, buscando entender o papel do trabalho em

diferentes períodos históricos e contextos sociais até culminar na estruturação de uma sociedade salarial moderna que entra em crise nos anos 1970. Logo, a crise fomenta implicações nas dimensões do trabalho e da proteção social. Daí utilizarmos do entendimento sobre a organização de trabalho e da proteção social na sociedade, inserido-as no contexto do novo mundo do trabalho.

No terceiro capítulo intitulado – desvendando as formas de manifestação e enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú, apresentamos as manifestações e as formas de enfrentamento da pobreza no município de Maracanaú a partir da fala dos atores sociais, mediados pelas discussões sobre pobreza, trabalho informal, ajuda e inserção em programas de transferência de renda.

Por último, apresentamos as conclusões da pesquisa, enquanto síntese da compreensão de todos os elementos que envolvem o objeto em questão, entendendo as suas limitações, uma vez que a atividade da pesquisa social consiste numa aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota e fazendo uma combinação particular entre teoria e dado empírico, a fim de interpretar e evidenciar os aspectos mais relevantes do objeto estudado.

Ressaltamos que a presente pesquisa não consiste em produção de conteúdos prontos e acabados, assim como a sua finalização também não será, pois o conhecimento sempre é aproximado e construído... num processo dialético, conduzindo práticas e pensamentos, no eterno mover do real.

## 2 DA ABSTRAÇÃO DO PENSAMENTO À REALIDADE CONCRETA: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.

“o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 1981, p. 43).

### 2.1 A construção do objeto de estudo

Na busca de entender a sociedade em que vivemos e as relações dos indivíduos uma inquietação e algumas indagações sempre estiveram presente: Por que uns têm bem mais do que talvez fosse necessário e outros tão pouco? Como pode uma sociedade conviver com tantas disparidades entre ricos e pobres? Será a construção de uma sociedade justa, assentada em critérios de equidade social, possível? Como um país com amplas possibilidades em termos de geração de riquezas, pode gerar imensos contingentes de pobres? Em uma frase do filme “Os Miseráveis”<sup>1</sup>, um ator coloca que *morrer é quase nada e que o pior é não viver*.

Esses questionamentos motivaram a reflexão e a discussão sobre pobreza e suas formas de manifestação e enfrentamento no município de Maracanaú, sob a ótica das famílias pobres inscritas no Cadastro Único<sup>2</sup> e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família<sup>3</sup>. Com o estudo, visamos apreender o significado que a

---

<sup>1</sup> Filme baseado em obra da literatura universal, homônima, de autoria de Victor Hugo.

<sup>2</sup> O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar famílias em situação de pobreza, a fim de que as mesmas possam ser identificadas e cobertas pelas políticas sociais públicas, constituindo-se assim como um importante instrumento de gestão municipal, estadual e federal. A existência de um único cadastro para os diversos programas consistiu num grande avanço, uma vez que se consegue visualizar quantas famílias estão sendo atendidas pelos programas sociais, bem como, evita a sobreposição de programas para uma mesma família.

<sup>3</sup> O Programa Bolsa Família criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, consiste num programa de transferência condicionada de renda, que visa combater a fome e a pobreza e outras formas de privação através do repasse mensal em dinheiro que varia de 20,00 (vinte reais) até 182,00 (cento e oitenta e dois reais) as famílias beneficiadas associando a uma rede de serviços públicos, em especial saúde, educação e assistência social.

pobreza tem para quem a vive, tentando articulá-la ao sistema que a gera, de maneira a compreender melhor esse fenômeno, a fim de pensar possibilidades de atendimento das necessidades humanas básicas a essa população, com vistas a assegurar direitos sociais.

Vale ressaltar que necessidades humanas para fins desse estudo não se restringem a necessidades naturais: alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, dentre outras. São um complexo correlato e interativo de necessidades que dizem respeito ao ser, ao ter, ao fazer e ao interagir no mundo com proteção, participação, autonomia e liberdade, condições essenciais para que os indivíduos desenvolvam sua existência. Corroborando com o pensamento de Doyal e Gough (1991) apud Pereira (2002), se as carências não forem satisfeitas causam sérios danos ao ser humano, comprometendo sua trajetória de vida. Uma vez que, sem autonomia para agir, os indivíduos não conseguem participação na vida social, portanto, as escolhas sobre o que fazer e como fazer tornam-se escassas e impossibilitam atingir metas e objetivos ao longo da vida.

Diante dessas questões, é necessário ultrapassar as representações aparentes, refletindo sobre uma compreensão real acerca da problemática da sociedade contemporânea, e em especial da brasileira, em que pobreza nas últimas décadas ampliou-se tanto por fatores internos como externos, ligados a forma como a globalização vem se desenvolvendo no mundo. Nessa perspectiva, os problemas sociais adquiriram novas modalidades a partir das mudanças ocorridas na relação capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais. Assim como na debatida exclusão social expressa nos processos de degradação da sociedade salarial, nas relações de gênero, etnia e diversidade cultural.

O resultado é a crise que vem gerando precarização, queda dos salários, aumento do setor informal, subemprego, subcontratação, desemprego e formas atípicas de ocupação. O quadro vem acarretando, conseqüentemente o aumento

---

das desigualdades, fazendo emergir o fenômeno da exclusão social, intimamente relacionado ao desemprego e a uma forma de regulação do Estado sobre as problemáticas sociais.

Partimos do contexto, em as pessoas são secundarizadas na repartição dos benefícios do desenvolvimento econômico, em especial na sociedade brasileira, onde desigualdades, pobreza e exclusões foram historicamente agravadas e acumuladas pelas ações distorcidas do Estado. A pesquisa se baseia no pressuposto de que, expulsos das relações de produção e fora dos limites definidos pelo emprego formal, os indivíduos buscam novas formas de reprodução social por meio de alternativas de sobrevivência, enquanto formas de manutenção e sobrevivência. Ao estarem nessa condição, também estão desprovidos de proteções sociais necessárias ao enfrentamento da pobreza ou estão imersos em proteções advindas do Estado por meio das políticas sociais que se concentram no assistencial/emergencial, pouco impactando na melhoria das condições de vida desse segmento.

Para tanto, ao falarem dessa situação, produzem efeitos de sentidos e significados, expressando a repercussão dessas mudanças na vida cotidiana. As pessoas encontram-se fora da relação de assalariamento moderna, que estabeleceu determinados parâmetros de vinculação social, numa sociedade onde acesso a bens e serviços ainda depende quase que exclusivamente dos rendimentos adquiridos via salário, portanto, a inexistência de uma renda capaz de satisfazer as necessidades humanas compromete qualquer pacto ou contrato social.<sup>4</sup>

Segundo Martins (2002), o capitalismo, ao debitar na conta do trabalhador e dos pobres a redução sem limites dos custos do trabalho aliado a um progresso sem princípios éticos, acaba privatizando ganhos e socializando perdas, crises e problemas sociais.

---

<sup>4</sup> Idéia construída por uma coletividade de que requisitos os seus membros devem atender para que seus interesses sejam reconhecidos como legítimos e considerados pela solidariedade instituída. (BAJOIT, 2003, p. 50)

É importante esclarecer que, embora a pesquisa aponte para uma análise das ausências, pretende-se demonstrar também as presenças, pois os seres humanos não estão acabados em suas misérias. Pois se estes possuem uma série carências, possuem também uma vastidão de potencialidades.

Como não poderia ser diferente, a pesquisa é a materialização de uma trajetória de vida pessoal e profissional. Pessoal, em decorrência da preocupação existente com os rumos da vida humana, com aqueles a quem historicamente vem sendo negado o direito a uma vida digna, baseada em princípios éticos de justiça e equidade social. E profissional por conta da experiência como Assistente Social intervindo em comunidades desde a conclusão do curso de Serviço Social, pela atividade docente na Universidade Estadual do Ceará, com estudos direcionados a temática da pobreza e trabalho, e atualmente no cargo de Coordenadora da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS), setor responsável pela informação, monitoramento, avaliação e Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família na Secretaria de Assistência Social e Cidadania no município de Maracanaú-CE. As experiências contribuíram para o despertar da temática, uma vez que o trabalho cotidiano de operacionalização do Programa em âmbito local é perpassado por inúmeras indagações e conflitos de ordem tanto teórica quanto prática, despertando assim o interesse em travar uma discussão aprofundada e orientada por pressupostos científicos, visando contribuir para elaboração de ações de enfrentamento da pobreza, subsidiadas pelas necessidades reais de quem vivencia essa situação, qualificando assim a intervenção profissional.

Aliada a essa motivação, estão as significativas mudanças em curso na sociedade brasileira atual, em que uma nova relação entre sociedade, Estado e mercado, vem colocando em debate a concentração de riqueza e expansão da miséria. Estamos em um país de regime político democrático, que diz ter nos últimos anos conseguido reduzir os índices de desigualdade e pobreza (com um pacote de programas sociais). Postas na realidade, as estimativas parecem não existir, suscitando a necessidade de discussão dessas questões. O interesse pela temática advém também de um percurso acadêmico iniciado na graduação com o

desenvolvimento de trabalhos, estudo em grupos e participação em pesquisas relacionadas ao tema trabalho e pobreza.

Como toda história, possui um marco. Um acontecimento singular foi a participação na Pesquisa: Tendências Atuais da Família de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco em Fortaleza, desenvolvida pela Universidade Estadual do Ceará, no ano de 1998, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF e o Fundo das Nações Unidas para a Infância -UNICEF. Consistindo a mesma numa diretriz para o desenvolvimento de uma política municipal voltado para as famílias em situações de risco.

Como pesquisadora de campo da referida pesquisa, visitando durante dois meses áreas de risco, visualizamos na prática, o que já vinha sendo estudado. Além de condições extremas de miserabilidade, identificamos diversos problemas de infra-estrutura, falta absoluta de saneamento básico associado a problemas sociais como: fome, analfabetismo, desemprego e um descaso do setor público com essa população, totalmente desprovida de serviços sociais básicos como: educação, moradia, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Entretanto, o aprofundamento mais sistemático ocorreu com a estruturação do projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado *Os desfiliaados sociais*: a representação da exclusão diante da desestruturação do mercado de trabalho. O título da monografia foi submetido ao curso de Serviço Social para a obtenção do grau de bacharel.

A pesquisa citada apontou para as vulnerabilidades das famílias pesquisadas, vivendo no limite da sobrevivência, utilizando-se de várias formas de trabalho para conseguir o mínimo necessário para a sua reprodução social e manutenção da própria vida. Relacionando a dimensão do ter trabalho como forma de se sentir incluído individualmente e socialmente na sociedade. O trabalho é visto como condição para saírem da situação em que vivem, tornando-se um imperativo nas narrativas.

Esses resultados tornaram-se indicativos para novas reflexões sobre a temática, essencialmente, sobre o uso do termo exclusão. O termo suscita várias definições vagas sobre a problemática social, daí a escolha pelo conceito de pobreza, para fins desse estudo, de maneira a compreender melhor esse processo de diferenciação social que imputa, a determinadas pessoas, lugares sociais não participativos, tanto no que se refere a dimensão produtiva, política e simbólica.

Entretanto, a escolha pelo conceito de pobreza se deu com a nova atividade quando a pesquisadora passou a vivenciar o cotidiano de pessoas caracterizadas como pobres, uma vez que assumiu coordenação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda da história brasileira.

No atendimento diário a essas famílias que procuravam informações sobre o programa, foi observando que as mesmas apresentavam situações de insegurança de renda, acolhida, sobrevivência, convívio familiar e comunitário, constituindo o público-alvo da política de Assistência Social.

Embora o público dessa política não seja somente os pobres, não podemos deixar de levar em consideração que em sua grande maioria os indivíduos que procuram a Assistência Social se encontram em alguma situação de privação, seja material, política ou simbólica.

Nessa perspectiva, gerindo e operacionalizando essa política através do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família desde 2005, algumas inquietações e indagações foram emergindo nessa trajetória, principalmente, o fato dessas famílias serem beneficiadas por programas de transferência de renda desde 2001, e ainda em 2005 elas continuavam, com o Programa Bolsa Família<sup>5</sup>. Não se tinha nenhum trabalho efetivo com essas famílias a fim de que as mesmas pudessem deixar esse

---

<sup>5</sup> É importante destacar que o Programa Bolsa Família é o resultado da unificação realizada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de janeiro de 2004 dos programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação,

benefício, ou complementá-lo de alguma forma, uma vez que o recurso financeiro transferido encontra-se longe de satisfazer as necessidades básicas dessas famílias.

Outra pergunta que vinha a tona era: como trabalhar essas famílias pobres, numa perspectiva não mais de controle da pobreza, mais de busca de autonomia dessas, de maneira quebrar com esse círculo intergeracional da pobreza?<sup>6</sup>

Posteriormente, veio se trabalhando mais próximo das famílias em descumprimento de condicionalidades<sup>7</sup> através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS's). Outros desafios e indagações apareceram, por que, mesmo recebendo uma renda, os filhos dessas famílias não estavam frequentando a escola? Por que os cursos profissionalizantes, promovidos pela inclusão produtiva, não despertavam interesse nessas famílias? Por que não se tinha impacto nas ações desenvolvidas com essas famílias? Eram perguntas constantes presentes no cotidiano profissional não só da pesquisadora, mais também das demais Assistentes Sociais.

A partir desse conjunto de indagações, percebeu-se a necessidade de compreender melhor essa pobreza, suas manifestações, como essas famílias se reproduzem, Como se percebem nesse processo? Que vínculos familiares ou comunitários possuem? Que atividades geradoras de renda desenvolvem? Que projetos e expectativas essas famílias formulam ou não formulam para si? São

---

<sup>6</sup> Ciclo intergeracional da pobreza é a transmissão de pobreza entre gerações.

<sup>7</sup> De acordo com Portaria GM/MDS Nº 551, de 09 de novembro de 2005. São condicionalidades do Programa Bolsa Família, de acordo com o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, os arts. 27 e 28 do Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004 e as Portarias Interministeriais MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004 e MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004:

I - Na área de educação, a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal de crianças ou adolescentes de 6 a 15 (seis a quinze) anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculados em estabelecimentos de ensino; e

II - na área de saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes ou crianças menores de 7 anos.

questões levantadas por esta pesquisa, a fim de que possamos, construir enquanto trabalhadores da Assistência Social propostas de ações.

A partir dessa referência, a pergunta que se constitui como fio condutor da investigação realizada foi: como a pobreza se manifesta e é enfrentada pelas famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família de Maracanaú, a partir da identificação de suas condições de vida e trabalho?

Optou-se por realizar a pesquisa de campo com as famílias inscritas no Cadastro Único<sup>8</sup> do município de Maracanaú, tanto pelo contato diário com essas famílias, como pelo acesso ao banco de dados que permitia uma melhor qualidade das informações necessárias a compreensão do objeto em estudo.

Depois de identificado a construção do objeto, faz-se necessário apresentar como a pesquisa foi delineada do ponto de vista teórico-metodológico, a fim de melhor explicitar o caminho trilhado pela pesquisadora para aproximar-se do seu objeto de investigação.

## **2.2 Nas trilhas metodológicas da pesquisa**

O conceito de trilha é entendido nesse trabalho como caminho, trajetória, direção, mas tem também sentido de negatividade como obstáculos, perdas e armadilhas existentes em toda trajetória, não sendo algo linear, positivo, um fato já dado, mas como um campo de infinitas possibilidades, síntese de múltiplas determinações.

---

<sup>8</sup> Criado pela Lei 3.877 de 2001 consiste em um banco de dados, com um sistema único de informações sobre as condições socioeconômicas das famílias com renda mensal per capita de até ½ (meio) salário mínimo.

A metodologia é compreendida como um conjunto de métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa, associados a um referencial teórico, norteador dos procedimentos investigativos, conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona um objeto. Partindo desse entendimento, a pesquisa levará em conta aspectos objetivos e subjetivos, entendendo o primeiro como situações que estão postas na realidade exteriores ao homem, e o segundo como aquelas que dependem da opção e ação humana, da capacidade de construir uma parte da história, no contexto das condições objetivas. Segundo Demo (1995, p.94):

Não se entende por condições subjetivas a supervalorização do homem como ator político, no sentido de que faz a história que quer, decide o que quer, inventa do nada, põe e dispõe a seu talante. O ator político também é condicionado, como qualquer componente da realidade social, de tal sorte que, mesmo tendo a capacidade histórica de consciência reflexa, não inventa sua consciência de qualquer maneira. Assim, o estar dotado de consciência é uma condição objetiva, porque um dado da condição de existência humana na história. A condição subjetiva está aí contextualizada, no sentido preciso de que não inventa a possibilidade de consciência histórica, mas a realiza nos seus conteúdos possíveis.

Em consonância com esta abordagem, a pesquisa, caracterizou-se como de cunho qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo a preocupação de compreender o universo de sentido, significado, representações, valores e comportamentos, respondendo a um espaço ampliado das relações, dos processos e dos fenômenos, não podendo ser reduzido a operacionalização de variáveis (MINAYO: 1994).

Embora a pesquisa seja de cunho qualitativa, acrescentou-se a qualidade das informações, alguns dados quantitativos, compreendendo que ambos não se opõem, ao contrário, complementam-se. Desta forma, a pesquisa bibliográfica buscou dialogar com autores que trabalham a temática e a de campo permitirá captar o significado, o discurso e a representação presente nas narrativas dos sujeitos pesquisados.

Como um dos principais problemas de ordem metodológica pode-se destacar a seleção dos entrevistados uma vez que se tinha na base de dados do Cadastro Único um universo de 36.810 famílias inscritas consideradas em situação de pobreza, ou seja, com renda percapita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sendo desse universo 17.318 consideradas pobres ou extremamente pobres. Que critérios seriam utilizados? Então decidimos priorizar famílias com renda percapita de até R\$ 60,00 pois diminuiria o universo, e ficaríamos com um segmento realmente mais compatível com uma situação de pobreza extrema. Mesmo assim, o universo ainda era significativo e, mesmo a pesquisa sendo de cunho qualitativa, era necessário buscar uma amostra representativa.

Visando resolver essa problemática, buscou-se trabalhar com a definição de amostragem utilizada por Minayo (1994, p.43) em que: “A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade [...] a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”<sup>9</sup>.

Assim, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir dos atendimentos realizados no cadastro único com 80 famílias que atendessem aos seguintes critérios:

- Famílias com renda percapita de até 120,00 (cento e vinte reais);
- As famílias cadastradas e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família que recebessem desde 2004;
- Com composição familiar a partir de acima de 5 (cinco) membros;
- Que residissem em bairros considerados mais vulneráveis ou apresentassem situação de vulnerabilidade.

---

<sup>9</sup> Creemos que a polêmica quantitativo versus qualitativo, objetivo versus subjetivo não pode ser assumida simplesmente como uma opção pessoal do cientista ao abordar a realidade. A questão, ao nosso ver aponta para o problema fundamental que é o próprio caráter específico do objeto do conhecimento: o ser humano e a sociedade. Esse objeto que é o sujeito se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com a sua própria aparência. Desta forma, coloca ao estudioso o dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivando ir em busca, também dos significados de ação humana que constrói a história. É um desafio na busca de caminhos (MINAYO, MA. Cecília de Sousa. O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Cortez, 1994, p. 36).

- Sem vínculos formais de trabalho.
- Que fossem acompanhadas pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS's.

Deste então, a partir do mês de maio de 2008, daqueles atendimentos diários realizados às famílias inscritas no Cadastro Único de Maracanaú pelos CRAS's, foram sendo selecionados os sujeitos entrevistados. Quando identificado alguém de acordo com o perfil, era realizado uma primeira abordagem com perguntas informais sobre as condições de vida, e trabalho das mesmas, e como a maioria se dizia desempregada, de onde retiravam o sustento material necessário a sobrevivência? As respostas mais comuns eram: faço faxina, cuido de alguém, vendo churrasco, cato material reciclável, recebo ajuda de algum familiar, peço ajuda na rua, recebo cesta básica da igreja, tenho um benefício do governo (Benefício de Prestação Continuada –BPC e Bolsa família).

Posteriormente, foram selecionadas 14 famílias das 80 para realização de entrevistas semi-estruturadas gravadas. A escolha ocorreu pela disponibilidade das mesmas, bem como, pelas condições de vida e trabalho relatadas na primeira aproximação. Também foi levado em consideração o vínculo da família com a Política de Assistência Social, sendo priorizada aquelas acompanhadas pelos CRAS's.

As entrevistas foram realizadas nas casas das famílias no período de agosto a outubro de 2008, a fim de que a qualidade das informações não fossem prejudicadas pela vinculação da pesquisadora com a instituição.

Como forma de captar o objeto estudado, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas de coleta de dados: levantamento bibliográfico: pesquisa em livros, revistas, artigos de jornais, matérias televisivas e textos que abordaram a temática; entrevista semi-estruturada gravada: realizada com 14 famílias o que permitiu um aprofundamento da temática da pobreza, das condições de vida e trabalho das mesmas e observação simples, através do contato com essas famílias,

articulado ao trabalho enquanto Assistente Social da Política de Assistência Social no município, direcionando o olhar para a representação individual na vida social, percebendo no interior das falas, do comportamento, e do modo de vida a realidade social e coletiva.

Desta forma, para investigar tal problemática social, torna-se válido buscar trabalhar “as redes de relações e significados que incidem sobre o objeto em questão, tendo como ponto de partida a história social dos problemas, dos objetos e dos conceitos, como condição para escapar das armadilhas dos objetos pré-construídos” (BOURDIEU, 1989, p. 36).

Para desvendar o objeto de estudo ora apresentado, as categorias analíticas utilizadas no processo investigativo e na análise foram: Trabalho, Pobreza e Política Social. Compreendê-las requer situá-las num processo histórico, uma forma de fio condutor que lhes conferem sentido e significado na contemporaneidade, o capitalismo e as mudanças que vem sofrendo, em escala mundial, tanto no nível de estrutura produtiva, quanto no universo de seus ideários e valores, entendido como um sistema que mercantiliza as relações de trabalho e as relações entre as pessoas.

Esse cenário é o pano de fundo para buscar entender como essas categorias se materializam na realidade. A categoria trabalho assumiu historicamente diversos significados desde as sociedades antigas até a moderna, sendo o tema de discussão de alguns filósofos e cientistas sociais tais como: Friedman & Naville (1973); Casey (1995); Weber (2002); Marx (1983); Arendt (2000); Offe (1989); Gorz (1995), Antunes (1997), Frigotto (1995) e Mattoso (1995). Esses buscaram compreender como o trabalho é organizado e distribuído na sociedade, o processo histórico que culminou na formação de uma sociedade que passou a atribuir sentido e significado ao trabalho, convertido em fonte de dignidade e utilidade social, bem como as transformações em curso atualmente.

Em seguida partimos do entendimento de que a pobreza não possui somente uma dimensão material (econômica) e política, mais também simbólica (perda de laços de pertencimento, sentimento de abandono, segregação, falta de perspectiva e autonomia). Na tentativa de romper com as percepções redutoras da pobreza associada a insuficiência de renda, buscar-se-á uma leitura complexa em consonância com a realidade da pobreza e de como esta é vivida pelos que estão inseridos nessa condição. Para isso, utilizaremos os seguintes autores: Sônia Rocha (2006), Amarthia Sen (2000); Martins (2002); Paugam (2003).

Dessa forma, o que está posto é “o grau de compreensão que uma pessoa tem de si mesma, de sua cultura [...] a capacidade psicológica que a pessoa tem de formular opções para si mesma; e as oportunidades objetivas que lhe permitam atuar” (GOYAL e GOUGH, apud PEREIRA, 2000, p. 71). Buscar-se-á também as contribuições de Amartya Sen (2000), que em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, coloca a importância da liberdade e da garantia de oportunidades sociais como condições necessárias para que os sujeitos se desenvolvam plenamente, podendo usufruir de uma existência rica, não apenas do ponto de vista material, mas também do desenvolvimento de suas capacidades.

Para tanto, as políticas sociais não devem ser compreendidas apenas como instrumento para suprir necessidades mínimas em caso de deficiências, mais um dever que exige a criação de um sistema de proteção social público, que combata a pobreza compreendendo-a como um produto do funcionamento do sistema, cujo quadro só poderá ser mudado se a sociedade se voltar para a satisfação das necessidades humanas dos indivíduos. Não se trata de entender políticas sociais subordinadas aos ajustes econômicos e as regras de mercado, como historicamente foi concebida na sociedade brasileira, acarretando um alto grau de seletividade e focalização nos mais pobres dentro os pobres, abrindo mais espaço para ação humanitária e/ou solidária da sociedade, do que o seu provimento por parte do Estado. Para esta análise utilizaremos autores como: Yasbek (2004); Draibe (1990); Pierre Rosanvallon (1998); Pereira (2000); Sposati (1997) e Laurel (1995).

Tais categorias apresentam-se como eixos norteadores da pesquisa, a fim de iluminar as análises a serem desenvolvidas no desenrolar da mesma, enquanto elos de ligação necessários a articulação entre teoria e empiria.

Desta forma, a análise das informações serão agrupadas em dois eixos, pois a pobreza, entendida como processo de vulnerabilidade, fragilidade, precariedade e ruptura, será apreendida a partir de duas dimensões: o trabalho (econômico-ocupacional) e as condições de vida (político-social).

Para a análise e interpretação dos dados foram traçados os seguintes passos:

- 1) Ordenação dos dados: organizar os dados a partir do conjunto do material existente – entrevistas, observações e literatura existente, visando fornecer uma visão geral das descobertas no campo. Essa fase envolve: a) transcrição das fitas-cassetes; b) releitura do material; c) organização dos relatos por ordem de classificação; d) organização dos dados de observação na mesma ordem da classificação;

- 2) Classificação dos dados: momento de construir as mediações entre as questões teoricamente elaboradas com as empiricamente coletadas compostas das seguintes etapas: a) leitura exaustiva e repetida dos textos, estabelecendo uma relação interrogativa com eles, possibilitando a apreensão das estruturas de relevância dos atores sociais, das idéias centrais que tentam transmitir e os momentos-chave de sua existência sobre o tema em foco. Esse momento também consiste no estabelecimento de categorias empíricas, articulando-as as categorias teóricas; b) agrupar as informações em categoria centrais (MINAYO, 1996, p. 235-236);

- 3) Análise Final: fase conclusiva de interpretação, que além de superar a dicotomia objetividade *versus* subjetividade, exterioridade *versus* interioridade, análise e síntese, revelará que o produto da pesquisa é o

momento da práxis do pesquisador, ou seja, a unidade indissolúvel entre teoria e prática.

Essas etapas apresentaram-se como o caminho do conhecimento estabelecendo a relação entre o geral e o particular, a teoria e a prática. Descrito os caminhos metodológicos, abordaremos o espaço empírico da pesquisa.

### **2.3 O campo empírico da pesquisa: a terra das Maracanãs**

Nesse item pretende-se situar as principais especificidades do município de Maracanaú, procurando mostrar alguns características e indicadores que configuram a realidade socioeconômica do mesmo, apresentando suas principais vulnerabilidades e riscos sociais, conjugando, assim, suas contradições, belezas e mazelas, a partir da abordagem de dois estudos: 1- O Diagnóstico Social do Município de Maracanaú: mapeamento preliminar das vulnerabilidades e riscos sociais, elaborado pela UECE (2005); 2- Base de dados do Cadastro Único de Maracanaú de dezembro de 2008.

Como o objetivo não é apresentar o diagnóstico de Maracanaú, mas situá-lo na dinâmica de vida das cidades contemporâneas, a fim de demonstrar como sua população vivencia as desigualdades e disparidades em meio as contradições do sistema econômico e político, pautado nos processos excludentes da globalização em curso atualmente, se buscou trabalhar com alguns indicadores que melhor se adequam ao estudo realizado.

Nos tópicos a seguir são descritos as características do espaço e da população de Maracanaú-Ceará, a partir das seguintes dimensões: Caracterização do Município com dados socioeconômico, gerais e o perfil da pobreza a partir da análise do Cadastro Único para Programas Sociais.

### 2.3.1 Caracterização do Município de Maracanaú

O município de Maracanaú possui uma população de 197.301 habitantes, sendo a terceira maior população da Região Metropolitana de Fortaleza<sup>10</sup> ficando atrás somente de Fortaleza e Caucaia. A maioria da população se concentra na área urbana, tendo uma taxa de urbanização de 99,69. A tabela abaixo demonstra o crescimento do município nos últimos anos.

**Tabela 1**

População de Maracanaú de 1991 a 2007

Anos	1991	1996	2001	2007
População	157.151	159.532	179.732	197.301

Fonte: IBGE (2007)

O município encontra-se internamente dividido em dois distritos: o de Maracanaú que abrange a maioria do seu território e o Distrito de Pajuçara. Sendo ainda subdividido administrativamente, para efeito de planejamento urbano, em 06 territórios denominados de Áreas de Desenvolvimento Local (ADL's)<sup>11</sup>, que agrupam diversos bairros e localidades, como demonstra a tabela seguinte:

<sup>10</sup> Formada por mais de nove municípios quais sejam: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maranguape, Pacajus e Pacatuba.

<sup>11</sup> Subdivisão baseada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Nº 557 de 26 de maio de 1997).

**Tabela 2**  
Distribuição dos Bairros por ADL

ADL	Bairros
01	Alto da Mangueira, Bela Vista, Boa Vista, Centro, Colônia Antonio Justa, Coqueiral, Escola de Menores, Horto, Jenipapeiro, Novo Maracanaú, Olho D'água, Picada, Piratininga, Residencial Maracanaú, Santo Antonio do Pitaguari, Vida Nova.
02	Jereissati I e II, Timbó
03	Alto da Bonanza, Boa Esperança, Jardim Bandeirante, Jardim Paraiso, Menino Jesus de Praga, Novo Mondubim I, Pajuçara, Parque Progresso.
04	Alto Alegre II, Conjunto Industrial, Esplanada do Mondubim, Parque Novo Mondubim II, Planalto Cidade Nova.
05	Novo Oriente, Acaracuzinho, Alto Alegre, Jardim Maravilha, Santo Sátiro, Vila Buriti.
06	Cágado, Jaçanaú, Jardim Jatobá, Mucunã, Parque Jari, Parque Luzardo Viana, Parque Nazaré, Parque Santa Maria, Parque São João, Parque Tijuca, Pau Serrado, Siqueira.

**Fonte: Secretaria de Planejamento de Maracanaú, 2005.**

O Município passou da condição de pequena vila, com povoamento escasso e de agricultura de subsistência, à posição de maior Distrito Industrial do Ceará, atualmente com cerca de 135 indústrias, numa área de 1.100 hectares, com um crescimento urbano acelerado e desordenado, ocupando a posição estratégica de segunda maior arrecadação do ICMS no Estado (15%), correspondendo a R\$ 36,7 milhões no 1º semestre de 2005.

De acordo com historiadores locais, o nome da cidade é de origem indígena em tupi, significa a lagoa onde bebem as maracanãs, este “surgiu em virtude do grande número de maracanãs que voavam ao longo de suas belas lagoas. E era tão grande a quantidade dessas aves que se tornou comum chamar a recém-desbravada de terra das maracanãs”<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> SILVA, Ivaldo. Síntese da História de Maracanaú. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Maracanaú, 1992, p. 35.

O povoamento da cidade deu-se inicialmente através de ocupação espontânea, às margens das lagoas de Maracanaú e Jaçanaú e do rio Maranguapinho. A vida social concentrava-se nas mediações do atual centro histórico ( Igreja do São José – 1874; Escola de Maracanaú e Cartório – 1873), com uma economia voltada para uma agricultura de subsistência, uma pecuária rudimentar e um pequeno comércio, caracterizando uma ocupação urbana incipiente. Em 1882 passou a condição de Vila, em 1906 a Distrito de Maranguape e em 1983 chega a emancipar-se como município de Maracanaú.

Sobre a formação do espaço urbano de Maracanaú, embora se apresente como ocupação espontânea, alguns acontecimentos históricos demonstram o interesse de alguns atores sociais em modificar o perfil do município. Dentre eles se destacam: Inauguração da estação ferroviária, em 1875 ligando Fortaleza – Maracanaú – Baturité.; O Hospital de Dermatologia Sanitária Antonio Justa, em 1942, denominada Colônia Antonia Justa especializada em tratamento de hanseníase; o Hospital de Maracanaú em 1952, especializada na época em tratamento da tuberculose, sendo atualmente de cobertura ampla conveniado ao Sistema Único de Saúde – SUS; a Escola de Menores Abandonados do Santo Antonio do Pitaguari, popularmente conhecida como Santo Antonio do Buraco, onde atualmente localiza-se a Reserva Indígena Pitaguari, com aproximadamente 2.503 índios.

Embora essas obras e instituições tenham contribuído para o desenvolvimento das cidades, acarretaram estigmas e preconceitos para os moradores uma vez que a hanseníase e a tuberculose eram tidas como doenças incuráveis na época. Assim, Maracanaú passa a ser vista como o espaço dos excluídos do convívio social e dos desviantes, os que estavam à margem da sociedade.

No entanto, o processo de construção do seu espaço urbano e suas formas de sociabilidades não podem ser pensados fora do processo de urbanização e industrialização de Fortaleza, o que acarretou um vertiginoso crescimento populacional de Maracanaú com a construção de diversos conjuntos habitacionais que abrigaram a população migrante de trabalhadores de baixa renda, expulsos do mercado de trabalho e advindos de Fortaleza, para tornarem-se mão de obra barata para as indústrias nascentes.

Tais processos constituíram um marco na história da formação do município de Maracanaú a partir do final década de 1970 e início dos anos 1980, alterando a sua conformação urbana, elevando-o a uma posição de destaque na economia do Estado, induzindo sua vocação econômica para a indústria.

Atualmente Maracanaú é visto como o maior pólo industrial do Estado do Ceará, caracterizando como símbolo de riqueza e prosperidade, no entanto, como desenvolvimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento social, a população do município em sua maioria não usufrui da riqueza socialmente produzida.

Como já abordado anteriormente, apesar de encontrar-se em uma posição estratégica na economia local, sendo a segunda maior arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço - ICMS do Estado, ter um Produto Interno Bruto - PIB (12.124) e um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (0,736) igualmente significativo, Maracanaú contrasta com um elevado índice de desemprego (19,28%) segundo dados do SINE/IDT-CE, 2001; debilidade na qualidade de vida e com vulnerabilidades que afetam a população infanto-juvenil, idosos, mulheres e índios.

### **2.3.2 O perfil da pobreza em Maracanaú: Uma análise a partir do Cadastro Único para Programas Sociais.**

O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar famílias em situação de pobreza, a fim de que as mesmas possam ser identificadas e cobertas pelas políticas sociais públicas, constituindo-se assim como um importante instrumento de gestão municipal, estadual e federal. A existência de um único cadastro para os diversos programas consistiu num grande avanço, uma vez que se consegue visualizar quantas famílias estão sendo atendidas pelos programas sociais, bem como, evita a sobreposição de programas para uma mesma família.

Na base de dados do CadÚnico tem-se as informações socioeconômicas das famílias que possuem renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por pessoa, ou seja, R\$ 207,50 (duzentos e sete reais e cinquenta centavos), sendo executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias em formulário específico para esse fim. As principais informações são: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

Os dados trabalhados tiveram como referência a base de dados do CadÚnico de dezembro de 2007. Até essa data, a taxa de atualização cadastral era de 0,89 e a taxa de validade dos cadastros de 0,94, o que indica uma qualidade das informações apresentadas<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Essas taxas compõem o Índice de Gestão Descentralizada que consiste num número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, é calculado pela média aritmética das seguintes variáveis: qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único (taxa de cobertura de cadastros); Atualização da base de dados do Cadastro Único (taxa de atualização de cadastros); Informações sobre o cumprimento das

De um universo de 150.086 (cento e cinquenta mil e oitenta e seis) pessoas inscritas no banco de dados, a maioria é do sexo feminino, correspondendo a um percentual de 54%, contra 46% de homens, como demonstra o gráfico seguinte:

**Gráfico 1**

Distribuição dos inscritos no Cadastro Único por sexo



Fonte: Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, 2007

Esse fato pode ser explicado pela priorização da mulher enquanto representante legal do cadastro. No que concerne à informação coletada sobre raça/cor dos cadastrados, a maioria declarou, no ato da inscrição, que são pardos (98.288), equivalente a um percentual de 66%, ficando em segundo lugar a cor branca (43.791), correspondente a 29%. Somente 6.870 (seis mil, oitocentas e sessenta) pessoas se declararam negras, representando em termos percentuais 5% do total da amostra. Aqueles que se declararam da cor indígena (681) foi equivalente a um percentual de 1%. Os dados confirmam a dificuldade de identificação pelo cadastro dos grupos minoritários que precisam ser identificados a fim de que possam ser cobertos pelas políticas sociais, de maneira que possam de

---

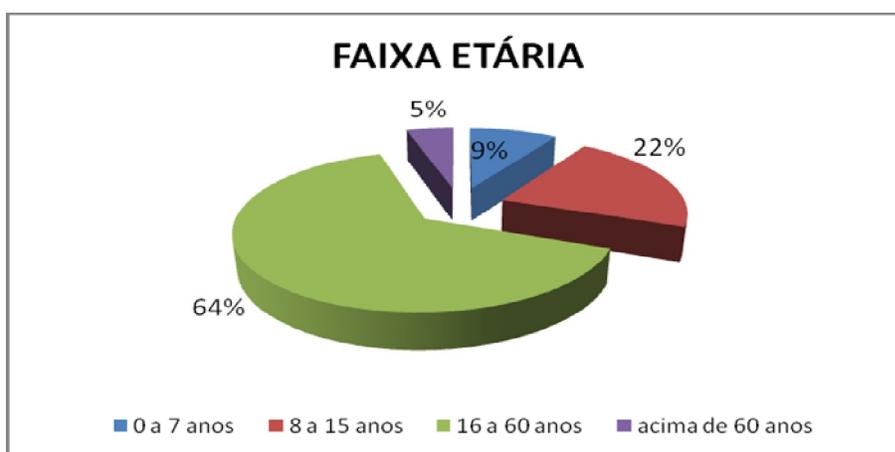
condicionalidades da área de educação (taxa de crianças com informações de freqüência escolar); Informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde (taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades de saúde).

ter suas culturas respeitadas, promovendo a emancipação sustentada destas comunidades.

Analisando a faixa etária a partir do banco de dados, constatou-se que a maioria dos cadastrados, correspondente a 22%, são constituídos por jovens e adolescentes (8-15 anos), se acrescentarmos a este dado a porcentagem correspondente as faixas etárias de 16 – 24 anos, teremos um valor percentual de 43%. Esse dado é bastante significativo, uma vez que a pobreza ou a condição de vulnerabilidade social não atinge somente os pais dessas crianças, adolescentes e jovens, mas também as gerações futuras. Ainda se pode afirmar que 36% dos cadastrados estão na faixa etária de 25-50 anos, contra um percentual de apenas 5% de pessoas acima de 60 anos. Isto significa que a maior parte dos inscritos no cadastro único para os programas federais de transferência de renda em Maracanaú, são formados por casais jovens. O gráfico a seguir ilustra os dados:

### Gráfico 2

Distribuição dos inscritos no Cadastro Único por faixa etária

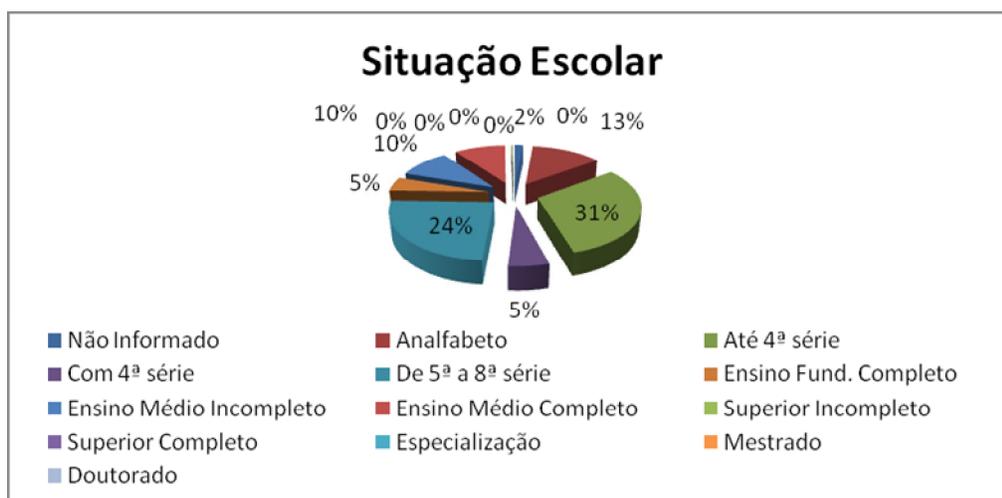


Fonte: Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, 2007

No que se refere ao conhecimento (dados de frequência e situação escolar) tem-se que desse universo de pessoas cadastradas, 31% estudaram até a 4ª série, mas somente 5% conseguiram concluir a 4ª série, correspondendo a uma defasagem de 26%. Contudo, esse cenário tende a se agravar, haja vista que na medida que aumenta a série escolar, diminui o percentual de pessoas com um maior nível de escolaridade, por exemplo, somente 5% de pessoas conseguiram concluir o Ensino Fundamental, contudo 24% da amostra possuíam da 5ª a 8ª série incompleta. No que se refere a faixa do Ensino Médio, 10% possuem incompleto e completo respectivamente. Dentre esses dados, o mais agravante é o percentual de analfabetos; estes estão em torno de 13%, perdendo para aqueles com até a 4ª série (31%). Visualizemos o gráfico que segue:

**Gráfico 3**

Distribuição dos inscritos no Cadastro Único por situação escolar



Fonte: Sistema de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, 2007

Esses dados são indicativos importantes uma vez que a baixa escolarização tende a comprometer não somente a inserção no mercado de trabalho, mais outras dimensões da vida dessa população, impedindo assim que saiam da condição de pobreza a qual estão inseridas, e o que é pior, faz que a

pobreza seja transmitida de pai para filho, criando um ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

Ainda foi possível constatar que, de um total de 150.086 (cento e cinquenta mil e seis) pessoas, 59.369 (cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove) informaram que não possuem renda, correspondendo a 39,55% do universo; 12.150 disseram ser assalariadas e 17.063 autônomas, correspondendo respectivamente a 8,09% e 11,36%, uma porcentagem baixa e preocupante, que pode sinalizar uma certa fragilidade dos dispositivos municipais na geração de trabalho e renda à população, aspecto bastante contraditório se levado em consideração os índices econômicos do município, (sendo o mesmo um dos maiores pólo industrial do Ceará, caracterizado como símbolo de riqueza e prosperidade). No entanto, como desenvolvimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento social, a população do município em sua maioria não usufrui da riqueza socialmente produzida. Somente 44.555 (quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco) pessoas informaram que possuem alguma renda, representando 29,68% das pessoas cadastradas, dentre estas a média da renda per capita foi de 206,62, valor pouco inferior  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Com relação aos dados referentes as condições habitacionais, constatou-se que 71% têm casa própria. Quanto à tipologia habitacional, 98% são de alvenaria e 2% de taipa, sendo 90% abastecida pela rede pública tanto de água como de energia. Quanto as condições sanitárias da população de Maracanaú, verificou-se que 58% são detentoras de escoamento sanitário público, 11% utilizam fossa e 4% a céu aberto. Com relação ao destino do lixo, 96% das famílias informaram que utilizam a coleta pública.

Apresentados os dados da pobreza a partir do CadÚnico de Maracanaú, no próximo item conheceremos um pouco que são os interlocutores da pesquisa, e as principais questões abordados por estes sobre a situação de pobreza que estão inseridos.

## 2.4 O perfil biográfico dos interlocutores da pesquisa

**MARGARIDA:** 50 anos, solteira, natural de Itapajé-Ceará, possui a 5ª série do ensino fundamental, é autônoma sem previdência social, possui uma barraca e vender churrasco e bebida numa avenida de Maracanaú, diz que tirando o dinheiro para repor o que vende, perfaz mensalmente uma renda de R\$ 300,00 reais. Reside em Maracanaú há seis anos, seu domicílio é próprio, com quatro cômodos, feito de tijolo, com energia, sem abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição de seis pessoas são com alimentação, energia e gás. Não recebe nenhum benefício de Programa Social do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Não espera mais nada de bom para ela, mas quer um futuro melhor para os três filhos.

**ORQUIDEA:** 48 anos, casada, natural de Uruburetama-Ceará, nunca estudou – diz ter muita inveja de quem sabe ler e escrever – tanto ela como o marido estão desempregados, sobrevivem fazendo espetinhos de churrascos perfazendo mensalmente uma renda de aproximadamente R\$ 180,00 reais. Reside em Maracanaú há dez anos, seu domicílio é próprio, com quatro cômodos, feito de tijolo, com energia, sem abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição de dez pessoas são com alimentação, energia e medicamento. Recebe um benefício do Programa Social do Governo Federal – Bolsa Família no valor de R\$ 182,00 reais. Relata que só tem futuro bom quem tem estudo, se tivesse estudo não tava sofrendo as dificuldades, teria um emprego e uma vida melhor.

**TULIPA:** 34 anos, solteira, natural de Fortaleza-Ceará, possui a 7ª série do ensino fundamental, não trabalha, sobrevive da ajuda da mãe e familiares que é de aproximadamente R\$ 100,00 reais. Reside em Maracanaú há vinte anos, seu domicílio é próprio, com dois cômodos, feito de tijolo, com energia, sem abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição de cinco pessoas são com alimentação, energia e gás. Relata que a

maior dificuldade que passa é financeira, pois tem dias que não tem o que dá de comer aos quatro filhos, sua situação piorou quando o companheiro lhe abandonou, gostaria de arranjar um emprego, mais não tem com quem deixar as crianças, diz ter esperança de sair dessa situação. Relata que não tem trabalho, já procurou e não conseguiu... já tentou arranjar trabalho várias vezes (faxineira, diarista, doméstica), mais não deu certo às vezes agente precisa faltar por conta que um filho adocece, e as patroas não gostam e manda agente embora deste então sobrevivo assim só conto com a ajuda de Deus e do Bolsa Família, pois não tenho família por perto, tão tudo no interior. O benefício que recebe é no valor de R\$ 120,00 reais.

**VIOLETA:** 45 anos, casada, natural de Morada Nova -Ceará, possui a 1ª série do ensino fundamental, não trabalha, sobrevivem do benefício que o filho recebe por deficiência mental –Benefício de Prestação Continuada (BPC) de R\$ 415,00 reais. Reside em Maracanaú há trinta anos, seu domicílio é próprio, com cinco cômodos, feito de tijolo, com energia e abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição de seis pessoas são com alimentação, energia e medicamento. Relata não ter mais sonhos, nem esperança, pois já faz muito tempo que vive nesse sofrimento, agradece a Deus o benefício que o filho recebe, pois se não fosse esse dinheirinho no mês não sabe como viveria. Os outros filhos não deram pra muita coisa, tem um filho que caiu nas drogas e as outras foram logo ter filhos.

**PAPOULA:** 39 anos, casada, natural de Redenção-Ce, possui a 4ª do ensino fundamental, não trabalha, sobrevive da renda do esposo que trabalha com reciclagem, ganhando R\$ 70,00 reais por semana perfazendo uma renda de aproximadamente R\$ 300,00 reais por mês, reside em Maracanaú há 10 anos, seu domicílio é cedido, com 03 cômodos, feito de tijolo/taipa revestida, com energia, sem abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição familiar de seis pessoas são com alimentação e energia. Relata que “é muito difícil você amanhecer o dia, a criança pedir o que comer é você não ter, você caça de um lado e de outro e não ter como dá alimentação do seu filho, como e pra ser”. Não acredita na melhoria de vida e não tem esperança de sair dessa situação,

gostaria pelo menos de receber o benefício do governo – o Bolsa Família – porque melhoraria a situação.

**ROSA:** 21 anos, separada, natural de Fortaleza-Ce, possui a 6<sup>o</sup> série do ensino fundamental, não trabalha, sobrevive da ajuda da mãe que auferi por mês uma renda de R\$ 300,00 reais trabalhando como doméstica, o domicílio é próprio, com 04 cômodos, feito de tijolo, com energia e abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição familiar de oito pessoas são com alimentação, energia, água, gás e medicamentos, pois sua filha de 4 anos tem problemas neurológicos e toma “remédio controlado”. Diz que é uma tristeza depender dos outros, mesmo sendo a mãe – não ter seu próprio dinheiro- precisar das coisas e não poder comprar. Relata que o pior de tudo e não poder trabalhar, por causa da filha, pois não tem quem cuide, acrescenta que já é difícil criar uma criança “normal” imagine uma doente, “você tem que comprar remédio e não tem com que, tem que ir ao hospital, enfrenta fila no posto, chega lá e não tem remédio, o medico passa e você não tem condições de comprar, e tem que sair adulando um e outro, eu acho isso uma humilhação... acho não, pra mim é”. Gostaria de “aposentar” a filha mais o pedido de já foi negado três vezes. A mãe recebe o benefício do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 152,00 reais.

**JASMIM:** 30 anos, solteira, natural de Pacatuba-Ce, possui a 3<sup>a</sup> série do ensino fundamental, não trabalha, sobrevive da ajuda dos outros, família, vizinhos, e da igreja que faz parte. Não sabe dizer quanto é a renda familiar, pois recebe ajuda em alimentos não é só dinheiro. As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 06 pessoas são com alimentação e energia, não paga água, nem compra gás, cozinha a lenha. Relata que não tem trabalho, já procurou e não conseguiu... Então para não roubar, nem vê os filhos passando fome, resolveu pedir... Antes tinha um companheiro mais ele foi embora então teve que se virar sozinha. Acrescenta também que nenhum trabalho vai aceitar ela com os filhos. Está aguardando ser beneficiada com o Programa Bolsa Família, pois ainda não foi porque não tinha feito o cadastro, pois os filhos não eram registrados, mais o CRAS ajeitou a documentação e fez o cadastro.

**IRIS:** 50 anos, separada, natural de Maranguape-Ce, possui a 3ª série do ensino fundamental, é vendedora, já vendeu frutas e verduras, mais com a queda das feiras não dava mais, ai resolveu vender café na Ceasa. Não sabe dizer a renda mais diz que ganha de 3,00 a 5,00 reais por dia. As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 04 pessoas são com alimentação, energia e gás. Reside em Maracanaú há 25 anos, seu domicilio é próprio, 02 cômodos, feito de tijolo, com energia, sem abastecimento de água. A dificuldade maior da família é a alimentação: “às vezes essa senhora de frente, que é madrinha da menina, quando ela descobre que estamos necessitadas (que nós não somos de ficar dizendo das necessidades que passamos dentro de casa, ninguém comenta, fico só entre nós quatro mesmo) ela chega e oferece um ‘agrado’ traz uma mistura, ou um pacote de arroz, açúcar, bolacha, e vamos passando. Diz que o futuro “a Deus pertence”, mas espera coisas boas, que a vida melhore, não quer ser rica, só quer terminar a casa e não vê as filha e às netas passando tanta necessidade.

**GARDENIA:** 32 anos, natural de Itapajé-Ce, é analfabeta, não trabalha sobrevive da ajuda da família que também não tem muitas condições e de vizinhos. Reside em Maracanaú há dez anos, seu domicilio é próprio, com um cômodo feito de taipa. A principal despesa da família é com alimentação, não tem energia nem abastecimento de água, não tem gastos com gás, cozinha a lenha. Diz que já esta cansada de procurar emprego, mais pra tudo hoje em dia precisa de estudo, até pra varrer chão, às vezes ajudo ficando com os meninos dos outros, e ganho R\$ 5,00 ou 10,00 reais mais não é direto. Relata que a situação da família é muito difícil, pois passa muita necessidade com os filhos... “Você não sabe o que é amanhecer o dia e não ter nada pra dá de comer pros filhos, ter que ficar pedindo a um e a outro, porque nos adulto entende, mais as crianças não”.

**VITÓRIA-RÉGIA :** 31 anos, casada, natural de Fortaleza-Ceará, possui a 4ª serie do ensino fundamental, é vendedora autônoma, vende uns kit de coisas (perfumes, bijuterias, cama, mesa e banho que as pessoas passam oferecendo nas casa), não sabe dizer bem a renda por que as comissões é só se ela vender mais acredita que faz uns 100,00 por mês, o marido é pintor mais estar desempregado, no total a

renda familiar é de 222,00 reais. Reside em Maracanaú há 25 anos, seu domicílio é cedido, com 05 cômodos, feito de tijolo, sem energia, sem abastecimento de água (já faz cinco anos que vivem sem água e luz). As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 05 pessoas são com alimentação, gás e remédio. Recebe um benefício do Programa social do Governo Federal – Bolsa Família no valor de R\$ 122, 00 reais. Tem esperança no futuro, de um dia vencer, consegui alguma coisa melhor para ela, que é ter uma casa boa.

**LÍRIO:** 43 anos, solteira, natural de Várzea Alegre-CE, possui a 2ª série do ensino fundamental. Reside em Maracanaú há 25 anos, seu domicílio é cedido, com 05 cômodos, feito de tijolo, sem energia, sem abastecimento de água (já faz cinco anos que vivem sem água e luz). As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 05 pessoas são com alimentação, gás e remédio. Recebe o benefício do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 120,00 reais. Complementa a renda fazendo faxina – A faxina que faz é lavar uma roupa, varrer uma casa, não faz completa, por isso só ganha R\$ 10, 00, R\$ 20,00 reais, e não é algo contínuo, as vezes passa mais de mês sem fazer. “Acho que o mais importante na vida de uma pessoa é o trabalho, meu sonho era ser telefonista. Se Deus me desse um trabalho, eu juro perante o Deus do céu que eu chegava lá no CRAS e pode passa esse dinheiro para outra família que precise, eu não queria mais o benefício não”.

**AZALÉIA:** 50 anos, separada, natural de Fortaleza-Ceará, é analfabeta, a renda familiar advém do trabalho do filho no lixão mais que não dá pra muita coisa, não sabe dizer bem a renda, mais no total a renda familiar é de 100,00 reais. Reside em Maracanaú há 25 anos, seu domicílio é cedido, com 05 cômodos, feito de tijolo, sem energia, sem abastecimento de água (já faz cinco anos que vivem sem água e luz). As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 05 pessoas são com alimentação, gás e remédio. Recebe um benefício do Programa social do Governo Federal – Bolsa Família no valor de R\$ 82,00 reais. Tem esperança no futuro, de um dia vencer, consegui alguma coisa melhor para ela, e os filhos que é ter uma casa boa. Começou a estudar agora, mais diz não aprender nada: “pra pessoa fazer isso (aprender) a pessoa era pra ta com o coração em paz a

cabeça, a pessoa bem relaxada, mais a pessoa sair da sua casa cheia de problema pra estudar, chega na escola não se lembra de nada que a professora ensina, tinha dia que eu ia sabia de cada letra, mais outros dias que eu chegava cheia de problema não lembrava de nenhuma. Ai tenho problema de vista, ai dificultou tudo, ai não adiante estudar, então desisti”.

**GIRRASOL:** 31 anos, solteira, natural de Maranguape, possui o ensino fundamental completo. Sobrevive com renda do esposo que trabalha descarregando cargas numa transportadora, recebe por dia 8,00 a 10,00 reais não é carteira assinada. A família já recebeu o benefício do Programa Bolsa Família, mais foi cancelado, por descumprimento de condicionalidades. Reside em Maracanaú há 11 anos, seu domicílio é próprio, com 04 cômodos, feito de tijolo, com energia e abastecimento de água. As principais despesas da família que possui uma composição familiar de 05 pessoas são com alimentação, água, luz e medicamento. Relata que: “meu marido já trabalhou de carteira assinada, foi quando a situação melhorou aqui em casa, quando saiu investiu as contas, aumentando mais um cômodo, comprei um fogão, que eu cozinhava na lenha. (...) Teve que sair porque houve um corte na época”. Diz que hoje ta mais difícil, o dinheiro que entra não dá para viver como gostaria, queria muito que o marido trabalhasse de carteira assinada de novo. Um dos filhos de 12 anos é usuário de drogas e encontra-se abrigado, então o maior sonho é que ele volte pra casa. “Eu queria ter ele dentro de casa, pois só tenho ele de filho homem, ele no abrigo não me sinto bem, sempre na hora da alimentação, da dormida em tudo eu fico pensando será que ele comeu? Será que ele está bem? Será que ele já dormiu? Será que está lá mesmo? Será que fugiu? Fico pensando mil coisas, não sei como não entrei ainda em depressão?”

**ANGELICA:** 38 anos, solteira, natural de Acopiara-CE, possui a 4ª série do ensino fundamental. Sobrevive com renda do marido que trabalha com reciclagem e do filho que trabalha avulso como carregador, mais não tem todo dia. Acredita que a renda da família seja de R\$ 210,00 reais. A família recebe o benefício do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 82,00 reais. Reside em Maracanaú há 21 anos, seu domicílio é próprio, com 03 cômodos, feito de tijolo, com energia e abastecimento de água. As

principais despesas da família que possui uma composição familiar de 05 pessoas são com alimentação, água e luz. Seu maior sonho é possuir uma máquina, por que tem muita roupa precisando de concerto, mais ainda não teve condições de realizar esse sonho, também queria escrever para os programas de televisão que dão as coisas, mais lhe falta as palavras. “Eu peço a Deus não mais por mim, mais pelos meus filhos mais novos. (...) eu vivo dizendo para eles, tenham amor pelo estudo de vocês, porque é tudo que vocês têm, para poder arranjar trabalho, meio de vida”. Relata que as expectativas de vida estão todas nos filhos menores, porque o mais velho não deu para os estudos e hoje carrega peso, ele reclama, mais vai fazer o que? A família precisa viver então o jeito é agüentar.

### **3 POBREZA, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS: CATEGORIAS ANALÍTICAS CENTRAIS A COMPREENSÃO DO FENÔMENO ESTUDADO**

“A pobreza, já não é mais nem principalmente a carência material. As pobrezas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais” (MARTINS, 2002, p. 12).

No capítulo que segue abordaremos as categorias Pobreza, Trabalho e Políticas sociais como eixos norteadores da pesquisa a fim de que possam iluminar as análises a serem desenvolvidas, enquanto elos de ligação necessários a comunicação entre teoria e empiria.

Na mesma linha de raciocínio, discute-se o trabalho e a proteção social a partir do entendimento do significado do trabalho, do desmantelamento das relações de produção fordista-keynesiano e da adoção da reestruturação produtiva e das políticas de cunho neoliberal, cujas conseqüências sociais são danosas atingindo as esferas material, psíquica e sócio-política da massa trabalhadora, que em contrapartida vem criando alternativas de sobrevivência, que embora garantam a manutenção da vida, não os conduzem a uma vida dotada de sentido, pois estão fora não somente do mercado, mais também dos espaços de decisão política da sociedade.

#### **3.1 Pobreza: uma multiplicidade de conceitos construídos e agravados nos marcos da história do capitalismo**

Discutir pobreza é antes de mais nada inseri-la no tempo e no espaço como um fenômeno que em sua historicidade se metamorfoseia em diferenças, desigualdades e conflitos. Desta forma, a ação de impedir a participação de certos grupos sociais em dimensões importantes da vida em sociedade, ou a não participação em determinadas relações do processo social, existiu em todas as

formas de vida social. Assim, pode-se concluir que em diferentes contextos e sociedades ocorreram formas de rejeição, discriminação, apartação, segregação e exclusão.

Na sociedade antiga, a exclusão consistia em separar um indivíduo ou grupo da comunidade ordinária, em função da origem social, do sexo, da prática de algum crime ou da loucura e não, necessariamente ligava-se diretamente a pobreza ou ao trabalho.

Na idade média, existiam dois personagens que caracterizavam bem os pobres da época: indigente e vagabundo e/ou pobre e mendigo. O primeiro estaria na condição de incapaz e inapto para o trabalho, sendo merecedor da caridade e da assistência. O segundo seria o apto para o trabalho, mas que não queria trabalhar, merecendo castigo, através da repressão, do banimento e da discriminação<sup>14</sup>.

Com a decadência da sociedade feudal e a emergência da sociedade moderna burguesa e do capitalismo, a pobreza toma novos contornos a partir da relação contraditória entre capital e trabalho, com a marginalização de grande contingente de trabalhadores, nesse contexto, a pobreza passa a ter outra natureza, qual seja: como expressão da relação contraditória entre o capital e o trabalho<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Michel Kantz (2007) um autor norte americano que trata do tema das ideologias da pobreza, fala da diferença que os autores americanos e ingleses da época estabeleciam entre *poverty* e *peuaperism*, cuja melhor tradução para o português talvez seja como “pobreza” e “mendicância”. A pobreza era entendida como uma condução natural das pessoas, que, em situações especiais, ficavam desvalidas e merecedores de amparo; a mendicância, por outro lado, era uma deformação de caráter e, por isso, indigna de apoio e ajuda.

<sup>15</sup> Nesse período também se tem continuidade do discurso de pobres dignos e indignos. “O proletariado são os pobres desse novo sistema, entretanto com uma diferença singular, consistia na classe revolucionária de acordo com Marx. Ao lado desses pobres virtuosos, portadores do futuro, estavam os marginais, os decaídos, vítimas da dissolução das antigas classes sociais em decadência. Eram, segundo Marx, ‘a classe perigosa’ a escória social, as massas que apodreciam ao serem expelidas pelas camadas mais baixas da sociedade antiga. Esses grupos poderiam eventualmente, participar dos movimentos revolucionário do proletariado, mas o mais provável é que fossem corrompidos e manipulados pela ‘intriga reacionária’ da burguesia. É dessa forma que Marx traz de volta, pelas portas dos fundos, a distinção moral entre a pobreza digna, revolucionária, do proletariado, e pobreza indigna, reacionária, corrompida e corruptível, a escória do lumpemproletariado, os marginais (SCHWARTZMAN, 2007, p. 16).

Diversificado é o campo teórico da pobreza, em busca de explicar o surgimento desse fenômeno que alguns denominam na contemporaneidade como “nova pobreza” por resultar das novas configurações do capitalismo contemporâneo, expresso pela globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo para nomear velhos problemas de desigualdades e pobreza, cuja complexidade e heterogeneidade colocaram a necessidade de uma nova categoria que se expressa na fase atual do desenvolvimento do capitalismo.

Desta forma, para discutir os processos constituintes da pobreza, faz-se necessário estabelecer limites conceituais com outros termos relacionais tais como: marginalidade, *underclass* e desigualdade.

A marginalidade, enquanto conceito, surgiu nos anos 1920-30, elaborado por Robert Park através de trabalhos de cunho psicossocial com migrantes, nacionais e estrangeiros, residentes na cidade de Chicago, com o objetivo de analisar comportamentos, atitudes e modos de vida desses segmentos que se encontravam a margem da sociedade. Segundo Escorel (1999, p.41).

O termo, a noção e o conceito de marginalidade foram utilizados para designar um conjunto amplo de situações sociais relacionadas com a pobreza urbana: a localização na favela; os estratos inferiores na escala econômico-ocupacional (definição ocupacional de marginalidade); a experiência migratória (marginalidade cultural) as minorias raciais e étnicas; e os comportamentos 'não-conformistas.

Portanto, o que se pode perceber é que a marginalidade tem como referência central a relação centro/periferia, caracterizada pelo afastamento de certos grupos do padrão de funcionamento da sociedade urbano-industrial. Nesse entendimento visualiza-se o deslocamento de uma dimensão comportamental para a construção de uma teoria da marginalidade com base em uma análise estrutural, principalmente na América Latina, com o estabelecimento de duas correntes de pensamento, funcionalista.

A teoria da modernização ligava-se a idéia de integração social dos indivíduos desajustados do sistema e do conjunto de valores sociais da sociedade moderna, estruturando um conjunto de padrões inerentes a uma cultura urbano e industrial, sendo possível identificar os desajustes e corrigi-los. Assim, a marginalidade era compreendida como resistência do tradicional em se adequar ao moderno.

A teoria da dependência associa marginalidade como resultado das relações de produção e da inserção marginal no processo produtivo, desta forma:

A marginalidade é uma forma de articulação estrutural, necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista que se dá no quadro de uma economia dependente e monopolista. Os 'desajustes' são analisados como conflitos e a análise é deslocada do conceito de disfunção para o de contradição (SCOREL, 1999, p. 41).

Outro termo importante para a discussão é o *underclass*, que teve seu surgimento entre os anos de 1962-63 com os trabalhos do economista sueco Gunnar Myrdal sobre desigualdades socioeconômicas nos guetos negros urbanos. No entanto, a difusão do termo no contexto norte-americano ocorre em 1977 com a publicação de uma série de reportagens sobre habitantes dos guetos de Nova York e Chicago pela revista *Time*.

Assim, a existência de famílias e indivíduos com vínculos ocupacionais e rendimentos precários à manutenção da vida, vinham nos guetos dessas cidades significando segregação urbana, discriminação racial, desigualdade e comportamentos desajustados.

Entretanto, o termo *underclass* não foi usado somente em sua dimensão socioeconômica, mas também comportamental e cultural, acentuando a importância dos valores, hábitos e estilos dos grupos negros como fortes indicativos da segregação, sem articulá-los a fatores externos dos processos em curso na

sociedade americana. Outra dimensão incorporada a abordagem da pobreza nos guetos foi a concepção ecológica, onde o bairro era visto como reduto da marginalidade. Desta maneira, o termo envolve uma multiplicidade de situações (ocupacionais, comportamentais, espaciais), designando pobreza urbana as desigualdades concentradas nas populações negras.

É importante ressaltar que mesmo com os estudos realizados, a noção de *underclass* não se constituiu em um conceito teórico reconhecido, por estar permeado de preconceitos, ideologias estigmatizantes, falta de sensibilidade e consistência histórica, uma vez que, os critérios de pertencimento às *underclass* eram múltiplos, fluídos e heterogêneos, dificultando a sua articulação com outros grupos sociais também afetados pela reestruturação do capitalismo norte americano. De acordo com Wacquant apud Escorel (1999, p.50).

A *underclass* não é nem o subproletariado da teoria marxista (pois o termo é enganoso, não constitui uma classe), nem o Quarto Mundo da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é objeto de terror e de desprezo mais do que de compaixão), nem os 'novos pobres' e outros 'excluídos'. É um agregado, composto de categorias singulares que não devem ser amalgamadas senão pelo fato de que são percebidas como significando uma ameaça, indissocialmente física, moral e fiscal, sobre integridade da sociedade urbana.

Por último, têm-se os conceitos de desigualdade e pobreza. A primeira variou de uma sociedade para outra, dependendo do padrão considerado essencial para uma vida digna, estando também articulada a estratificação, a origem da estrutura de posições e papéis sociais. No caso da sociedade capitalista, os fatores orientadores da estratificação são: propriedade dos meios de produção e divisão social do trabalho, conformando um sistema de classes sociais.

Assim, desigualdade é inerente a qualquer sociedade, revelando como é realizada a distribuição de riqueza produzida ou apropriada em um determinado contexto histórico-social, possibilitando identificar os valores sociais orientadores da distribuição de bens e serviços.

Da mesma forma, percebemos assim como a desigualdade, a pobreza também consiste num conceito relativo, variando em cada sociedade e seus contextos, estando também associado a determinados atributos, como acesso a cidadania, modos de vida e culturas.

Nos marcos do capitalismo, a partir da revolução industrial, a pobreza passa a ser regulada e normatizada de forma punitiva e criminalizada. Para quem se recusasse a integrar a força de trabalho explorada havia punição, uma vez que para a ideologia dominante era necessário controlar as classes perigosas pelo trabalho.

Com a organização do movimento operário e a implantação das legislações protetoras,<sup>16</sup> a pobreza passa a ser superada nos países desenvolvidos através da inserção no mundo do trabalho. Nesse contexto menos *explorador*, quando a pobreza encontrava-se escamoteada pelos benefícios trabalhistas os chamados salários indiretos amenizavam as desigualdades.

O pós-segunda grande guerra e o estabelecimento do Estado de Bem estar social<sup>17</sup>, trouxe uma mudança importante no que concerne a pobreza, uma vez que teve-se a passagem de uma responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social da mesma. Assim, o desenvolvimento econômico é pedra angular para atenuar e superar a pobreza.

Essa representação, acreditando ter retirado a pobreza da agenda econômica, política e social, tem na década de 1970 um desencanto com o surgimento de uma forma bem mais complexa e heterogênea, advindas das novas formas de acumulação capitalista, da organização do trabalho e de reforma do Estado.

---

<sup>16</sup> Ressalte-se que só quem tinha direitos assegurados a proteção eram os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal.

<sup>17</sup> As proteções sociais se ampliam cobrindo tanto trabalhadores como os classificados como inválidos (idosos, crianças, deficientes, indigentes, etc.)

Na América Latina, a questão social emerge a partir do segundo pós-guerra para designar as massas marginais urbanas. O capitalismo periférico vê-se compelido pelo fenômeno crescente da população urbana aglomerando-se na periferia das grandes metrópoles. Nesse contexto, elabora-se a “teoria da marginalidade”<sup>18</sup> para explicar a existência de um contingente de trabalhadores que não se integravam aos setores modernos da economia, nem como um exército industrial de reserva.

Rompendo com a perspectiva funcional da teoria da marginalidade, uma vez que esta percebia os trabalhadores como disfuncionais ao sistema, pois não conseguiam integrar-se ao mesmo, os Sociólogos José Num (argentino) e Aníbal Quijano (peruano), elaboram um pensamento crítico sobre a questão, partindo da teorização sobre o exército industrial de reserva, buscando, no entanto, demonstrar as especificidades daquelas massas marginais, uma vez que seria uma população que verdadeiramente não oscilava entre exército ativo e de reserva, são “excedentes” (não servem para os setores hegemônicos da economia), sendo de fato uma população excluída do mercado de trabalho.

Por sua vez, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini (2000) analisa a exclusão das massas marginais inspirada na tradição marxista com o termo superexploração típico das economias dependentes, onde se combina extensa jornada de trabalho com baixa remuneração. Desta forma, as massas participam da produção superexplorada. No entanto, ficam fora do consumo e dos bens e serviços básicos.

Segundo Lesbaupin (2000), a diferenciação entre exclusão social e marginalidade é que: [...] “exclusão é um fenômeno típico da atual fase do capitalismo, presente tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes, tanto no Primeiro como no Terceiro Mundo – embora agravado nesse último” (LESBAUPIN, 2000, p. 31). Existindo, no entanto, um elemento comum, que é a

---

<sup>18</sup> Importante salientar que a marginalidade era pensada como um fenômeno tipicamente latino-americano, próprio de capitalismo dependente ou periférico.

percepção de um segmento social que não consegue se integrar ao desenvolvimento capitalista.

Segundo o sociólogo Robert Castel (1998) estamos vivenciando o surgimento de uma nova questão social<sup>19</sup>, materializando formas específicas de exclusão social, que o autor prefere designar como “desfiliação”<sup>20</sup>, por entender que aquela passa a idéia de um estado ou estados de privação, uma situação imóvel, identificando o fenômeno a margem da sociedade e não em seu centro. De acordo com o referido autor:

Falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas constitui um percurso. [...] não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas, etc (CASTEL, 1998, p. 569).

A desfiliação é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras da carência, desenvolvendo-se através da dissociação em estruturas sociais, elevando as disparidades das condições de vida humana, vivenciando perdas contínuas sem possibilidades de reversão, não sendo apenas um processo individual, embora atinja pessoas, mas também social, estando presente nas relações econômicas, políticas, e culturais.

Rosanvallon (1998) utilizará a noção de exclusão social relacionada primordialmente ao mercado de trabalho, como também a nova pobreza e as pessoas sem teto, enquanto processos inseridos em uma complexidade maior,

---

<sup>19</sup> Segundo Castel essa nova questão social envolveria três manifestações: a) desestabilização dos estáveis; b) instalação da precariedade; c) déficit crescente dos postos de trabalho.

<sup>20</sup> Categoria utilizada por Robert Castel, o termo vem sendo traduzido para o Português como desfiliação, uma vez que a expressão original francesa “desaffilié” é um neologismo na língua francesa, não existindo esta palavra em nosso vocabulário. (Notas das autoras Cleisa Moreno e Mariangela Belfiore no texto: As Armadilhas da Exclusão Social).

forjada pela precarização geral da condição salarial e sua separação com a solidariedade.

Segundo o autor, somente a inserção social e emprego são inoperantes para tratar a exclusão, se não se reconstruir a solidariedade. Assim o autor propõe incluir dentro do direito social, o direito a inserção, onde ajuda econômica e participação social serão amalgamadas.

Considerando o exposto, posiciona-se que a exclusão social possui graus de diferenciação entre os seus sentidos correlatos de pobreza, marginalidade e miséria. No entanto, não consiste em conceito que pode ser considerado como novo, embora resulte de novos processos em curso, posto pelo capitalismo atual. Assim, a exclusão social nada mais é que a complexificação das formas históricas de pobreza e, como vimos, possui uma multiplicidade de conceitos que vem colocando os indivíduos diante de um conjunto de incertezas em relação a realidade vivida, sendo agravada pelas novas formas de organização do trabalho na atualidade.

Em suma, visualizamos que a pobreza possui diferentes ângulos que, obviamente, não são incompatíveis entre si, mas focalizados em aspectos diferentes: o pobre como marginal, explorado, dependente e na atualidade como “desfiliado”, uma categoria mais atual que debateremos no próximo item.

### **3.1.1 Pobreza Contemporânea: nova pobreza, desfiliação ou exclusão social?**

O termo “nova pobreza” vem sendo utilizado na literatura existente para designar um fenômeno onde uma parcela grande da população passa a não fazer parte dos bens sociais e da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, demonstrando que o pleno desenvolvimento das forças

produtivas ao invés de resolver os problemas sociais, fez foi aprofundá-los a ponto de comprometer as condições de vida humana.

O início da discussão do fenômeno inicia-se na Europa, especialmente em solo francês nos anos de 1965-70, a partir da redescoberta da pobreza, após os trinta anos gloriosos do capitalismo, demonstrando que o progresso não é verdadeiramente para todos. Os principais teóricos desse contexto são: J. Klanfer (1965) na obra *L'exclusion sociale. Étude de la marginalité dans les sociétés occidentales* e René Lenoir (1974) na obra *Les Exclus. Un français sur dix*, assim a exclusão torna-se palavra chave para designar o mal-estar social que se instala nas sociedades desenvolvidas, com base na internacionalização do capital e nos avanços tecnológicos e científicos implantados nos processos produtivos e de trabalho.

No entanto, é nos anos 1990 com Paugam (2003); Castel (1998) e Rosanvallon (1998)<sup>21</sup> que a “nova pobreza” é retomada com muitas reflexões e polêmicas, a partir da degradação do mercado de trabalho, onde o desemprego, o subemprego e precarização do trabalho alimentam a exclusão social. Assim, esta passa a caracterizar tanto grupos sociais realmente excluídos, como processos que possam conduzir a esta situação. De acordo com Lesbaupin (2000, p.33) [...] “a fragilidade de inserção profissional (intermitência no emprego, subemprego, informalidade) vai produzir acúmulos de deficiências gerando uma ruptura progressiva de laços sociais”.

Nesse contexto, a exclusão social é reflexo de uma “nova questão social”, como um conceito explicativo que sintetiza as “novas desigualdades presentes” do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial com a hegemonia do

---

<sup>21</sup>De acordo com Lesbaupin, é preciso observar que, sobretudo na discussão francesa sobre exclusão social, são utilizadas noções tomadas da sociologia durkheimiana como ‘integração’, ‘coesão social’, ‘valores sociais e éticos’. Um livro como *Teorias da exclusão* (1993), de Martine Xiberras (que tem como subtítulo *Para uma construção do imaginário do desvio*), repassa as teorias desde Durkheim até autores mais recentes como Goffman, e é claramente centrado na questão do laço social, da solidariedade (2000, p. 33).

neoliberalismo e da acumulação flexível (cf. HARVEY, 1993), com a conseqüente produção da barbárie<sup>22</sup> (cf. MÉSZÁROS, 2002), é que pode ser entendida a emergência do tema da exclusão social como conceito, significando, entre outros elementos, da derrocada do Estado Providência e a desestabilização da questão social.

No caso do Brasil e dos países da periferia capitalista, a barbárie pode ser identificada com a aparente ausência de soluções visíveis para problemas tais como o aumento explosivo do desemprego crônico, da informalidade, da favelização e da violência urbana – todos eles intimamente relacionados.

A barbárie capitalista, identificada acima, significou, entre outros elementos, a desestabilização da questão social, com a exclusão de parcelas imensas da população ao acesso a padrões mínimos do que poderíamos chamar de cidadania (cf. NETTO, 1993). Como José Paulo Netto sintetizou em outro artigo: “a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária” (NETTO, 1993, p.32). A exclusão social se agrava, configurando-se enquanto elemento indissociável do processo de acumulação flexível, significando a produção em massa de “seres descartáveis” da vida em sociedade. Segundo Fontes (1995, p.83):

[...] inteiramente desnecessários ao universo da produção econômica. Para eles, aparentemente, não há mais possibilidade de integração ou reintegração no mundo do trabalho e da alta tecnologia. Neste sentido, os novos excluídos parecem seres descartáveis.

---

<sup>22</sup>O desemprego estrutural e o trabalho precário associam-se à desestruturação das políticas sociais, cuja expansão contínua era característica dos “trinta anos gloriosos” vividos pelo capitalismo durante o século XX. Associada a essas mudanças, o século XXI assiste a uma realidade social dramática, representada pelo extermínio sistemático de populações inteiras e pela destruição sem precedentes do meio ambiente com base em tecnologias científicas de ponta. Para identificar esse cenário é que István Mészáros resgatou a expressão *barbárie* (cf. MÉSZÁROS, 2003. Ver também MENEGAT, 2003).

Para a autora a exclusão social é um dado estrutural, que caracteriza o capitalismo mundial. Essa idéia tem sido sistematicamente utilizada para representar o notório aprofundamento das desigualdades existentes entre os países do centro e da periferia, assim como as desigualdades apresentadas entre as classes sociais dentro de cada país. Deve-se sempre ressaltar o fato de que, independentemente das características intrínsecas a esta fase de mundialização financeira e acumulação flexível, o capitalismo, por definição, inexistente sem exclusão.

Para outros autores a exclusão social aparece conformada por uma *nova* realidade social estabelecida pelas mudanças econômicas e pelas políticas inspiradas no pensamento neoliberal, produtora de uma *nova pobreza urbana* e uma *nova exclusão social*. Numa *nova* realidade social estabelecida pelas mudanças econômicas e pelas políticas inspiradas no pensamento neoliberal. Apesar da concordância com o diagnóstico de *barbárie*, associado ao fim do Estado de Bem-Estar Social, decretado pela implementação das políticas neoliberais, alguns desses pesquisadores identificam a emergência de uma *nova* realidade social, produtora de uma *nova pobreza urbana* e uma *nova exclusão social*. Dentre esses autores estão Sposati (1999); Wanderley (2008); Pochmann (1999); Castel (1998), para elencar alguns.

Para Aldaíza Sposati (1999) a exclusão pode ser analisada como negação da cidadania, ausência de “igualdade, equidade e cidadania”, conquistas recentes da sociedade. A *exclusão social* atual, portanto, “é a negação da cidadania”, segundo um determinado padrão:

Deste ponto de vista a exclusão social no final do século XX assume o caráter de um **conceito/denúncia** da ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra, como também da quebra da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo (SPOSATI, 1999, p. 33).

Além da referência acima, identificada claramente com os direitos sociais vinculados ao Estado de Bem-Estar, a utilização da *exclusão social* ganhou força também, enquanto conceito explicativo, com a identificação de uma realidade *nova*, relacionada às mudanças determinadas pela acumulação flexível, expressa nas concepções de Reis (2000), autor do estudo *Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição*.

Diferentemente da definição apresentada por Sposati (1999), segundo Reis (2000, p.28), “a nova exclusão social está presente no fato que a determina: e na origem dos sujeitos inseridos neste contexto”. Assim, o autor identifica uma nova pobreza, (atingindo os indivíduos que foram vítimas do processo de desemprego estrutural) tanto nos países centrais como nos periféricos. Na mesma linha Wanderley (1993) afirma que não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes, que não encontram lugar no mercado.

Para Pochmann (2004) a exclusão pode ser analisada articulando privação de direitos (desemprego, violência, desigualdade de renda) com velhas e seculares formas de exclusão que ainda persistem na sociedade brasileira relacionadas a problemas de (imigração, analfabetismo, baixa escolaridade, privação absoluta, diferenças raciais etc., herdadas do passado colonial e escravista).

No Brasil, o uso corrente da idéia de *exclusão social* ficou consagrado através da ampla divulgação editorial dos estudos desenvolvidos pelo economista Márcio Pochmann, professor da UNICAMP, publicados como os Atlas da Exclusão Social no Brasil, em vários volumes (cf., principalmente, POCHMANN & AMORIM, 2004; CAMPOS, POCHMANN, AMORIM & SILVA, 2004).

O caminho que o autor apresenta para superar esse ciclo estrutural de apartação social passaria pela resolução de dois difíceis problemas: reforma no modelo econômico que leve ao “crescimento sustentado”, de outro lado, o problema da construção de uma “estratégia nacional de inclusão social”. Assim, Pochmann

(1999) propõe que, à semelhança do SUS – Sistema Único de Saúde, se constitua no Brasil um Sistema Único de Inclusão Social, compreendendo um conjunto amplo de ações verticais nas três esferas governamentais (união, estados e municípios). Um pensamento reformista, no sentido de buscar as saídas dentro da própria estrutura do sistema capitalista.

Castel (1998) entende que às mudanças ocorridas nos regimes de emprego que garantiam a estabilidade do Estado de Bem-Estar Social europeu. Citando Mingione, o autor identifica que a desindustrialização provocou, na Europa, uma “verdadeira síndrome de exclusão social em massa”, que afetou, principalmente, “minorias, imigrantes recentes, moradores de bairros pobres de certas áreas metropolitanas das regiões mais atingidas”: Exclusão Social resultado: a pobreza urbana e a exclusão social como efeitos da desestabilização da questão social.

Castel (1998) propõe a construção de um novo Estado Social (percebendo a impossibilidade de reconstituição da conjuntura pós – segunda guerra que apresente algum nível de intervenção, pois sem proteção social não existe coesão); implementação da Políticas baseadas no trabalho, (formação de uma nova sociedade salarial).

Nesse sentido, as propostas de implementação de políticas públicas sobre o tema, apresentadas pelos autores acima se inserem num contexto de tentativa de reconstituição do padrão de regulação social pré-existente à onda neoliberal, ou seja, a implementação de políticas de reforma do capitalismo instaurado no país, com inspiração keynesiana e/ou social democrata. Talvez menos do que isso na visão desses autores, tais políticas devem ser entendidas como a única alternativa possível de se combater ou, pelo menos, minimizar a realidade degradante da pobreza urbana e da exclusão social, que conduzem para a barbárie social. Até porque, no caso do Brasil, a inexistência histórica de um pleno Estado de Bem-Estar Social torna essa tarefa, além de difícil, anacrônica (cf. SANTOS, 1987; BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 103-111).

A idéia apresentada acima se encaixa na defesa de um novo Estado Social, defendido, por parte de Castel (1998). No caso do Brasil, o mesmo ocorre pela defesa de um “novo modelo econômico”, baseado no “crescimento sustentado” e na proposta de constituição de um Sistema Único de Inclusão Social.

Na contramão dessa proposta temos a concepção de Netto (1996) de que a ofensiva capitalista, desde o início dos anos 1970, pôs um fim sem retorno à experiência dos “trinta anos gloriosos”, portanto, pensar em “nova pobreza” ou em “exclusão social” como elementos de uma “nova questão social” não tem qualquer sentido. Não existiria, segundo o autor uma “nova questão social”, mas sim a permanência das velhas questões ou, dito de uma outra forma, novas expressões da questão social na ordem do capital.

Outra e importante discussão diz respeito às determinações do contexto atual da mundialização financeira sobre a chamada questão social no capitalismo. O chamado “*combate à pobreza e à exclusão social*”, invariavelmente, somente tem ocorrido dentro dos parâmetros determinados pelo próprio pensamento hegemônico neoliberal, que apostam em “mecanismos reguladores do mercado”, nas ações das organizações privadas e nos programas sociais focalizados e descentralizados, chamada “refilantropização das políticas sociais”.

Para finalizar este “desmonte” da idéia de exclusão social como conceito explicativo, o eminente sociólogo José de Souza Martins, professor aposentado da Universidade de São Paulo – USP, põe ‘uma pá de cal’ na discussão, qualificando como “rudimentar” o “recurso de classificar grupos e pessoas como excluídos e incluídos” (MARTINS, 2003, p. 11). Ao negar esse suposto dualismo, com essas “falsas alternativas”, o autor afirma se tratar de um Reduccionismo interpretativo” que atribui todos os problemas sociais vivenciados nas últimas décadas a essa idéia “vaga e indefinida” rotulada como exclusão – ou do substantivo excluído como se fosse uma categoria social – significa, no entendimento de Martins, abrir mão de qualquer perspectiva de superação da sociedade que produz essa situação. O rótulo abstrato “excluído”, ainda segundo o teórico, não corresponde a nenhum sujeito

histórico, como seria o caso do operário que, enquanto trabalhador coletivo, seria, ele sim, o sujeito histórico, portador da possibilidade de transformação da sociedade capitalista.

O debate acima travado buscou demonstrar o embate teórico presentes nas diversas concepções sobre os conceitos de exclusão, nova pobreza e nova questão social trabalhos aqui, diante desse fato, esse trabalho utiliza do conceito de pobreza por entender que este dar conta dos fenômenos que se pretende abordar. Mas, compreendendo que a pobreza também não consiste em um conceito unívoco, a perspectiva que norteará a discussão será o de entendê-la para além do discurso econômico, portanto, dentro de um conceito múltiplo que envolve carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, e negligência dos serviços públicos, restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

E embora se tenha um entendimento de que para romper com as desigualdades faz-se necessário a superação desse modo de acumulação capitalista, parte-se da busca mesmo de um modelo de desenvolvimento que respeite as liberdades humanas, e para tanto, utilizar-se-á como referência a obra de Amarthia Sen (2000) que pressupõe reconhecer o caráter pluralista, aberto e pragmático do termo desenvolvimento que supera a dimensão estritamente econômica, redirecionando o debate para o rol dos condicionantes da plena realização dos potenciais inerentes a todos os indivíduos. Os objetivos do desenvolvimento passam a definir-se a partir do compromisso ético e das metas sociais.

Esta conceituação reconhece o desenvolvimento como forma de efetiva apropriação por diferentes grupos sociais do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações dos direitos: os direitos políticos e civis; os direitos sociais, econômicos e culturais; e, por fim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, à cidade, ao meio ambiente, à infância, etc. Desse ponto de vista, a tese defendida por Sen (2000), é a de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de

expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Esses cinco elementos são obviamente importantíssimos como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Dessa forma, perceber o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas faz com que a atenção seja direcionada para os fins que o tornam importante e não para os meios (SEN, 2000, p. 52).<sup>23</sup>

Em suma, parte-se de um conceito multidimensional da pobreza e da compreensão de que esta encontra-se intrinsecamente vinculada a forma como a sociedade capitalista esta organizada, bem como, pelos processos que o trabalho vem passando ao longo dos anos, para tanto, considera-se de fundamental importância para a discussão em curso contextualizar os significados do trabalho na sociedade capitalista, de maneira a visualizar como pobreza e trabalho estão associados ao modo de produção e as suas metamorfoses.

### **3.2 Contextualizando os Significados do Trabalho na Sociedade**

As metamorfoses em curso no mundo do trabalho evidenciadas na precarização, flexibilização, informalidade, subemprego, subcontratação, formas atípicas de ocupação, desemprego, dentre outros, vêm alterando o sentido do trabalho na sociedade atual, pondo em cheque a sua promessa emancipatória e de classificação social, bem como, o seu reconhecimento como fonte de riqueza social. Desta forma, busca-se refletir sobre o significado do trabalho no mundo e no Brasil,

---

<sup>23</sup> Inverte a relação entre renda e capacidade: ao invés de conceber a renda domiciliar operando como meio para obter determinadas capacidades, o aumento da capacidade produtiva das pessoas determina o aumento da sua habilidade em gerar renda e bem-estar. No sentido elaborado por Sen (2001) e Abranches (1987), políticas que reduzem as desigualdades de condições, de oportunidades e de acesso são exatamente aquelas que têm maior probabilidade de combater a pobreza.

tentando identificar como este passou de uma atividade sem grande importância para tornar-se um elemento social central.

No livro *A Condição Humana*, pode-se visualizar no pensamento de Arendt (2000) uma importante discussão sobre a distinção entre labor e trabalho<sup>24</sup>, tidos historicamente desde as formações antigas como sinônimos. A autora considera que as atividades possuem fenomenologias com significados diferentes e que, embora tratadas como iguais, é possível encontrar distinções, mesmo nas sociedades antigas.

Arendt (2000) levanta uma crítica ao processo produtivo explorador, cujo desenvolvimento não fomenta melhores condições de vida aos trabalhadores. Desta forma, sua obra visa conciliar trabalho com natureza e não com capital, buscando um convívio harmônico entre homem e meio ambiente.

Nas formações antigas (principalmente Grécia e Roma), não havia aparentemente a distinção entre trabalho e labor. Todo trabalho que demandasse esforço era considerado degradante e humilhante. Na doutrina platônica, era conhecido como atividade de pessoas ignorantes, sendo designada aos escravos e as mulheres, pois aquele impedia o desenvolvimento da mente e da virtude dos homens, sendo a política a atividade produtiva fundamental dessa sociedade.

O trabalho e o labor na Antiguidade inserem-se na esfera privada da vida familiar, intimamente relacionados à satisfação das necessidades materiais. Nesse momento, a riqueza ainda não aparece como finalidade da produção. Assim, os seres humanos não eram livres, mas escravos dessas necessidades. Por isso, a escravidão consistiu em um meio de excluir o labor das condições de vida, o que deixaria os homens livres para o pleno desenvolvimento de sua liberdade através de atividades políticas na esfera pública, onde poderiam exercitar sua cidadania.

---

<sup>24</sup> Segundo Arendt (2000, p. 15), o labor tem haver com o ciclo biológico do corpo, com o ciclo natural, enquanto que o trabalho diz respeito a toda atividade humana que visa a produção de um mundo artificial.

De acordo com Lautier apud Escorel (1995), o modelo inicial do trabalhador (doméstico, escravo e mulher) é daquele que não tem acesso à sociedade e, portanto, possível de ser torturado em troca de sua sobrevivência.

Por conseguinte, na tradição judaico-cristã, o trabalho passa a ser considerado benção de Deus, articulando este à fertilidade, produtividade e aos ritmos da natureza. O esforço, gratificação, produção e consumo eram considerados fonte de prazer e felicidade, pois estavam em plena harmonia com a natureza e com Deus.

No Velho Testamento, o trabalho é entendido como punição, uma vez que, ao expulsar o homem do paraíso, Deus o condenou ao trabalho penoso e árduo - ganharás teu pão com o suor de teu rosto - como forma de compensar seus pecados. Em vez de cultivar as delícias no paraíso, o homem foi castigado com a servidão e o trabalho passa a ter um sentido de punição e sofrimento.

Na Idade Média, o trabalho realiza-se pelas relações de dominação, escravidão e servidão, assumindo formas de dependência social e jurídica, legitimados pelo poder político do senhor das terras e da igreja católica. Até então, o trabalho não possui nenhuma articulação com a riqueza, estando intrinsecamente vinculado à necessidade econômica e moral de sobrevivência, consistindo em um antídoto contra a ociosidade, um corretivo para o vício, um dispositivo disciplinador na sociedade (ARENDRT,2000).

A partir da Reforma Protestante, inicia-se uma nova significação para o trabalho. Se no Velho Testamento este se associava à punição, no Novo Testamento este passa a ser visualizado sobre o prisma da vocação, como forma de servir a Deus, assumindo um caráter chamado de *divino* – o homem sobre a terra deve trabalhar naquilo que lhe foi destinado. Com o puritanismo, a racionalidade assumiu o mais alto grau, com o controle físico e mental sobre os homens, condenando o ócio e o prazer, exaltando o trabalho e considerando-o à própria finalidade da vida, ainda sob o prisma moralizador e disciplinador da necessidade do

mesmo para combater as más inclinações da natureza humana - justificação que prevalece articulada ao mercantilismo, associando-a a uma utilidade econômica e política.

Pode-se verificar até aqui que o trabalho, de acordo com cada contexto histórico, vai mudando de sentido, na medida em que passa da condição de que em nada contribui para a dignificação humana, para um teor de dedicação religiosa aos empreendimentos produtivos, passando posteriormente a ser um elemento gerador de um excedente para ser posto no mercado, não se restringindo apenas a sobrevivência, mas a um dever moral.

No clássico *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*, Weber (2002) busca mostrar o processo histórico que culminou na expansão do estilo de vida ocidental para outros países do mundo, bem como, a contribuição do protestantismo para a constituição do capitalismo. É importante esclarecer que o autor não quis com essa concepção estabelecer uma relação de causa e efeito entre religião e ordem econômica, mas apenas sustentar a tese de que havia algo no estilo de vida protestante favorecedor ao espírito capitalista, haja vista que o trabalho passa a ser racional na vocação, um dever a ser executado, com técnica e racionalidade, o que serve como justificativa a moderna divisão do trabalho em especialidades.

No que concerne ao trabalho, Weber oferece importantes interpretações sobre as transformações ocorridas nas esferas da vida humana na sociedade moderna, colocando que estas não eram somente de ordem material e organizacional das atividades políticas, mas também cultural, associando o trabalho a uma ética a ser seguida e louvada, exaltado a um patamar sem precedente na história humana.

Consolida-se principalmente no século XX uma ética do trabalho, uma das principais características da sociedade capitalista, a qual precisa ser repensada, uma vez que se estabeleceu um modelo de trabalho industrial, passando a ser

parâmetro de diferenciação entre trabalho e não-trabalho, sob a idéia genérica de emprego para designar um trabalho homogeneizado pela intervenção do Estado.

No entanto, esse modelo não se estendeu a todos, fomentando sérios problemas de representação para a classe trabalhadora, pois não servia para orientar as condutas de vida de todos, tendo em vista a presença daqueles que não chegaram a concretizar o ato de compra e venda da força de trabalho através de contrato de trabalho.

Essa discussão é bastante pertinente ao objeto dessa pesquisa, fazendo-se necessário ampliar o horizonte do trabalho, que é bastante complexo, e mesmo que tenha sido homogeneizado pela condição salarial moderna<sup>25</sup>, como será abordado mais adiante, sempre coexistiu com outras formas (precárias, subcontratadas, autônomas, etc) em diferentes contextos capitalistas. Portanto, não existindo somente em sua dimensão de dignidade e segurança (principalmente em países como o Brasil, que não chegou a implementar por completo uma relação de assalariamento para a maioria de sua população, consistindo mais em sinônimo de angústia e privação do que de dignidade).

Assim, a leitura de Weber (2002) é importante no sentido de perceber que essa ética do trabalho, a ser perseguida, consistiu em uma forte ideologia capitalista para ganhar os corpos e as mentes da classe trabalhadora, edificando uma concepção de trabalho que, contraditoriamente, o sistema não abria possibilidade de inclusão para todos.

Dando continuidade ao debate, de acordo Arendt (2000) a sociedade moderna também não esclarece a distinção entre “o labor do nosso corpo e o

---

<sup>25</sup> A consolidação dessa sociedade efetiva-se verdadeiramente na virada do século XX, embora a condição de assalariado possa ser identificada em épocas anteriores, principalmente, a partir da sociedade medieval, no entanto, não com uma organização e sistematização como a vista nesse período. Uma vez que até então assalariado consistia em um segmento enquadrado em relações de dependência, subordinação e incertezas, cujas atividades sociais realizavam-se sob o signo da necessidade, com uma remuneração que assegurava somente a reprodução do trabalhador e de sua família, sem proteção e garantia de direitos.(CASTEL,1998)

trabalho de nossas mãos” ao trabalhar os conceitos de *animal laborans*<sup>26</sup> e *homo faber*<sup>27</sup>. O que as modernas teorias fizeram (principalmente Adam Smith e Marx) foi edificar algumas modificações para os diversos significados do trabalho tais como: diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho qualificado e não-qualificado, trabalho manual e intelectual.

De qualquer forma, é inegável que a era moderna implantou um novo patamar para o trabalho, saindo de uma desprezível e insignificante posição para se constituir na mais estimada atividade humana. O início dessa ascensão ocorreu, segundo Arendt (2000), inicialmente com Locke que associou o trabalho (labor) a fonte de toda propriedade; depois com Smith que o associou a fonte de toda riqueza e por fim em Marx que o concebeu como origem de toda produtividade e expressão da mundanidade do homem – capacidade do homem construir o mundo.

Nesse sentido, a primeira distinção dos antigos entre labor como esforço físico para atender as necessidades da vida, e trabalho como produção de objetos concretos foi enfraquecida. Para Marx, o trabalho produz vida, consistindo em uma atividade vital à realização e desenvolvimento humano na construção do mundo:

É criador de valor de uso, e como trabalho útil é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de existência do homem, eterna necessidade de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1983, p. 50).

Marx (1983) compreende o trabalho como um ato da produção humana, um processo onde participam homem e natureza, sendo este uma eterna necessidade e condição do ser humano, um traço do qual jamais poderá se

---

<sup>26</sup> Atividade de manutenção da vida, relativa a sobrevivência humana cuja finalidade é a preservação biológica, o que assemelha os seres humanos aos animais (Arendt, 2000, p. 85).

<sup>27</sup> Atividade produtora, criadora, transformadora do homem, distinguindo-o dos animais, é a interação entre homem e natureza na produção de objetos úteis a vida em sociedade (Arendt, 2000, p.89).

desvencilhar. Portanto, uma fonte de transformação social pois, em intercâmbio com os demais seres humanos o homem constrói a si mesmo e modifica a história.

Assim, enquanto atividade histórica, sua produção material vincula-se a valores de uso<sup>28</sup>. Desta maneira, está articulado a satisfação das necessidades humanas, tendo na sobrevivência a primeira premissa da existência humana:

[...] os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se [...]. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, devem ser cumpridos todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 1977, p. 39).

Tem-se uma significativa alteração nas relações sociais, pois as atividades que antes eram necessárias somente à sobrevivência dos povos passam a despertar interesse econômico, assumindo o trabalho uma posição estratégica nesse processo. Segundo Offe (1989), estrutura-se uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por uma racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, advindos da constituição e do rápido crescimento quantitativo deste.

Paulatinamente, o sentido do trabalho vai abandonando a dimensão moral e religiosa, para assumir com a teoria política clássica baseada nos preceitos do liberalismo, estabelecendo a concepção moderna do trabalho com base na liberdade deste, permitindo a livre circulação de mercadoria e de mão-de-obra, viabilizando a acumulação de riqueza.

---

<sup>28</sup> É necessário distinguir trabalho como atividade histórica de autocriação, em que a produção material vincula-se a valores de uso, da forma abstrata que o capitalismo imprimiu a força de trabalho, entendida como mercadoria cuja função seria a criação de valores de troca. Nessa lógica o trabalho interessa ao capital somente pela sua dimensão de troca e de mais-valia.

A mais sagrada e a mais inviolável de todas as propriedades é a de sua própria atividade [do trabalhador], porque está na força e na habilidade de suas mãos; e impedi-lo de empregar esta força e esta habilidade de maneira que julgar mais conveniente, enquanto não prejudicar ninguém, é uma violação manifesta dessa propriedade primitiva. É uma usurpação gritante em relação à liberdade legítima, tanto do operário quanto dos que estariam dispostos a dar-lhe trabalho (SMITH, apud CASTEL, 1998, p. 232).

Portanto, a ruptura com os vínculos feudais promoveu a separação do trabalhador dos meios de produção (no campo e na manufatura), a força de trabalho torna-se mercadoria, produção e trabalho passam a ser orientados pelo mercado. Proclamando a liberdade total da indústria e do trabalho, o capitalismo tornou os trabalhadores livres da compulsão feudal, passando a estabelecer novas relações, determinadas pelas regras do mercado e do lucro, bem como pelo índice de produtividade.

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através da sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso e eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital, pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 54-55).

O trabalho, como atividade que altera o estado natural de alguma coisa para melhorar a sua utilidade, passa na era moderna a ser absorvido de maneira racional pelo capitalismo, tendo como objetivo a produção de riquezas que são socialmente produzidas, mas não distribuídas na mesma proporção. O sistema converge em assalariado todas as demais formas de trabalho, separando ator, atividade e produto.

Nesse contexto, surgem alguns teóricos preocupados com os fenômenos emergentes a partir da consolidação do modo de produção capitalista e os seus rebatimentos nas relações sociais, ficando a cargo da Sociologia do Trabalho. Tendo como principais representantes Friedman e Naville, as diversas análises sobre o trabalho, partem inicialmente do entendimento deste como produtor de riqueza, pois apesar de transformar tanto o homem como a natureza, como já dizia Marx, este possui uma dimensão de coação.

Na medida em que supõe coação, o trabalho se diferencia em muitos casos da ação, que é liberdade. O trabalho é ação quando se alimenta de uma disciplina livremente aceita, como, às vezes, a do artista que realiza uma obra de fôlego, sem ser premido pela necessidade (FRIEDMAN E NAVILLE 1973, p. 23).

A era moderna aloca um valor social dominante ao trabalho, entendendo a sociabilidade humana a partir deste, tornando-o fonte de dignidade e utilidade social, trazendo a glorificação teórica do mesmo, transformando a sociedade em uma sociedade operária. Vejamos a colocação:

A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefícios das quais valeria a pena conquistar essa liberdade (ARENDRT, 2000, p. 12).

Ou ainda segundo Lautier apud Escorel:

O trabalho permitiria a inserção em uma estrutura hierárquica ou coletiva de trabalho, estabelecer as relações de cooperação, forjar uma identidade e um sistema de referências, adquirir um *status* (dentro e fora do local de trabalho). Logo, o trabalho seria o centro da socialização não somente porque permite fugir do espaço privado e de ser reconhecido pelos outros, mas também porque confere um espaço na sociedade, permite o acesso ao mercado e, ainda, de conciliar a existência individual e a participação em um evento (ESCOREL, 1999, p. 14).

Trazendo essa discussão para a sociedade brasileira, pode-se dizer que o trabalho só pode ser pensado dentro da lógica descrita. Mesmo assim, com algumas exceções como, por exemplo, a abolição da escravidão (1888) – marco da

constituição do trabalho livre no Brasil, caracterizando o primeiro passo para as transformações na concepção do trabalho.

Segundo Caio Prado Jr (1994), na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, o ócio dominava a sociedade colonial, a partir de três fatores: 1) uma cultura europeia que não conferia dignidade aqueles que a este se dedicasse; 2) uma cultura indígena com outro entendimento de trabalho; 3) a lógica do sistema colonial, que conferia ao trabalho uma dimensão degradante, pois não é possível encontrar dignidade na escravidão.

O clássico *Raízes do Brasil* (1995) também traz uma importante contribuição para entender o trabalho no solo nacional a partir de sua articulação desde com a aventura,<sup>29</sup> no sentido de falta de vontade racionalmente ordenada. De acordo com Holanda (1995, p.43), [...]“essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono”.

A colonização portuguesa não estava interessada em construir nenhuma outra relação com a natureza que não fosse a exploração de suas riquezas. Assim, de acordo com Holanda (1995) a contribuição do trabalho no processo de conquista e colonização foi quase nula.

Desta maneira, a escravidão inviabilizava a realização do trabalho livre, uma vez que não poderia existir dignidade e possibilidade de ascensão e de construção de uma vida segura, bem como, de participação política. Tais condições que só serão iniciadas a partir de 1888, com o fim do trabalho escravo e com o advento da liberdade jurídica para a realização de compra e venda da força de

---

<sup>29</sup> Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

trabalho. Nesse contexto, iniciou-se um conjunto de transformações na economia e na sociabilidade brasileira, com a industrialização, migrações internas e novos padrões de consumo, colocando o país no caminho rumo a modernidade.

No entanto, a consolidação de uma sociedade salarial - conferindo um novo significado para o trabalho - só pode ser pensada no Brasil a partir dos anos de 1930, com a passagem de um país agroexportador para um industrial, desenvolvendo políticas produtivistas, pautando-se no pressuposto de que o desenvolvimento econômico geraria os empregos necessários, numa relação de causa e efeito controlando as crises de acumulação capitalista, fomentando a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Essa lógica forma a paisagem do século XX, corroborada pela política Keynesiana, cuja esperança no desenvolvimento do pleno emprego associado as políticas estatais-sociais, apostou no círculo progressivo de capital, onde aumentando o salário do trabalhador, aumentaria o poder de consumo do mesmos, rebatendo conseqüentemente na produção e no emprego. Esse pensamento conseguiu resultados satisfatórios, edificando uma sociedade do trabalho baseada no binômio emprego e proteção social (pelos menos nos trinta anos gloriosos do capitalismo).

É importante ressaltar que essa forma econômica e política têm suas diferenciações em países como o Brasil, cujas relações de trabalho e produção estão pautadas numa formação histórico-social com raízes ficadas num passado colonial e escravista, cuja herança é composta de uma profunda desigualdade, na distribuição de bens e serviços produzidos na sociedade. O acesso a saúde, a educação, a moradia, ao trabalho, a cultura, etc., é bastante restrito para a maioria da população, sendo necessário voltar o olhar para uma melhor distribuição não só de renda, mas também de trabalho.

Essa herança é por demais marcante, pois estruturou uma sociedade em cima de privilégios, que em pleno século XXI ainda não foi superada, fazendo com

que o modelo de industrialização e urbanização sejam insuficientes para dar conta de inúmeras pessoas; homens e mulheres que todos os dias são destituídos do mínimo necessário a uma vida dotada de sentido.

No entanto, o cerne do sistema não muda, embora possa ter graus variados de acordo com cada sociedade, sua lógica perversa e destrutiva é a mesma, e não demorou muito a se manifestar nos anos 1970, com o retorno perverso das idéias liberais ou numa conotação mais atualizada, neoliberal, da lei da oferta e da procura, onde o emprego aumenta com a baixa dos preços da força de trabalho, tendo no mercado o elemento ordenador dessa relação e não o Estado.

No cenário dos anos 1970-80, o trabalho é fortemente abalado em seu papel integrador e socializador uma vez que seu avesso, o desemprego estrutural, entra em cena, num contexto de crise que não é mais de superprodução, mas de degradação dos pilares da sociedade salarial, sendo suas conseqüências mais visíveis nos anos 90.

Nesse contexto, alguns autores discutem o significado do trabalho na fase atual do capitalismo, dentre estes se encontra Gorz (1995) o autor pensa o trabalho fora do mercado e através da redução do tempo de trabalho, via desenvolvimento de atividades autônomas que possuem um fim em si mesmas, e não dependem de objetivos exteriores impostos por um modo de produção; sua finalidade é a satisfação ou o prazer procurado, não havendo diferença entre fins e meios.

Outros buscam retomar a questão presente nos estudos do Antropólogo Marshal Sahlins (1972) sobre a comunidade dos Bushmen de Kalahari, onde seus integrantes se dedicavam somente de uma a três horas de trabalho por dia a procura de comida e a fabricação das coisas úteis a coletividade. Assim, o sentido do trabalho era buscado na questão das necessidades e da definição social destas pela comunidade, eliminando as necessidades artificialmente criadas.

Para fins desse estudo, entende-se que o trabalho deve ser apreendido dentro de sua heterogeneidade e que o mesmo não se restringe ao exercício de uma atividade produtiva, mas é também um horizonte de inserção social, de *status*, de proteção e de construção de identidade, logo se vê que trabalho é muita mais que um emprego e, portanto, a cidadania que deve estar associada a ele não podendo se resumir a cidadania assalariada.

Desta forma, num contexto de desemprego e exclusão, faz-se necessário visualizar os diferentes tipos de trabalho existentes na sociedade atual os quais não podem continuar sendo deduzidos a partir das suas diferenças com o trabalho industrial, mas devem ser associados a uma maneira do homem estar buscando a sobrevivência, assim como, a vivência no mundo, usufruindo da mesma proteção que todos os indivíduos devem possuir pelo fator de ser parte de uma sociedade.

Para tanto, faz-se necessário compreender o significado que o trabalho teve e tem na sociedade para poder melhor analisar sua posição atualmente, onde se aponta a perda de sua centralidade, de sua posição social central. Existem contratos sociais necessários a sociedade contemporânea, principalmente no que se refere aos eixos que constituem os pilares de uma sociedade, tais como o trabalho – degradando e pondo em xeque socializações e formas de integração.

Arendt (2000) critica a sociedade moderna por reduzir o trabalho a sua dimensão de sobrevivência física a tal ponto de comprometer a participação dos indivíduos em outras instâncias da vida social, principalmente a política. Por isso, a autora defende a dissociação entre trabalho e esfera pública, ou seja, esse não pode ser percebido como fonte primordial de transformação social como pensou Marx, haja vista que os trabalhadores perderam o caráter revolucionário quando se converterem em uma massa assalariada, integradas a determinados processos sociais, ajustando-se a sociedade e deixando de lado a possibilidade de transformá-la.

Segundo a autora, a liberdade se rendeu à urgência da necessidade pois, com a consolidação de uma relação salarial, não se buscou mais algo novo, criativo. Os trabalhadores restringiram-se a serem membros de uma sociedade e tentar sobreviver nela. Daí a grande crise de subjetividade do trabalho fomentada pelas mudanças nas relações capitalistas de produção e trabalho, “o que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. É impossível imaginar algo pior” (ARENDR, 2000, p. 12).

É nessa perspectiva de Arendt (2000) que a presente pesquisa quer situar o trabalho, entendendo-o não como uma forma de poder, de exploração e anulação política. Parece ser contraditório? Mas não é. A autora crítica o significado do trabalho que a sociedade capitalista criou, fornecendo indícios para pensá-lo como meio de liberdade e transformação, que também é o cerne da produção de Marx (eis aqui uma aproximação entre os autores). Sendo assim, é possível pensar o trabalho numa dimensão criativa, como um elemento com grande potencial (des)estruturador da vida das pessoas, articulado, é lógico, as outras esferas da vida (social, cultural e política).

Para fins que se propõe essa pesquisa o recurso a categoria trabalho, objetivou percebê-lo em seus processos de mudanças, indicando a possibilidade de existir trabalho fora dos limites definidos pelo emprego formal, desde que se pense em novas bases para o direito ao trabalho, fornecendo legitimidade e dignidade aos milhares de indivíduos que buscam a sobrevivência, desenvolvendo inúmeras atividades, sem serem vistos ou reconhecidos.

### **3.2.1 A Organização do Mercado de Trabalho Brasileiro**

Abordar a constituição e organização do mercado de trabalho brasileiro consiste inicialmente em pensá-lo como resultado dos diferentes modelos de desenvolvimento que o país experimentou: escravista, industrial-desenvolvimentista,

fordista-taylorista e a reorganização produtiva atualmente em curso, caracterizada pela dissociação e degradação dos vínculos com o trabalho, edificados na década (30-60) gloriosa do capitalismo.

O processo de formação do mercado de trabalho urbano no Brasil tem como características inerentes a heterogeneidade e a exclusão social advindas desde o período escravista onde, entre a camada senhorial e a massa escrava, existia uma população pobre e livre que não se enquadrava nessa estrutura, sobrevivendo através dos favores dos senhores, da prática de pequenos delitos ou de atividades precárias e descontínuas que contribuía para um baixíssimo padrão de vida das mesmas.

A passagem de uma sociedade escravista para um modelo agro-exportador não eliminou aquelas características, pois, com a não eliminação de uma estrutura fundiária baseada na reprodução da grande propriedade, o que se teve foi a coexistência de um setor atrasado com um moderno, onde o primeiro, com ilimitada mão-de-obra, pressionava o segundo na busca de melhores rendimentos, impedindo assim que os salários do núcleo capitalista exportador crescessem de acordo com a produtividade.

Desta forma, a industrialização passou a figurar como único caminho para a superação do atraso e da miséria. Segundo Caio Prado (1994) e Sérgio Buarque (1995) seria o meio para a plena constituição da nação. No entanto, essas esperanças foram frustradas, pois a pobreza, no contexto de industrialização, não somente continuou presente como se tornou mais aguda.

A explicação para o ocorrido encontrava-se na incapacidade da indústria de homogeneizar a estrutura social. Pelo fato de não ter passado por um processo

de acumulação primitiva<sup>30</sup>, a mesma passou a pular fases, consolidando uma industrialização com o uso de tecnologia intensiva em capital e não em trabalho.

A fragilidade da burguesia industrial brasileira manteve intocada a estrutura fundiária do país, trazendo como consequência o processo de urbanização acelerada num curto período de tempo, forjando um mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores, não conseguindo inserir uma parcela significativa da população no mercado de trabalho formal.

A passagem de um modelo agrário-exportador para um modelo de acumulação baseado na grande indústria, regulado e financiado pelo Estado, (através do incentivo as exportações, investimentos em máquinas, equipamentos, energia, telecomunicações e siderurgia associada a intervenção do mesmo no social, com a criação das grandes instituições sociais) não representou, até então, uma condição de assalariamento como nos moldes dos países desenvolvidos, pois, nesse período começa a predominar na classe pobre, das cidades os assalariados.

Portanto, a pobreza urbana brasileira estava associada aos baixos salários, explicados pelo bloqueio da ação sindical e de uma legislação salarial definida sem a participação popular, deixando clara as relações de classes existentes no Brasil, caracterizada pelo paternalismo, populismo e corporativismo.

Nessa lógica, o Brasil incorpora-se ao padrão de industrialização norte-americano, no que concerne ao paradigma tecnológico, a estrutura produtiva e a organização do trabalho taylorista e fordista, acarretando um crescimento intenso e transformações que alteram o mercado de trabalho e a estrutura social brasileira, principalmente nos anos 1960, com um economia urbana e industrial.

---

<sup>30</sup> O processo de acumulação capitalista enquanto processo que leva à separação do trabalhador dos seus meios de produção, resultando na sua transformação em homem livre sem outro recurso que não seja a venda de sua força de trabalho no mercado, aconteceu segundo Martins (1990) fora da sociedade brasileira, uma vez que na escravidão esta separação já existia, pois o fazendeiro já tinha o monopólio dos meios de produção, o que ocorreu foi a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho. Assim de acordo com o autor a sociedade recebeu o trabalhador livre sem ter feito a acumulação responsável por tal liberação.

Essas mudanças trouxeram a modernização da sociedade, no entanto, seu reverso acarretou o aumento do pauperismo e do subemprego, dos desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade social, com a ampliação sistemática da desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho e na renda nacional brasileira (MATTOSO, 1995, p. 124).

A citação exposta evidencia o contraditório crescimento econômico modernizante, excludente e concentrador, que não trouxe ganhos sociais, como vistos em outras nações, dado a sua estrutura social conservadora e desigual, bem como a sua posição periférica no mundo capitalista.

Nesse período que inicia nos anos de 1930 até aproximadamente a década de 1970, o Brasil experimentou um rápido desenvolvimento econômico que, ao invés de melhorar as condições de vida de sua população, reproduziu uma elevada incidência da pobreza, passando esta a ser um problema nacional dada a sua complexidade, resultante do padrão de geração e renda no país e o estilo de desenvolvimento adotado.

O modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e bem estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. O desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2002, p. 13).

Desta forma, dois problemas podem ser condicionados a reprodução da pobreza no Brasil. O primeiro consiste no volume e velocidade do êxodo rural e suas conseqüências para o mercado de trabalho urbano – uma estrutura fundiária baseada numa distribuição concentrada da propriedade; intenso processo de modernização agrícola fomentado pelo Estado, diminuindo as ocupações em atividades agrícolas e conseqüentemente, esgotando a capacidade de absorção da população, que acabaram imigrando para os grandes centros urbanos.

O segundo diz respeito ao tipo de geração de emprego e renda urbano, que ampliavam o assalariamento e a formalização das relações contratuais, e em contrapartida, reproduzia formas de integração precárias, descontínuas e irregulares,

coexistindo com o assalariado estável com direitos garantidos. Assim, um perfil desigual de renda e consumo de bens e serviços podiam ser observados.

Portanto, o padrão de desenvolvimento adotado no Brasil resulta do processo de industrialização, de fatores políticos e da concentração da riqueza na mão de uma elite conservadora pouco democrática, gerando uma sociedade heterogênea em que pobreza e exclusão são frutos do não-enfrentamento do problema agrário e da reprodução de força de trabalho mal remunerada.

O que remete ao entendimento de que desigualdade social, pobreza e exclusão e as características excludentes do mercado de trabalho não devem ser explicadas somente pelas leis econômicas. Faz-se necessário considerar como o Estado, pela via das políticas públicas, veio respondendo a esses problemas.

### **3.3 O Sistema de Proteção Social Brasileiro**

Toda sociedade desenvolveu algum tipo de proteção social, seja a escravista, feudal ou a capitalista, os que as diferenciam são as formas de regulação desses modos de produção. No entanto, é na sociedade capitalista onde desenvolvem-se sistemas mais sofisticados, em especial no século XX (principalmente nos períodos dos pós-guerra).

Desde 1536, a chamada proteção social já vinha sendo desenvolvida na Inglaterra com a chamada Lei dos Pobres ou *Poor Law*,<sup>31</sup> apresentando-se como um conjunto de regulações pré-capitalistas destinadas a pessoas que se encontravam à margem do trabalho, como idosos, inválidos, órfãos, crianças carentes, desocupados voluntários e involuntários.

---

<sup>31</sup> É importante destacar que a Lei dos pobres possuía um caráter mais punitivo do que protetor, os considerados vagabundos e indigentes iam para as *workhouses* (casas de trabalho) consideradas verdadeiras prisões, ou para asilos, onde não poderiam escolher as suas ocupações nem de seus filhos. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007)

No entanto, o marco da proteção social surge na Grã-Bretanha em 1795 com a Speenhamland Law, que consistia em um abono salarial ou rendimento mínimo garantido, reconhecendo assim, o direito de todos os homens a um mínimo de subsistência.

No século XX, a proteção social passa a ser vista a luz de princípios como liberdade, equidade e justiça social, abandonando assim, o caráter individual, a conotação natural e a vinculação com a pobreza absoluta, bem como, com as práticas voluntaristas e caritativas para adentrar num patamar de necessidades sociais, enquanto direito a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas.

Para tanto, velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades socioeconômicas, tiveram que ser repensadas. Da mesma forma, velhos vícios analíticos que concebiam a pobreza como um fenômeno desgarrado de determinações histórico-estruturais passaram a ser rechaçados (PEREIRA, 2000, p. 17).

Disso resultou uma nova concepção de proteção social, requerendo elaboração teórica com base em diagnósticos, valores éticos e paradigmas democráticos-cívicos, sendo o plano Beveridge<sup>32</sup> de 1942 a pedra angular do sistema de proteção social no mundo ocidental moderno.

Pensar o sistema de proteção social da sociedade brasileira requer entender as particularidades do país no que concerne a sua posição no capitalismo

---

<sup>32</sup> Antes do Plano Beveridge, existiu na Alemanha, entre 1883 e 1889, um esquema de seguridade social instituído pelo governo conservador do Chanceler Otto Bismarck, cuja principal função era desmobilizar a classe trabalhadora, que se sentia atraída pelos ideais socialistas da social-democracia alemã. Esse esquema contemplava o seguro saúde, o seguro acidente de trabalho e a aposentadoria. Trata-se do que ficou conhecido como esquema bismarckiano de proteção social, que vinculava-se exclusivamente ao trabalho e, pô isso, só atendia pessoas empregadas, mediante contrato e prévia contribuição. Baseado em outros princípios e critérios, o esquema baveridgiano, inaugurado na Grã-Bretanha em 1942, caracterizou-se por ser unificado e universal, abrangendo não só trabalhadores ma todos os que, por uma questão de direito, deveriam ter as suas necessidades básicas satisfeitas. Trata-se, portanto, de um sistema unificado universal e garantido de proteção social pública que, apesar de privilegiar o seguro social, possuía uma vertente não contributiva que se identificava com a assistência social (PEREIRA, 2000, p. 18).

mundial e as desigualdades historicamente presentes em sua formação social, não consolidando, portanto, uma proteção social com acesso gratuito, aberto e igual a todos os cidadãos, nem assegurando um acesso permanente aos direitos sociais, uma vez que as medidas de cunho regulador variaram de acordo com os interesses de cada conjuntura e governo. Assim, os países de capitalismo tardio não tiveram a implantação de um *Welfare State*<sup>33</sup> de acordo com o modelo adotado nos países de capitalismo avançado.

A edificação no Ocidente do Estado de Bem-estar social respondeu as demandas por maior igualdade e segurança nas economias de mercado, sendo as respostas a tais exigências variadas, seguindo as especificidades históricas e políticas de cada país, assim como, foram distintas o grau de justiça e igualdade adotados.

Portanto, a consolidação do *Welfare State* entendido enquanto respostas aos problemas sociais advindos das contradições capitalistas, sendo estas estruturalmente condicionadas pelas características políticas e econômicas de cada país, não ocorreu de forma homogênea, sendo possível identificar algumas tipologias<sup>34</sup>.

Desta forma, observa-se segundo Draibe (1990) a existência de três tipos de *Welfare State*: Residual, Meritocrático-Particularista (subdividido em Corporativo e Clientelista) e o Institucional-Redistributivo. O Residual supre deficiências do mercado quando os canais “naturais” de satisfação das necessidades (o esforço

---

<sup>33</sup> De acordo com Draibe (1990) o *Welfare State* configurou-se no âmbito do Estado Capitalista como um conjunto de medidas de proteção social de cunho regulador das distorções sociais, expresso nas transformações das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade em um dado momento do desenvolvimento econômico, acarretando a emergência de uma rede de seguridade social ampla ( educação, saúde, previdência, assistência, habitação, integração e substituição de renda, etc.) que conjuntamente com políticas de salário e emprego viabilizou o acesso de bens e serviços sociais básicos à população.

<sup>34</sup> A tipologia utilizada nesse trabalho e a usada por Draibe (1990) a partir das elaborações de Ascoli (1984) e Titmus (1963).

individual, a família, o mercado e a comunidade) são insuficientes, nessa lógica a política social é seletiva, de caráter tópico e residual.

O modelo Meritocrático-Particularista parte do mesmo entendimento que o residual, de que cada indivíduo deve se responsabilizar pelos riscos sociais existentes, através de seu mérito e de seu trabalho. Reconhece a necessidade parcial da política social para corrigir algumas deficiências do mercado. Segue a seguinte lógica: Mercado – renda – contribuição – proteção social.

O terceiro modelo denominado de Institucional-Redistributivo possui uma compreensão ampliada da proteção social, concebida como uma dimensão necessária e constitutiva das sociedades contemporâneas, que deve voltar-se para a produção e distribuição dos bens e serviços sociais independente das relações mercantis do mercado, uma vez que trabalha com a idéia de política social enquanto direitos de todos. Portanto, numa lógica universal e não condicional.

Visto os modelos existentes de *Welfare State*, faz-se necessário buscar perceber que tipo de proteção social a sociedade brasileira edificou, ao longo dos tempos, para sua população.

Segundo Draibe (1990), entre os anos de 30, iniciou-se um processo de intervenção estatal no enfrentamento das questões sociais que se estende até a década de 70, em que construiu-se e consolidou-se um sistema específico de proteção social, podendo destacar duas fases de produção legal que são efetivadas sob regimes autoritários (1930-1943 e 1966-1971).

O desenvolvimento da proteção social e conseqüentemente das políticas sociais no Brasil desenvolveram-se de forma lenta, débil e tardia, uma vez que somente a partir da década de 30, com o processo de industrialização em curso, é que o Estado passa a organizar formas de equacionamento da questão social, antes tratada como questão de polícia e não de política. Assim, estrutura-se um sistema

de gestão e regulação social dos conflitos sociais, sob o signo da ditadura Vargasista pautada na ideologia da colaboração entre classes.

Nesse contexto, tem-se a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e a criação da legislação trabalhista, baseada na *Carta Del Lavoro* do regime fascista italiano, onde o Estado passa a regular as relações de compra e venda da força de trabalho. Assim, tem-se elevados graus de “nacionalização” das políticas com a centralização de recursos e de instrumentos institucionais e administrativos de controle e cooptação.

Em seqüência a esse processo, tem-se no período de 1945-64 a continuidade de governos populistas, marcados pelas medidas de cunho antecipatório às demandas e pressões sociais. A ideia dominante de fazer a revolução antes do povo, caracteriza as relações entre o Estado e a sociedade. Embora nesse contexto se tenha um movimento de inovação legal-institucional nos campos da educação, saúde, assistência social e incorporação de novos grupos sociais aos esquemas de proteção social, a intervenção estatal continua dentro de um padrão seletivo, heterogêneo e fragmentado.

Com a instauração da Ditadura Militar de 64 tem-se um novo ciclo de acumulação de capital, com a associação entre capital nacional e estrangeiro e a repressão às manifestações democráticas, caracterizando-se pela implantação de um amplo e complexo sistema de gestão e regulação estatal dos conflitos sociais através de políticas de massa.

É dessa forma, sob característica autoritárias e tecnocráticas do regime que se instalou em 1964, que se completa o sistema de Welfare State no Brasil: define-se o núcleo duro da intervenção social do Estado; arma-se o aparelho centralizador que suporta tal intervenção; são identificados os fundos e recursos que apoiarão financeiramente os esquemas de políticas sociais; definem-se os princípios mecanismos de operação e, finalmente, as regras de inclusão/exclusão social que marcam definitivamente o sistema (DRAIBE, 1990, p. 09).

Buscando caracterizar o tipo de proteção montado no Brasil até a década de 1970, pode-se dizer que o princípio do mérito encontra-se presente, a partir do momento que se ergue o sistema, tendo como pressuposto a idéia da existência de uma igualdade de oportunidades no mercado em nível de estrutura produtiva, podendo ser alcançado via capacidade pessoal de cada indivíduo, numa sociedade extremamente desigual quanto a oportunidade de acesso ao mercado.

Diante disso, as políticas sociais brasileiras desenvolveram-se num modelo contributivo não conseguindo responder as demandas sociais, uma vez que os baixos salários acarretavam distribuições bastantes restritas, afetando a qualidade dos serviços. Acrescido a isto, tem-se o alto grau de concentração de renda e riqueza acarretando desdobramentos expressos na miséria, no subemprego e desemprego. Essas particularidades tendem a assistencializar os programas sociais tornando-os inafetivos no que concerne à elevação do patamar de vida da camada mais miserável da população. De acordo com Draibe (1990, p.10).

Dada a montagem meritocrático, de um lado, e perversa estrutura do emprego e do salário vigente, de outro, o sistema brasileiro desenvolveu um esquema assistencial denso, sobreposto e/ou paralelo ao núcleo securitário, dirigidos a grupos específicos, ditos “de riscos” – e, portanto, teoricamente residuais – mas que termina por se refletir à maior parte da população, assalariada ou não.

Desta maneira, os programas assistenciais incluíam não somente os inválidos, que por alguma razão não tinham como prover o seu sustento material, mas também eram utilizados como mecanismos de suplementação da classe assalariada cujos rendimentos não eram suficientes para uma sobrevivência digna, fazendo com que as políticas sociais adquirissem características clientelistas, assistencialistas e corporativistas, fatores distorcedores da efetivação coerente da proteção social, reafirmando todo um ranço cultural e histórico da sociedade via relações de favor e não de direito.

Portanto, a proteção social, até meados da década 1980, é marcada por um jogo de interesses onde o Estado, refletindo os interesses da elite burguesa

brasileira, acarreta problemas para as políticas sociais, no que concerne ao seu funcionamento, com ausência de controle e avaliação dos programas, com limitada formulação nos projetos devido ao distanciamento entre formuladores, executores e beneficiários, ineficiência dos programas compostos por ações corporativistas e clientelistas.

Desta acordo com Draibe (1990), o Estado brasileiro em sua estrutura organizacional colocou as políticas sociais distantes da realidade objetiva do país. Quadro este que passará por algumas modificações no final dos anos 1980, quando se estrutura um novo padrão para a proteção social no Brasil, deslocando-se de um modelo Meritocrático-Particularista em direção o modelo Institucional-redistributivo, principalmente nas áreas da saúde e assistência social, passando a adquirir princípios universalistas, viabilizando direitos sociais pautados numa busca de maior expansão da cobertura e afrouxamento do vínculo contributivo.

### **3.4 O Trabalho e a Proteção Social no Contexto do Novo Mundo do Trabalho**

Com o novo mundo do trabalho, o sistema de produção fordista deixa de ser o único modo de produção, abrindo espaço para um modelo japonês bastante flexível respondendo de forma imediata as oscilações cotidianas do mercado, mediante técnicas e métodos inovadores, como os Ciclos de Controle de Qualidade (CCQ); Just in Time (produção no menor tempo, com melhor qualidade); Método Kaban (reposição de peças somente após a venda); administração participativa, etc. Em conjunto, essas formas abrem espaço para a “ideologia da colaboração de classe”, camuflando o antagonismo entre capital e trabalho.

Essa nova lógica faz com que o trabalhador perca a coletividade, atingindo na essência a *classe-que-vive do trabalho* Antunes (1997), tanto em nível objetivo como subjetivo, principalmente no universo de sua consciência sindical e política. Tal ideologia transformou o operário de massa, cooptando a ideologia do

consenso, uma vez que nessa ordem o trabalhador é co-proprietário e, portanto, não existe mais necessidade de sindicatos e reivindicações de classes, porque todos os problemas passam a serem resolvidos em mesas de negociações.

A ocidentalização e desenvolvimento em nível mundial do toyotismo tem sua expressão no que o mundo conhece hoje por acumulação flexível, que em essência possui os mesmos elementos constitutivos do modelo japonês, abrindo algumas diferenciações que segue as particularidades de cada país. De acordo com o autor:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando um vasto movimento no emprego do chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então desenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

Diante de todas essas mudanças, são visíveis as alterações no mundo do trabalho, cujas características são: nova relação entre mercado e trabalho, aumento da especulação financeira, do desemprego estrutural e de novas relações capitalistas.

Deste modo, a crise atinge visceralmente a *classe-que-vive-do-trabalho*, uma vez que esta perde espaços de trabalho, direitos historicamente conquistados, bem como, sua consciência de classe que parece não resistir a tantas metamorfoses.

Nesse sentido, a crise da contemporaneidade traz em seu bojo mudanças nas diversas esferas da vida humana. Para serem analisadas coerentemente, faz-se necessário partir da compreensão de que em nível mundial, as duas últimas décadas são marcadas por profundas transformações, gerando toda uma

redefinição internacional das formas de produzir e de trabalhar. Tem-se nesse contexto a ocorrência de quatro grandes acontecimentos que alteram radicalmente o processo produtivo e o de trabalho: a) revolução técnico-científica; b) novas relações entre as economias nacionais; c) divisão do mundo em blocos econômicos; d) surgimento de um novo mundo do trabalho (ANTUNES, 1997).

Com a revolução técnico-científica operada na década de 1980, tem-se a ciência como a principal força produtiva que inserida no processo de produção e trabalho comanda e direciona ambos. A automação, a robótica e a microeletrônica acarretam o surgimento de novos processos produtivos, misturando, substituindo e alterando o modelo de produção fordista (até então o único). Nessa nova lógica, o trabalhador sai da condição de suporte da máquina, sendo exigido dele um trabalho inteligente pautado no conhecimento, criando assim, uma maior acumulação para o capital, tendo em contrapartida, uma remuneração de menor valor.

Devido a esse avanço tecnológico no processo de produção e de trabalho, alteram-se as relações entre as economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, uma vez que o fim das barreiras entre os Estados nacionais, torna o capital flexível, e o mesmo passa a alocar-se em lugares propícios ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, a mão-de-obra barata e desqualificada não interessa ao capital estrangeiro e os países do chamado terceiro mundo passam a enfrentar a grande dificuldade de se inserirem em novos padrões do comércio mundial.

Essas mudanças nas relações econômicas mundiais expressam-se na formação de grandes blocos econômicos, cuja finalidade é a criação de um mercado único para a circulação das mercadorias. Desta forma, a produção se internacionaliza, criando uma linha de montagem mundial, onde a produção passa a ser flexível, tendo como marca fundamental o fato da mercadoria não ter mais pátria, (usando com isso um menor custo, preço e tempo com maior qualidade e lucratividade).

A junção desses três processos culmina com o surgimento de um novo mundo do trabalho, tirando a predominância do fordismo enquanto único modelo de produção existente. Nesse contexto, emerge no pós-guerra japonês o toyotismo instaurando um sistema produtivo que sintoniza produção e demanda, afastando-se do sistema de produção em série e em massa, com controle de tempo e movimento, com o trabalho parcelar, cujas funções eram fragmentadas, existindo a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, com unidades fabris concentradas e verticalizadas, e grandes estoques.

Essa reestruturação da produção opera mediante uma contraditória processualidade da desproletarização, reduzindo o proletariado industrial e fabril e pela subproletarização, acarretando a precariedade do emprego no setor de serviços e da remuneração, fazendo surgir o trabalho precário, subcontratado, tercerizado, onde o trabalhador perde vínculos legais que lhe asseguram proteção e direitos. Tal processo é fomentador de uma classe trabalhadora multifuncional, flexível, fragmentada, heterogenizada e complexificada.

Nessa ordem, segue uma dupla dimensão. A mesmo tempo em que a lógica do capital qualifica/intelectualiza uma determinada parcela da classe trabalhadora em alguns ramos, por outro lado desqualifica, uma vez que a maioria fica a margem do processo produtivo, por não desempenharem um trabalho inteligente pautado no conhecimento técnico-científico. É como se existisse uma classe do trabalho do centro e outra da periferia.

Nessa lógica, “o capitalismo contemporâneo precisa ganhar corações e mentes dos trabalhadores o que significa desestruturar-lhes a identidade de classe. Daí a ênfase no consenso, na harmonia, e no empenho em declarar o fim da luta e das utopias” (CARVALHO, 1992, p. 08).

No entanto, as mudanças no mundo do trabalho não eliminaram a contradição capital *versus* trabalho, tampouco a exploração e a produção de mais-valia. Tem-se, em contrapartida, o aumento do estranhamento do processo produtivo e da esfera do consumo. Portanto da *alienação* do trabalho.

Pautada em todas essas questões expostas é que alguns teóricos como Offe (1989), Kurtz (1997), Habermas (1968) e outros corroboram com a idéia do fim da sociedade do trabalho, da sua centralidade. Na verdade, considera-se precipitada essa proposição, pois, a crise existente remete ao trabalho abstrato (valor de troca) e não do concreto proposto em Marx, como criador de uso, de “trabalho como ponto de partida para uma vida cheia de sentido, joga-se fora um elemento essencial da atividade humana, e aí não resta outra alternativa senão sonhar romanticamente com uma sociedade emancipada no tempo livre, mas opressiva no trabalho” (ANTUNES, 1996, p. 85).

Para tanto, compreende-se que o trabalho ainda constitui-se como forma pensar a sociedade, embora o mesmo esteja inserido em novas organizações societárias postas no mundo contemporâneo. Segundo Frigotto (1995), o movimento de reorganização do capital e da estruturação de um novo regime de acumulação do mesmo ocorre sob a emersão e direcionamento nos organismos internacionais. Assim:

Os novos senhores do mundo: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Grupo dos Setes países mais industrializados (G7) e seu Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), são os responsáveis diretos por toda essa onda de emprego e subemprego que atinge o capitalismo como um todo. Na verdade este novo governo mundial tem na privatização do conhecimento e nos processos de exclusão suas armas básicas. Por certo esta forma de resposta não é nem única, nem a humanamente desejável (FRIGOTTO, 1995, p. 61).

Contudo, entender o trabalho e a proteção social na fase atual do desenvolvimento capitalista requer inseri-lo nos processos de globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo. Tal conjuntura tem criado uma nova

dinâmica para o mercado e as relações de trabalho na sociedade, adequando-se a uma economia mais globalizada, competitiva e flexível.

Como já abordado nos itens anteriores, a questão do trabalho e da proteção social foram se diferenciando de acordo com as fases de desenvolvimento e consolidação capitalista, sendo na atualidade redimensionadas pelas mudanças em curso nas sociedades contemporâneas, cujo fenômeno mais visível responsável pelos processos de exclusões em curso é o desemprego.

Na revolução industrial, o desemprego é caracterizado por um contingente de pessoas e populações expulsos das atividades feudais e artesanais destruídas pelo desenvolvimento do novo modo de produção. No entanto, fazia parte da estruturação de um novo mercado de trabalho, que tinha a promessa de resolvê-lo quando edificasse por completo o novo modelo de produção e trabalho.

Outra manifestação do fenômeno ocorre no século XIX, cujo diferencial do período anterior seria o ressurgimento do desemprego em um mercado de trabalho plenamente constituído, atingindo desta vez os trabalhadores industriais. No entanto, a grande explicação para a ocorrência do problema era o desenvolvimento ainda limitado do capitalismo, o que seria resolvido com o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

No contexto atual, identifica-se que determinadas previsões não se concretizaram, acontecendo o oposto do previsto, uma vez que o pleno desenvolvimento das forças produtivas não conseguiu diminuir os índices de desemprego. Hoje os números são alarmantes e o desemprego atinge pessoas que ainda não foram incorporadas ao mercado de trabalho ou foram de forma precária.

Embora os governos venham trabalhando sob a ideia da necessidade das reformas nos sistemas regulatórios dos mercados e das relações de trabalho, as mudanças propostas não vêm alterando os problemas existentes, haja vista o

desemprego continuar a se elevar, fomentando uma heterogeneidade de formas e condições de trabalhos aliados a desigualdades socioeconômicas crescentes.

A proposta edificada pelas economias desenvolvidas que posteriormente se estenderam para as que estão em desenvolvimento foi a necessidade de desregulação econômica e social materializadas através da racionalização produtiva, flexibilização e quebra do sistema de proteção social contrapondo-se, assim, ao padrão fordista em voga nas décadas anteriores, fundamentado nas negociações coletivas, no peso negociador dos sindicatos e numa normatização do Estado.

A racionalização produtiva modificou não só as relações de produção com a introdução de novas tecnologias e sistemas organizacionais, como as de trabalho com a desarticulação do sistema de negociação coletiva e a rede de proteção social. A seguinte colocação expressa bem essas mudanças:

A racionalização produtiva orientou-se para a obtenção da maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho, com vistas à redução máxima dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos impostos pela instabilidade e mutação dos mercados. Esse processo teve suas perspectivas crescentemente abertas pelo rápido desenvolvimento e incorporação de novos equipamentos informatizados e flexíveis, pela introdução de novos métodos de organização produtiva (*kanban*, *just-in-time*, etc.) e pelo processo de especialização e desverticalização produtiva que se articulou ao desenvolvimento de todo um sistema de subcontratação de produção e serviços (DEDECCA, 1999, p. 23).

As mudanças advindas com o movimento da globalização e da reestruturação produtiva vêm aprofundando as desigualdades socioeconômicas mundiais rebatendo no mundo do trabalho, percebidas pelo desemprego e pela desigualdade de renda entre nações ricas e pobres, da mesma forma que os processos de exclusão social também se diferenciam. “A globalização não vem produzindo um mundo mais homogêneo, com melhor repartição de riqueza, produção, trabalho e poder” (POCHMANN, 2001, p. 08).

De acordo com o autor recentemente citado, a partir dos anos 1970, a economia global passou a evoluir favoravelmente para a geração de um maior excedente de mão-de-obra. Para uma população economicamente ativa estimada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de um bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada. Ou seja, um a cada três trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência (subemprego).<sup>35</sup>

Dos trabalhadores que compõem o excedente de mão-de-obra, 150 milhões encontra-se na categoria de Desemprego Aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividade de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de baixa remuneração. Apesar de expressivo, o desemprego em massa na economia global não constitui uma novidade histórica, assim como a sua forte interface com a pobreza e a exclusão social.<sup>36</sup>

Nesse contexto, os discursos existentes com o reaparecimento do desemprego aberto em larga escala, resultam no entendimento de que o excedente de mão-de-obra estaria relacionado exclusivamente com o comportamento do mercado de trabalho<sup>37</sup>, sendo o desemprego associado a inflação e depois a existência de diversos mecanismos de proteção social e garantia de renda do trabalhador. Estando nesse último o cerne das idéias neoliberais, que buscava a explicação para a crise de acumulação do capital no intervencionismo estatal, bem como, no poder do movimento sindicalista, que com suas reivindicações corroíam o sistema, aumentando os gastos sociais com suas manifestações em busca de melhores salários.

---

<sup>35</sup> Esses dados são da OIT 1999, retirados do livro de Marcio Pochmann, o Emprego na Globalização.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Vale ressaltar que o desemprego nas fases anterior do capitalismo era entendido como produto da insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas e não como desajuste da concorrência no interior do mercado de trabalho.

As colocações postas anteriormente demonstram como os processos de globalização rebateram de forma drástica nas relações de trabalho e proteção social. No Brasil dos anos 90, tem-se a busca da estabilidade econômica e a reforma na Constituição Federal vigente, juntamente com a estabilidade da moeda.

Assim, o ideário liberal de redução da participação do Estado nas atividades econômicas e a desregulamentação do mercado foram sendo colocadas em prática por todo o governo de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, o Estado não teria funções empresariais cedendo lugar ao mercado, nem assumiria o papel de provedor social, dando vez a iniciativa privada mercantil e não-mercantil. O Brasil abre-se ao capital estrangeiro, integrando-se ao sistema econômico mundial.

Desta forma, tem-se uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta (Pereira: 2000).

Após as devidas explanações de como os processos de exclusão, ruptura com o mundo do trabalho e (dês)proteção social rebateram nas condições de vida de parcelas significativas da população brasileira, o próximo capítulo trará as implicações desses no cotidiano das famílias entrevistadas que vivenciam a pobreza, o desemprego e a desproteção social.

#### **4 Formas de manifestações e enfretamento da Pobreza no Município de Maracanaú.**

“A liberdade sem proteção pode levar a pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, 1998).

Analisar no contexto contemporâneo as condições de vida e trabalho de famílias empobrecidas requer um olhar atento às transformações históricas atuais que alteram a face do capitalismo e seus rebatimentos na esfera do Estado e da sociedade civil, uma vez que os processos pelos quais as famílias passam (sendo as mesmas os interlocutores da pesquisa) não podem ser atomizados em situações individualizadas. Tais situações são reflexos do modelo de desenvolvimento adotado, aliada a história de nossa formação enquanto sociedade. Por isso, articulamos discussão da pobreza as questões do trabalho e da proteção social, uma vez que são intimamente articuladas, tendo rebatimentos diretos, uma em relação a outra.

Desta forma, abordar o fenômeno da pobreza requer ter como horizonte de análise as assimetrias e diferenças na trama da herança político-cultural e histórica da sociedade brasileira, que construiu um quadro de desigualdades e injustiças sociais crescentes, forjadas na história de uma cidadania restrita e de um Estado que não chegou a consumir o bem comum, e nem estendeu o bem estar social a todos, não se responsabilizando amplamente com o conjunto da sociedade.

Requer também o entendimento de que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil sempre foi o econômico em detrimento do social, cuja tradição política e ideológica pautou-se na concepção de que este seria a única via para a redução da pobreza, sendo um fim em si mesmo, não possuindo uma compreensão ampliada de desenvolvimento e articulando-o a outras dimensões, quais sejam: social, cultural, política e ambiental. Desenvolvimento entendido como liberdade, cujo propósito final é o ser humano – desenvolver para e pelas pessoas -, acarretando equidade nas relações sociais.

Nessa perspectiva, a pobreza se ampliou nas últimas décadas no Brasil, advindas de causas internas e externas, avanços tecnológicos, reestruturações produtivas e organizacionais. Além disso, na esteira dos processos de abertura econômica, interligados a forma como a globalização vem se desenvolvendo no cenário mundial, ocorreram, de forma paradoxal, a pobreza e a concentração de renda.

No capítulo que segue conheceremos como vivem, ou melhor, sobrevivem os deserdados do crescimento econômico, seus riscos e vulnerabilidades, mas também suas capacidades de enfrentar as situações adversas que precisam cotidianamente responder seja pelo trabalho precário, a ajuda e/ou a busca de inserção em programas sociais, num universo marcado pelo desemprego e pela negação de seus direitos sociais básicos. A intenção foi interpretar com exatidão como o tipo de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira afeta as relações de trabalho e modo de viver de famílias pobres, submetendo-as a situações degradantes da condição humana – não conseguindo manter um nível digno de vida.

#### **4.1 As manifestações da pobreza no município de Maracanaú.**

Iniciaremos a discussão, partindo da afirmação de Henriques (2000), que o Brasil não é um país pobre, mas injusto com muitos pobres; em que a desigualdade é o principal determinante dos elevados níveis de pobreza. Que se expressam na desigualdade de renda, desigualdade educacional e de poder político.

Para tanto, buscamos articular a diversidade de visões acerca desse fenômeno (como já conferimos anteriormente) com a visão das famílias inscritas e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família em Maracanaú sobre o que é ser pobre, diante do desemprego, da violência urbana e do precário acesso aos direitos básicos no âmbito da saúde, educação, moradia, assistência social, entre outros.

Ser pobre possui, portanto, um significado social e simbólico e não somente econômico.

As falas que seguem demonstram que as manifestações da pobreza são complexas, podendo ser definida, de forma genérica, com a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Porém, o que são necessidades? Como saber se essas necessidades estão sendo satisfeitas? O que uma pessoa precisa para viver com dignidade? São perguntas que não possuem uma resposta unívoca, uma vez que depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em uma dada sociedade, em um determinado contexto socioeconômico. A seguinte fala lança luzes sobre essa questão:

Pra mim pobreza é carência das pessoas, não ter, quem vive na rua, quem vive pedindo, quem vive doente, à custa dos outros, é uma tristeza muita a pessoa viver na mais baixa pobreza. Eu por exemplo, não me acho pobre, porque graças a Deus meu marido tem um trabalho, o ganho é pouco, mais nós passa, tem como dar de comer a mim e aos meus filhos, tem como manter, mesmo com dificuldade, mais ele tem como manter, e quem não tem trabalho, não tem o que comer, onde morar, eu acho que seja o fundo do poço mesmo, a mais triste pobreza (Girrasol).

O pensamento de Abranches (1987) nos ajuda na discussão afirma que a pobreza pode ser analisada como uma situação de carências diversas em que o indivíduo não consegue manter um padrão mínimo de vida condizente com o estabelecido no contexto histórico, não se reduzindo a privação de bens materiais, mas também espiritual, moral e político. Tal situação comporta: insuficiência de renda, emprego, usufruto de recursos sociais (saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria, pensões, dentre outros). A fala seguinte é reveladora desse acúmulo de faltas, que em conjunto dificultam o acesso das pessoas a bens e serviços:

Quando você chega ao ponto de não ter o que comer, você não tem condição de pagar uma água, uma luz! Ai eu acho que você já tá aí numa situação de pobreza. O que eu tenho notado é que as pessoas que estudam mais se dão melhor, né? Agora se a pessoa, já é uma pessoa que não estudou que não teve condições de estudar, porque precisou trabalhar cedo, que foi o meu caso, né? Que precisei trabalhar cedo e depois entrei num relacionamento, aí já tive filho, já não podia estudar, já não podia nem mais trabalhar, porque tinha que cuidar dos filhos! Ai é que a situação melhorava se a pessoa estuda, se a pessoa se esforça um pouco pra obter conhecimento, pra poder arranjar um trabalho, porque sem conhecimento é difícil! Eu identifico uma pessoa pobre, quando a pessoa vive mal, vive sofrendo, vive lutando por uma coisa que o ser humano precisa muito que é a alimentação! Que tem sido, até meu caso, eu tenho assim lutado pra alimentar meus filhos, eu não tenho lutado pra vestir, pra ter um luxo, pra passear, pra se vestir bem, né? Esse tipo de coisa. Eu tenho lutado mesmo é pra se alimentar! E eu acho que aí é quando a pessoa chega num estágio mesmo triste, porque tá pobre mesmo. Acho que a pessoa é pobre quando ela não tem o mínimo que o ser humano precisa pra viver, que é alimentação, é o mínimo! Porque você sem outras coisas você até passa sem! E sem alimentação? Você não tem pra onde correr, você adocece e você até morre! Não é? (Tulipa)

O relato revela a complexidade do fenômeno da pobreza, expressando a não satisfação de necessidades básicas, inclusive a principal que é se alimentar. Portanto, nossa sociedade, embora seja economicamente desenvolvida, no que concerne ao desenvolvimento humano demonstra sérias fraturas. No caso específico do relato exposto por último, ainda estamos discutindo num patamar de pobreza absoluta, ou seja, questões relativas à sobrevivência física. Portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital, o que se torna mais preocupante.

Outro aspecto interessante de se observar é a articulação que a entrevistada faz entre pobreza, educação, possibilidades de inserção profissional e conseqüentemente acesso a alguma renda, o que não equivale dizer que o fato de ter estudo garante uma inserção na sociedade. Mas uma questão é fato: a articulação entre essas dimensões é visceral para uma possibilidade de vida melhor, fato este comprovado em estudos, mais também percebido na realidade cotidiana dessas famílias.

Tanta dificuldade a gente passa, a pessoa trabalha tanto e ganha tão pouco e também esse negócio assim quem mora numa comunidade pobre dessa eu acho que a energia e água não era pra ser tão alta, do jeito que vem. Todo mundo tem baixa renda, todo mundo é pobre, pobre assim, você sabe como é, não tem trabalho, é contada as pessoas que trabalham de carteira assinada, que tem seus direitos, é contada as pessoas aqui dentro, porque a maioria trabalha no lixão (Violeta).

A pobreza na sociedade brasileira vem sendo tratada de forma naturalizada, banalizada, colocando os que vivenciam essa situação num lugar social que se define pela não participação na vida em sociedade. Vale ressaltar que a pobreza envolve múltiplas situações e não só o caráter econômico, supondo também preconceito e discriminação como processos éticos e culturais. A fala se reporta ao trabalho no lixão, uma atividade tida com desprezo, estigma, por se trabalhar muito e se ganhar pouco.

Desde que eu nasci não existe nada fácil, minha mãe não tinha onde morar, meu pai havia abandonado ela, aí a minha mãe foi pro canto abandonado em Ipueiras (interior do Ceará), aí um senhor deu um terreno pra ela construir uma casa, junto com material aí ela teve uma casa. Depois ela vendeu e comprou uma casa no Horto (bairro de Maracanaú). Tive que trabalhar. Com 12 anos, fui trabalhar em casa de família para mim sustentar, porque minha mãe não tinha condições, aí deixei de estudar, fiquei na 3ª série, desde então é essa dificuldade. Nunca consegui um emprego bom, porque não tenho estudo, aí aos 16 anos conheci o pai dele (filho mais velho), então me juntei e tive seis filhos com ele, aí ele me abandonou, ele bebia muito, começou a bater em mim e nos meninos, as vezes deixava a gente dormir do lado de fora. Esperei meus filhos crescer um pouquinho pra me separar porque às vezes quando os filhos não entendem acham que a mãe é culpada, pra eles verem que o pai deles não prestava. Cheguei muitas vezes a ir para as ruas pedir ajuda e levava eles (filhos), hoje somos separados, ele não da nada pro filhos, ainda me tomou eles um período e o juiz deu, aí ele ficou 6 meses com os meninos, aí o juiz devolveu os meninos para mim (Jasmim).

A fala expressa um histórico de diversos problemas tais como: dinâmicas familiares, trabalho infantil, violência contra mulher, baixa escolaridade e questões de gênero. Inicialmente, o problema da moradia da mãe. Depois, a impossibilidade de manter os filhos, o trabalho infantil presente na necessidade de sobrevivência, o abandono dos estudos para poder trabalhar, seguido de casamento e gravidez precoce com 16 anos. Demais problemas de relacionamentos, aliados a violência doméstica, representam as mais diversas manifestações da pobreza,

demonstrando um ciclo intergeracional da pobreza, uma vez que a tal situação vem sendo vivenciada de geração em geração.

Como podemos ver, a pobreza, “é em princípio, ampla, imprecisa e supõe gradações. Mesmo existindo em toda parte, é sempre relativa a uma dada sociedade (...). Por comportar as idéias de recursos, necessidades e escassez, jamais poderia expressar-se como uma noção estática, tampouco, válida em toda parte” (OSTERNE, 2001, p. 95). Daí a necessidade de percebermos essa multiplicidade de variações de como esse fenômeno se apresenta nas situações cotidianas dessas famílias, bem como a sua reprodução ao longo das gerações de uma mesma família.

A desigualdade social consiste num desafio histórico que ainda não foi resolvido, sendo um produto cultural presente em todas as formas de sociedade, resultado de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, tratando distintamente dominados e dominantes, com direitos, oportunidades e horizontes diferenciados.

As denominações mendigos, pedintes, vagabundos, marginais que povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados que atravessaram séculos passam, mais precisamente, a partir dos anos de 1990, a ser caracterizados por uma nova noção – a exclusão social – que vai protagonizar o debate intelectual e político sobre os excluídos.

Porque às vezes agente está doida para comprar uma coisa e não pode. Não digo só comida, mais coisas para casa, para você, para seus filhos. Como ontem eu tava dizendo para meu esposo e ele até achou graça, que o cupim tava comendo o meu sofá todo (**risos**) e ele disse: deixa isso aí, deixa isso no canto. Mas se eu tivesse condições, agente não tava passando por isso, não é? Mas é isso mesmo, ninguém pode é ficar desesperado da vida. É! Não tem como comprar as coisa e as vezes agente quer comprar uma coisa para gente ou para filho da gente e não tem condição e muitas vezes eles pede uma coisa pra comer e agente não tem, não é? Aí, dói na consciência da gente. E já aconteceu comigo e eu creio que acontece com muitas mães, que tão por ai, e os filho pede uma coisa para comer, para brincar, usar e não tem. Eu acho assim! É, as vezes eu digo assim: eu sou pobre, aí o meu esposo diz assim: nós somos rico porque nós temos Deus no nosso coração. Mas, eu me sinto. Apesar de ter Deus

no coração, não é? Que todos temos. Mas eu me sinto assim, porque eu não tenho uma coisa que preste dentro de casa e assim de não poder comprar, eu me sinto sim, eu não vou mentir! Eu sou rica porque tenho Jesus no meu coração, mas eu sou pobre, porque falta as coisas não é? (Vitória-Régia)

O relato revela um modo de dissociação do vínculo social. Privados de oportunidades de acesso a bens materiais, elevando as disparidades das condições de vida humana, vivência de não poder usufruir determinados bens, é o entendimento que muitas vezes se encontra presente no imaginário dessas famílias, de que existe algo errado que, embora se considere rica de espírito, lhe falta algo. Este algo a torna pobre materialmente, não sendo, mesmo assim, motivo para não se considerar pobre.

Partindo das situações de vulnerabilidade, Castel (1998) coloca que estas resultam das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações de trabalho e os sistemas de proteção social. Assim, percebe-se a íntima relação entre as duas instâncias (trabalho e proteção social), principalmente se pensado na edificação de uma sociedade salarial baseada no binômio fordismo/keynesianismo, que criou todo um sistema de seguridade ligado ao trabalho, com garantias e direitos incorporados a este, protegendo os operários das situações de vulnerabilidade quando fora das relações de trabalho, guardadas as particularidades da sociedade brasileira. A fala seguinte apresenta alguns aspectos do que seja o trabalho para essas famílias e o seu forte poder de inserção e de resolução para a problemática da pobreza.

...Trabalho é! Trabalhar pra mim é uma coisa muito boa, a pessoa trabalhar ter seu dinheiro pra comprar suas coisas, não faltar nada, pra mim é uma felicidade, se eu trabalhasse num vivia numa vida dessa não, agente vê que quem trabalha mesmos ganhando pouco, não passa tanta necessidade não é? Mais difícil vive quem não trabalha (Angélica).

A relação entre rendas e realizações, entre rendas e capacidades, é necessário ser avaliada, bem como a relação entre riqueza e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. A fala reflete uma necessidade de segurança, a

possibilidade de viver bem, fazer planos, e de levar uma vida melhor. Ter um emprego que, mesmo que não signifique romper com a condição de pobreza (uma vez que um salário mínimo dependendo da composição familiar e de outros elementos não equivale viver dignamente), pelo menos no imaginário dessa população que nem chegou à experiência do emprego, se configura enquanto um sonho almejado – sinônimo de uma vida sem miséria e sem privações. Outra fala que reforça a discussão do emprego é a seguinte:

Ter emprego fixo é ter dinheiro, é um meio de sobrevivência, se não tiver trabalho não tem sobrevivência no mundo. É muito bom a pessoa trabalhar. A gente trabalhar e ter o dinheiro da gente, né? Porque a gente sem o dinheiro, num... Vai pra frente, não! A pessoa só dá certo se tiver renda para poder ter o que precisa para viver. (Lírio)

A idéia cristalizada de que pobreza é simplesmente escassez de renda está razoavelmente estabelecida na literatura sobre o tema. Entretanto, essa não é uma idéia tola, pois a renda tem enorme influência sobre o que podemos ou não podemos fazer.

A inadequação da renda freqüentemente é a principal causa de privações que normalmente associamos a pobreza. O que não pode ocorrer é a compreensão de que esse não acesso a renda advém de uma problemática individual, de mérito, e não das condições objetivas que essas populações tiveram ao longo de suas trajetórias, porque, mesmo estudando e possuindo habilidades, o emprego não é conseguido, o que equivale entender que o indivíduo não pode e não deve levar a culpa, quando não consegue se inserir nos processos produtivos.

Por isso, as análises da precariedade do trabalho, do desemprego, a incerteza do futuro e a pobreza precisam ser aprofundadas para que interpretações, como a citação que se segue, não reforce a idéia liberal de que o mercado está para todos, basta esforço para conseguir o seu lugar:

Não sei dizer não! Eu só sei que eu acho que me sinto culpada, porque eu não fui eu não estudei né? Não procurei o melhor pros meus filhos, né? Mas todo mundo erra um dia, né? Eu acho que (pensando) que meus filhos tá assim sofrendo, eu acho que a culpada é minha! Eu tô, tô fazendo o possível, né? Por eles, né? É! Eu acho que seja isso, porque eu não procurei o melhor pra mim. E é por isso que os meus filho tão nessa vida, né? Você vê muita gente aí que trabalha, né? Que estudou, né? Tem uma boa vida, né? Não é vida de rico não, mas tem uma vida melhor, pode fazer o que quiser, pode, né? Isso! Porque o estudo é tudo, né? O estudo! A gente pode fazer tudo na vida, um dia! Por isso que eu faço de tudo pros meus filho não perder aula. E o que eu passei, eu não quero que eles passem! Se no caso eu tivesse estudado, hoje em dia eu tava trabalhando, né? Eu tinha uma boa vida, ou um pouquinho de boa vida e tava até cuidando da minha mãe, né? Tava levando ela pro hospital, pra uma clinica, né? Só que eu não posso fazer nada por ela! Aí eu sinto aquela tristeza, né? Eu acho que pobreza é tristeza, né? Eu acho que é, deve ser, né? (Rosa)

O relato expõe uma concepção tradicional da pobreza presente na sociedade, que além de desconsiderar a historicidade e as relações sociais desiguais, culpa os pobres por sua situação de pobreza, colocando na esfera individual a determinação de um fenômeno social como a pobreza. Esse tipo de concepção tem sido adotado por conservadores e liberais, sendo inclusive introjetada no imaginário da maioria da população, servindo de base para elaboração de políticas punitivas de enfrentamento da pobreza.

Como podemos perceber nos relatos, as interpretações sobre a pobreza são tão diversas quanto os conceitos existentes na literatura sobre o tema. Isso reflete a necessidade, defendida nesse estudo, da importância das abordagens multidimensionais da problemática, de maneira a percorrer todos os âmbitos onde esta se manifesta, bem como, suas possibilidades de superação, que de acordo com as falas só poderão ocorrer pelo acesso a uma renda, seja do trabalho ou emprego:

A pobreza existe porque não tem emprego! **Se tivesse emprego, não existiria pobreza?** Teria não, né? Porque todo mundo ia trabalhar, né? Porque tem dia que falta, né? Na mesa da gente, porque a gente não tem um emprego. Que nem ontem ou foi anteontem o meu gás acabou-se e eu fiquei naquela tribulação, chorando sem saber da onde ia arranjar né? Aí, foi que eu fui lá no Jereissati na casa de uma mulher que eu já tinha trabalhado lá. Aí, ela me deu vinte real, aí eu peguei interei com o que eu tinha e comprei o gás! Eu digo que é emprego, porque se meu esposo tivesse um emprego agente não tava nessa situação! (Vitória-Régia)

Desta forma, trabalho e proteção social consistem em dois pilares sobre os quais se poderá pensar como a sociedade brasileira vem tratando os seus excluídos, haja vista a mesma ter como núcleo orgânico de sua desigualdade e injustiça social a problemática do trabalho e da proteção, uma vez que não consumou um mercado de trabalho homogêneo (como nos moldes dos países desenvolvidos). Conseqüentemente, também não concretizou um Estado de bem-estar social nas mesmas proporções.

O pior de tudo é falta de um emprego, um posto de saúde, uma casa de Deus, um posto policial, queria ter uma pessoa competente (fala sobre o governante), que visse a situação dos adolescentes, muita criança trabalhando no lixão de 9 a 10 anos, usando drogas, muita gente que compra reciclagem da criança, tem uns que trabalham pela necessidade de ajudar, às vezes a gente entende pelo lado da necessidade da família, mais não deveria ser assim. (Violeta)

Ou ainda:

O esgoto na porta, esta me matando, porque tenho bronquite alérgica, tem muita coisa que não tá certo, político quando e pra ganhar vem tudo na porta depois que ganha se esquece, só promessa. Aqui merecia um posto e para as pessoas ir tem que ir de madrugada porque é só 15 ficha, a pessoa volta, porque nunca consegue a ficha, ai fica doente, outra coisa que precisava era ter lazer, praça, pra pessoa ter pra onde ir, mais aqui não tem nada..(Azaléia)

As falas expressam a ausência de proteções sociais eficazes, capazes de melhorar as condições de vida dessas famílias, que chega a uma dimensão de não-cidadania, onde os direitos básicos não são respeitados, nem atendidos. Tal constatação aponta, no caso brasileiro, a fragilidade dessas políticas de proteção social, tornando ainda mais perversas as manifestações da pobreza.

Eu queria (pausa) que se eu pudesse ter opção eu queria uma vida mais confortável, sem tantas preocupações e problemas, queria descansar a mente, é tão cansativo lutar todo dia pra sobreviver, tem horas que dá vontade de desistir. Eu queria melhorar. (Azaléia)

Aqui podemos ver a complexidade da fala, expressa na não liberdade, não ter opção, sendo necessária uma análise da pobreza como privação de capacidades, de liberdade. Com essa referência, se melhora o entendimento da natureza e das causas da pobreza e da privação de bens e serviços. Vejamos o que nos diz Telles:

No mundo público, são apenas os “pobres”, expressão que sugere mais do que uma simples descrição sociológica da realidade porque expressa uma diferenciação que é a forma mais radical da destituição: os pobres são aqueles que não tem nome, não tem rosto, não tem identidade, não tem interioridade, não tem vontade e são desprovidos da razão. Nessa (des)figuração, é definido também o seu lugar na ordem natural das coisas: são as classes baixas, as classes inferiores, os ignorantes, que só podem esperar a proteção benevolente dos superiores ou então a caridade da filantropia privada. As figuras da pobreza dizem, portanto, mais do que os horrores da privação material (TELLES, 1999, pág. 117-118).

A autora reflete como a questão da pobreza se expressa no cotidiano das pessoas. Assim, as falas trabalhadas ao longo no texto vez ou outra se reportam a questão do ter trabalho, ter emprego e, conseqüentemente, renda e direitos como forma de sair da condição de pobreza que se encontram. Entretanto, uma reflexão se faz necessária: o trabalho na sociedade brasileira não se generalizou enquanto o meio pelo qual os indivíduos retiram renda, *status*, proteção e identidade. Isso porque, a constituição do nosso mercado possui algumas particularidades que não permite essa ocorrência, dada a forma de institucionalização do trabalho livre, a constituição da classe operária (essencialmente composta por imigrantes estrangeiros) e o processo de industrialização e urbanização brasileiro, que se realizou sob o signo da dominação oligárquica e patrimonialista, associada a uma modernização conservadora.

Conseqüentemente, as proteções ao trabalho não possuem raízes profundas e firmes de sustentação, degradando-se com facilidade, expressando a dificuldade das políticas sociais em realizar coesão social e atender aos interesses da grande massa da população. Coesão esta agravada por uma pobreza expressa por condições precárias de vida advindas da precariedade econômica e social,

instabilidade conjugal, vida social e familiar envolta em diversas vulnerabilidades, baixo nível de participação nas atividades sociais, etc.

Percebemos um discurso, atrelado ao imaginário dos sujeitos entrevistados, de que um emprego ou trabalho, somente e por si só, possibilita melhorias de vida significativas, o que não condiz com a realidade do trabalho e da proteção social na realidade brasileira. É uma idéia quase que universal nos segmentos pauperizados. E isso é complicado porque quais as reais condições dessas famílias de se inserirem no mercado de trabalho? Como é possível, sem as qualificações e exigências do mercado de trabalho atual? Então, fora do circuito da produção e das trocas capitalistas, que futuro se reserva para essa população? São questionamentos importantes a se fazer, que tentaremos abordar no próximo item, trazendo alguns indicativos interessantes de como essa população pobre vem conseguindo reproduzir dentro dessa sociedade.

#### **4.2 Desvendando as formas de enfrentamento da pobreza através das alternativas de sobrevivência acionadas pelas famílias pobres do município de Maracanaú**

Como pudemos visualizar até o presente momento do trabalho, os sujeitos dessa pesquisa se situam socialmente entre os que são designados pela sociedade como pobres, vivem em bairros periféricos, exercem ocupação com baixa qualificação, têm escolaridade também baixa e recebem as remunerações ínfimas. Portanto, possuem perspectivas de inserção na sociedade de maneira precária e marginal, uma vez que se incluem nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que racionalmente é conveniente, além de necessário, a reprodução do capital.

Nessa lógica, esse item buscou apresentar as alternativas de sobrevivência, que embora garantam a manutenção da vida, não conduzem essas famílias a uma vida dotada de sentido, pois estão fora não somente do mercado, mais também dos espaços de decisão política da sociedade. E que, ao falarem dessa situação, produzem efeitos de sentidos e significados, expressando os rebatimentos da mesma na vida familiar e comunitária. Dentre essas alternativas, destacamos o trabalho precário, a ajuda e a busca de inserção em programas de transferências de renda.

#### **4.2.1 Trabalho Informal: o avesso do avesso**

A introdução de novas formas de produção e organização do trabalho vem alterando significativamente as formas do mesmo, submetendo os que vivem deste as novas regras e exigências do mercado, bem como, conduzindo compulsoriamente os indivíduos ao desemprego.

Compreendendo que o conceito de trabalho informal é múltiplo, paradoxal e impreciso, envolvendo uma diversidade de conceitos, entendemos nesse estudo como um trabalho precário, subcontratado, sem proteção social, que não consegue oferecer condições dignas de sobrevivência ao trabalhador, portanto, sem vínculo social consistente. A colocação que se segue expressa um pouco isso:

Eu trabalho a 17 anos na Ceasa (feira) como vendedora, vendia fruta e verdura, hoje vendo café. Já passei dias melhores né? Que eu ganhava até bem, dava pra pagar o aluguel da casa (morei 15 anos de aluguel), dava pra comprar o alimento, pagar as despesas da casa (luz, água, gás), sem se apertar, mais ultimamente as feiras estão se acabando, não dão mais como antigamente, as pessoas não compram muito nas feiras, hoje tem muita dificuldade dentro da Ceasa, o povo agora compra tudo nos supermercados grandes, ai tudo piorou! Não dava mais pra pagar o aluguel, me obriguei a construir uma baraquinha aqui dentro d'água e tô morando nesse quartinho com minha filha e minhas netas, passando muita necessidade pois o ganho não dá nem pra comer ... (Iris)

A fala é reveladora de diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Com o avanço das novas tecnologias, antigos espaços de comércio são substituídos por outros. No caso das feiras, não quer dizer que elas estejam se acabando, só que agora, sobrevivem melhor os grandes feirantes que conseguiram se manter no mercado, uma vez que os grupos de supermercados vêm alterando a dinâmica de alguns espaços de trabalho, dificultando assim a sobrevivência dos pequenos comércios.

Outro aspecto a ser considerado consiste na própria precariedade do trabalho da entrevistada: trabalha há 17 anos, sem estar vinculada a nenhuma proteção, tanto que com as oscilações do mercado, uma situação sócio-econômica que já não era das melhores, piora radicalmente, fazendo com que o grupo familiar passe de uma condição de risco para uma de vulnerabilidade.

As mudanças no mundo do trabalho modificam a dinâmica do trabalho, diminuindo o trabalho de “tempo integral”, impondo regimes de tempo parcial, temporário ou subcontratado, com redução dos salários reais. O depoimento que vem em seguida expressa essa situação:

Meu marido trabalhava em uma empresa que transporta as mercadorias pra Ceasa, tinha o ganho certo todo mês, ganhava um salário mínimo, descarregava as mercadorias, aí a empresa demitiu um monte de gente... Inclusive ele. Aí como precisava trabalhar pra sustentar a casa, continuou descarregando mercadoria só que avulso... Ele espera os carros chegar pra descarregar as mercadorias, sai de casa as 05:00 horas da manhã e chega as 10:00 ganha entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00 reais. Ai eu compro o alimento, a mistura, junta mais um bocadinho e pago a energia, não pago água, compro o gás... No restante do dia as vezes aparece um bico de servente, um quintal pra limpar, aí a gente vai se virando...mais a vida ficou muito difícil, é ruim ganhar dinheiro incerto e quebrado, bom mesmo e receber seu dinheiro todinho no final do mês, aí você consegue organizar melhor...a gente hoje passa dificuldade, antes passava, mais não era como agora, já teve dia de a gente comer cajuína com bolacha (nesse momento silêncio), é uma situação difícil... Como você explica isso pro seus filhos? Dizer que não tem o que comer... (Girassol)

Verificamos nesse relato algumas rupturas, a passagem do emprego para o trabalho informal, com redução do rendimento, inviabilizando assim a manutenção da sobrevivência, as dificuldades de conseguir manter a sobrevivência. Acarretando um peso moral, principalmente para o homem (enquanto provedor da família), como explicar para os filhos essa situação?

Desta forma, o que está posto é uma diversidade de relações de trabalho, consideradas atípicas, não padronizadas, ultrapassando a condição estritamente formal do trabalho, tida como perspectiva de acesso a direitos e a inserções sociais. Embora esse estatuto do trabalho assalariado não tenha existido de forma massificada na sociedade brasileira. No entanto, as pessoas que experimentaram alguma inserção pelo trabalho formal, e quando comparado ao trabalho precário, sem vínculo social, sem consistência, sem gerar direitos, identidade, valor, afetando a própria dignidade, acabam por exaltar essa forma de inserção.

A privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade. É o caso da colocação abaixo, se tivesse condição de sobreviver de outra forma, não precisaria trabalhar no “lixão”.

Meu sonho doutora era ser feliz... Ter condições de viver com meus filhos, sem vê eles trabalhando num canto que eu não quero, não é que eles sejam melhor do que ninguém, mais é porque num negócio daquele dali (refere-se ao lixão), numa rampa daquela dali se a pessoa bem pensasse não trabalharia ali, por que ali não é canto pra gente trabalhar. Sabe de uma coisa? O que eu queria mesmo, era vê todos dois trabalhando, mais para isso ai é preciso estudar fazer pelo menos o primeiro grau e o segundo grau, mais eles não querem me ouvir, se eles me ouvisse, eles não estariam lá, naquela humilhação (Azaléia).

A fala demonstra que a privação econômica pode gerar privação de liberdade social e política, assim como a privação de liberdade social e política gera privação de liberdade econômica. Essa colocação vai ao encontro de um pensamento de Arendt (2000) em que a autora, sobre a questão da liberdade, rende-se à urgência da necessidade. É isso o que acontece com muitas famílias que desenvolvem algumas atividades, elas não o fazem por vontade, mais por necessidade. Daí a importância de entender a pobreza para além da insuficiência de renda.

Na década de 1980 e 1990, do século XX, duas tendências puderam ser visualizadas nas principais metrópoles brasileiras; a) queda da importância da mão-de-obra assalariada; b) declínio do número de trabalhadores com carteira assinada (Sabóia, 1997). É nesse contexto, mesmo sem muita convicção, que o emprego de carteira assinada ainda habitava o imaginário das famílias pobres, como uma forma de sair da condição de pobreza.

Assim, as pessoas acabam na rua na busca de um novo trabalho ou qualquer atividade que possibilite a geração de renda e a sobrevivência de maneira provisória. No entanto, os anos vão passando e o provisório vai tornando-se permanente.

...quando eu comecei a vender churrasco e bebida era um bico enquanto eu não arranjava coisa melhor... Ai o tempo foi passando e nada de emprego fixo, já faz 4 anos que estou nessa, mas se aparecer um trabalho de carteira assinada eu vou, porque a gente se sente mais segura, é um dinheiro certo todo mês e com o churrasco tem dia que a venda é boa e tem dia que não é, sem falar nos aborrecimento que agente tem que agüentar com os freguês.(Margarida)

Como vimos, o trabalho na rua é visualizada como algo temporário, enquanto não conseguem um emprego formal. No entanto, paulatinamente, está vai se tornando algo permanente, uma vez que existem condições objetivas que inviabilizam a saída da informalidade, tais como: idade, grau de instrução, profissionalização e o próprio mercado de trabalho, pois a entrevistada tem 50 anos, cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental e não tem profissão. Em conjunto,

essas condições constituem um sério problema, diante de uma sociedade do conhecimento e da informação, enquanto condição preliminar de se conseguir um emprego.

A modernidade ergue uma nova ordem social com referência no trabalho passando a conferir-lhe uma centralidade (econômica, psicológica, cultural e simbólica), configurando-se na base a partir da qual os homens estruturam suas vidas e sua sobrevivência e cuja quebra ocasiona vulnerabilidades, jogando na inutilidade milhares de pessoas, que se tornam indivíduos isolados, vistos como não cidadãos, gerando um bloqueio a construção da cidadania - compreendida como um direito que todos tem a uma vida digna. A fala seguinte caracteriza um pouco essa questão:

Trabalho é bom, olha minha filha você trabalhar ter aquele dinheiro certo pra comprar suas coisas, ali é garantido você tem todos os meses, pra você poder vê, não fica contado (vou nem falar), com um dinheiro que pode não vir. É bom! Ai como eu queria que aparecesse um emprego pra esse meu menino, já fez de tudo pra entrar na coca-cola, mais inter agora nada, mais eu queria que ele arrumasse um emprego pra sair dessa maldita rampa, e ele ter o salário dele, ai ia poder chegar em qualquer canto e comprar uma coisa pra ele, porque todo mês ele ia receber o dinheirinho dele certo, sem fala na cesta que as empresas dão, o vale transporte, o plano de saúde, é muito bom ter emprego. (Azaléia).

O trabalho é muito mais do que instrumento de sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade para as diferentes classes, fruto de uma história (já trabalhada no capítulo anterior), sendo uma condição de autonomia econômica, política, social e cultural, de afirmação positiva de poder dizer “eu trabalho”. Portanto, usufrui de todas as inserções provenientes do trabalho. Entretanto, nas populações pobres, essa identidade com o trabalho é ameaçada pela descontínua inserção no mercado, ou nenhuma inserção durante a trajetória de vida, o que acarreta um peso moral forte. A fala seguinte expressa bem essa questão:

Trabalho é renda pra gente, é responsabilidade, é tanta coisa, a gente trabalhando tendo o dinheirinho da gente, e tão bom, é tipo assim como se agente fosse respeitada, que agente vive num mundo que às vezes tem muita gente que não trabalha, que as pessoas não respeita as pessoas que não tem seu trabalho, um salário. Ganhar um salário para poder viver através dele (salário). Que tem muita gente bichinha que não trabalha, não e porque não quer não, é dificuldade de ter trabalho. Tens umas, meu irmão é um exemplo, está com muito tempo sem trabalho ,já concluiu o 1º e 2º grau (Ensino Fundamental e Médio), já colocou curriculum em todas as fábricas daqui e de Fortaleza, é uma pessoa muito inteligente, é cantor de quadrilha, ele é da igreja, e uma pessoa boa, Eu acho que ele merecia assim uma chance. Quando você tem trabalho você tem direito a tudo... Não precisa de mais nada. (Violeta)

Aqui temos expresso o trabalho pelo critério fundamental da renda e de seus tributos morais, o benefício moral que extrai dessa renda como o respeito é algo que o qualifica. Segundo Sarti (2005) o trabalho vale não só por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral, pela afirmação de si em face do olhar do outros.

Pudemos também identificar no estudo realizado que as famílias entrevistadas dado o grau de destituição, não conseguem muitas vezes acessar serviços como água e luz, como expressa a seguinte fala:

Tô nessa casa aqui por que infelizmente tem que ficar, mas a gente não tem água aqui, não tem luz, a água é daí (apontando para a casa da vizinha), a luz é luz de vela, já tá com cinco anos que a gente tá desse jeito, aí a gente vive só por milagre de Deus mesmo. (Vitória-Régia)

O que se visualiza, muitas vezes, é que os serviços são ofertados sem uma devida infraestrutura implantada na comunidade. Como as ligações individuais são de responsabilidade das famílias, muitas não possuem condições de realizar essas instalações devidamente e se utilizam de materiais velhos. Também possuem equipamentos antigos que consomem mais energia, elevando, assim, o valor das contas. Embora sejam clientes denominados “baixa renda” da COELCE, mesmo assim esses serviços são onerosos para as famílias, que muitas vezes não conseguem manter por muito tempo a energia e a água.

Segundo Sen (2001), as pessoas passam dificuldades de sobrevivência quando não possuem a propriedade de recursos produtivos e de riqueza que tem preço no mercad,. Para boa parte da humanidade, a única dotação significativa é a força de trabalho. A maioria das pessoas do mundo possui poucos recursos além da força de trabalho. Daí a articulação ao mercado de trabalho. Na maioria da vezes, o preço da força de trabalho não consegue ser suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias. É o que se chama de potencial de troca, de vender e comprar bens. Muitas dessas famílias trabalham exclusivamente para comprar alimento, pagar água, luz e gás.

Bem é assim do dinheiro da reciclagem eu pago as compra que eu fiz na bodega aqui da frente, aí compro de novo alimentação, uma bolacha, um café, um arroz, um açúcar, as vezes até um feijão, aí guardo um pouquinho que sobra pro dia-a-dia, quando dá compro até a mistura. O resto é pra pagar a luz, a água e o gás. (Violeta)

As formas como as famílias entrevistadas se inserem no mercado de trabalho é bastante precária, uma vez que não conseguem retirar desse trabalho os valores necessários a manutenção de uma vida digna e, também, por possuírem uma diversidade de atividades descontínuas, os chamados “bicos” ( que hoje têm, mas amanhã poderão não ter), que dificultam a sistemática de uma renda, capaz de satisfazer as necessidades básicas. Como podemos perceber na seguinte fala:

Meu marido recicla, meu filho quando tem é naqueles trabalhos de avulso de carregador, o dia é 17,00 reais, mais semana passada só teve um dia de trabalho. Ele tem 18 anos ficou na 6ª série, aí começou a beber então desgostou dos estudos, não tem paciência, aí deixou. O trabalho dele (filho) é quando tem, o marido não recicla todo dia porque bebe, tem dia que não vai pra rampa, pense esse dinheiro incerto pra esse tanto de pessoa, por isso que eu digo que se tivesse trabalho fixo, era outra história outra situação, porque é dinheiro certo todo mês, pode até ser pouco mais é certo. (Angélica)

Ou ainda:

(...) Minhas condições de vida hoje é o desemprego, né? Meu marido desempregado, ta aí nosso emprego é esse , fazendo uns espetinhos, sabe, que ele é uma pessoa doente, tá entendendo? Que ele não pode trabalhar em firma, com carteira assinada, já tem 49 anos. Então, minha dificuldade é essa. Nós vendemos por semana, é..... uns 40, 50 reais, aí a ajuda de Deus é o Bolsa Família que eu recebo, se não fosse minha filha, pelo amor de Deus, porque não dá pra sobreviver, cinco filhos, oito pessoas morando

dentro de casa, esse “horror” de criança que você tá vendo, então, aí só do ganho desses espetinhos, pra pagar água, luz, comprar roupa, calçado, almoço, merenda, não dá não, as condições não dá. (Orquídea)

As pessoas que estão buscando alternativas de sobrevivência para a (re) produção da vida material no setor informal, não estão excluídas somente do contrato formal de trabalho, mas também de outras esferas da vida humana (política, social, cultural e ideológica), significando uma ruptura com dimensões importantes na vida de qualquer ser humano. A existência de milhões de miseráveis lançados a sua própria sorte, manifesta de forma contundente essa afirmação.

Como podemos perceber as famílias entrevistadas reproduzem uma heterogeneidade de atividades informais para manter a sobrevivência, tais como catador de lixo (reciclagem), faxineira, lavadeira, venda de churrasco, café, frutas, roupas, espetos, onde o trabalho faz parte de um projeto coletivo de melhorar de vida. Esse possui qualidades, definidas em termos morais, ainda que socialmente seja desqualificado, precário e dificilmente sustente as aspirações que o mundo capitalista oferece.

O meu sonho era saber bastante ler, porque eu não tenho inveja de quem é rico quem tem muito dinheiro no bolso, mais tenho inveja de quem conhece as letras porque se eu soubesse, eu não tava nesse desse sofrimento, porque aqui é um sofrimento, né? Como eu não tenho estudo, não tenho profissão, essas coisas só pra quem têm estudo, tá entendendo? É o que eu digo pra minhas filhas hoje, vocês aprendam porque só quem sabe o que eu sofro sou eu, porque se eu tivesse estudo eu não tava nessa vida, eu tinha, um bom emprego. (Orquídea)

Outra influência importante é a escolaridade, embora não tenham estudado, os filhos estão muitas vezes no mesmo caminho. Eles percebem na educação uma possibilidade de inserção melhor no mundo do trabalho. Portanto, sendo o conhecimento um potencial em que as pessoas podem se posicionar melhor no mundo.

Delgado, ao se debruçar sobre a gênese e a reprodução da economia de subsistência na sociedade brasileira, a define como “o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação para uma parte expressiva da população, mas tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos” (2004 p.22-23).

Segundo o mesmo autor, a informalidade, a economia de subsistência, o desemprego, e inúmeras formas de estratégias de sobrevivência, aliadas a desigualdade, conformam o quadro de pobreza da sociedade brasileira. Portanto, entendemos ser o trabalho uma via fundamental para a superação da pobreza, mas não qualquer trabalho, e sim, um trabalho entendido como ocupação produtiva adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade, segurança e que seja capaz de garantir uma vida digna. Logo, o entendimento com base nos relatos transcritos é que a situação dessas famílias encontra-se no limite próprio do processo histórico de acumulação capitalista.

#### **4.2.2 Ajuda como alternativa de Sobrevivência.**

Nesse item, abordamos a ajuda como uma das alternativas de sobrevivência, sendo entendida como um processo vinculado a laços de pertencimento, seja familiar, de vizinhança e/ou comunitário, que tecem redes de

solidariedade sem necessariamente estarem mediadas por instituições específicas, mas que permite a reprodução da existência social de determinadas famílias pobres.

Na tentativa de realizar seus planos e satisfazer suas necessidades e aspirações, os pobres na cidade continuam recorrendo à rede de relações pessoais ou, como diria Castel (1998), as redes de integração primária - assistência concedida a cargo da iniciativa pessoal.

Pra você ter uma idéia, ontem a noite é que veio entrar comida aqui em casa, uma conhecida trouxe feijão, açúcar, macarrão, arroz, óleo e mandou fazer pro meninos, fazia já uma semana que eu não cozinhava nada. (Jasmim)

Tal concepção tem suas raízes no cristianismo medieval, que elaborou uma versão de exaltação da pobreza o que comumente se chamou de economia da salvação<sup>38</sup>, bem como, o critério do pertencimento comunitário, uma concepção de próximo, que pode ser lido enquanto proximidade social ou geográfica ou a partir do que o conceito cristão de fraternidade entre homens e mulheres oferece de específico.

Eu também gosto de ajudar, e não só de receber ajuda, se eu tiver, eu também ajudo. Às vezes meu marido briga comigo, porque eu gosto muito de ajudar as pessoas, e o povo ainda fala mal de mim... Mas eu faço assim, eu faço não pelos que estão na terra, né? Eu faço por aquele que está lá em cima (Deus), que é ele que pode me gratificar de verdade. (Angélica)

Em um país onde os recursos à sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos (educação, saúde, previdência, amparo a velhice, a infância), somado a fragilidade dos sindicatos e partidos políticos e da ausência de instituições públicas eficazes, a vida dos pobres é mediada pela família. Suas relações fundam-se num código de lealdade e de obrigações mútuas e recíprocas (SARTI, P. 52).

---

<sup>38</sup> Economia da salvação: desgraçado, lastimado ou até mesmo desprezado, o pobre pode, não obstante, ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, e para permitir-lhe, dessa maneira, que obtenha a sua salvação. (Castel, 1998:64).

Quando falta as coisas principalmente o alimento, ele (marido) vai na casa da irmã dele, que fica no Novo Mondubim aí ela dá um kilo de arroz, feijão, macarrão, e as vezes algum dinheiro, as minhas também ajudam, eu peço emprestado...Mas é emprestado, quando eu posso devolvo, porque a situação delas também não é das melhores, mais elas me ajudam muito na hora da precisão. (Gardênia)

A idéia é repartir o pouco que tem. Por vezes, o dinheiro não dá nem pra comida, mas como já dizia o ditado popular “onde come um, come dois, três e até mais”. Assim, a família pobre não se constitui como núcleo, mas como rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros.

A mitologia de origem, abordada em linhas anteriores, alicerçou no conjunto da sociedade práticas sociais e políticas baseadas em ideologias que hierarquizaram o espaço social, dissolvendo os conflitos, as contradições, bloqueando as ações públicas e as diferenças de opiniões, acarretando com isso, a despolitização e a não construção de uma verdadeira cidadania.

Desta forma no Brasil, tem-se uma sociedade verticalizada em todos os seus aspectos, possuindo como principais traços constitutivos: a matriz senhorial da colônia; relações privadas (fundada da relação de mando e subserviência); indistinção entre público e privado; forma social polarizada entre carência e privilegio; sociedade de base oligárquica e patrimonialista.

Com efeito, tem-se não um povo “pacífico” e ordeiro por natureza, mas um povo despolitizado por construção política, que tem dificuldade de perceber-se como cidadão que é, bem como de operar com os direitos civis que lhes são assegurados, no sentido de operacionalizar o que a lei diz. Há falta de clareza do que são direitos uma vez que a relação público e privado é amalgamada e as relações são mediadas a base da tutela, do favor, do clientelismo, e não em pressupostos do contrato social. Logo, a formalidade e legalidade foram dimensões descartadas pela estrutura da sociedade brasileira. O relato abaixo expressa essa relação:

(...) Fui na porta de um vereador, e coloquei toda minha situação, tô sem gás, meus filhos tão com fome faz dois dias, papel de água e de luz pra pagar, pelo amor de Deus eu peço pelo menos uma janta pro meus filhos, sabe o que ele disse? “Nessas eleições não recebemos verba nenhuma para ajudar ninguém, nessas eleições nós não estamos para ajudar ninguém”. Muito bem, saí e fui pedi ajuda a outros, aí consegui arroz e feijão, não tem tempero, mais coloquei ontem e hoje já está no fogo, mais eles comem, eu preciso muito de ajuda, minha situação é muito desesperadora, mais a minha esperança é maior ainda, é a última que morre. (Jasmim)

Sem trabalho ou outro acesso a uma renda, de alguma forma vão ter que adquirir recursos para viverem e, assim, vão se valer da virtude católica e medieval da caridade. “Dando aos pobres, empresta-se a Deus”, o que torna legítima a esmola, mesmo, porque, quando não se tem trabalho para fazer, “pedir é melhor que roubar” como nos diz a fala transcrita abaixo:

Semana passada eu fui pedi comida nas casas pra gente poder passar, fui mesmo é uma situação humilhante, mais vergonha faz é a pessoa roubar, e espero nunca precisar fazer isso, passo necessidade com meus filhos, mais tenho fé em Deus que nem eu, nem meus filhos há de cometer esse erro. (Jasmim)

Segundo Araujo (2000:13) “a mendicância é uma forma de obtenção da sobrevivência e se dá no limite possível do processo de expropriação do trabalho na sociedade de classe. Sendo assim ela é ausência de trabalho, ou não-trabalho, e desse modo configura a forma sob a qual aparecerá historicamente como fenômeno geral - trazendo a memória desse processo amplo de destituição – e ao mesmo tempo incorporando as especificidades de tempo e espaço”.

Eu tenho assim, uma prima que mora em São Paulo, ela manda uma ajuda pra mim de 30,00 as vezes 50,00 reais, mas é quando ela pode, porque o custo de vida lá é muito alto, então não é sempre que ela manda, mais já ajuda muito. (Gardênia)

Essas relações de ajuda entre as famílias pobres quebram com o princípio individualista, próprio da lógica capitalista de mercado, em que qualquer esfera de atuação social, seja em casa ou fora dela. O mundo é traduzido pelos pobres em termos de uma relação permanente, em que se dá, se recebe e se retribui, através de contínuas relações de obrigação moral.

As relações tradicionais não são inteiramente rompidas mas (re) configuradas no mundo urbano, se adequando a uma nova ordem. Solidariedade construída num contexto de carências, um sentimento fundando numa identidade de situação, que se manifesta no valor da reciprocidade.

#### **4.2.3. Inserção em Programas de Transferência de renda**

Discutir a inserção das famílias entrevistadas nos programas de transferência de renda supõe uma articulação visceral ao contexto da reforma do Estado, presente de forma mais consistente na década de 90 do século XX, onde se atualiza os traços de exclusão e dependência da nossa formação social e repõe as históricas mediações constitutivas do capitalismo brasileiro. Tal reforma, orientada por mecanismos internacionais<sup>39</sup>, interdita os direitos conquistados na constituição de 88, abstraindo as funções democráticas, funcionalizando, com nova roupagem, o Estado patrimonialista e corporativo.

Historicamente, o Estado brasileiro estruturou a proteção social através das políticas sociais que se apresentam enquanto resposta aos problemas sociais, advindos das contradições inerentes a sociedade capitalista, estruturalmente condicionada pelas características políticas e econômicas deste Estado. Assim, as políticas sociais brasileiras sempre tiveram a marca do favor, do clientelismo, sem conseguir atingir as verdadeiras causas da pobreza, o que não é muito diferente em pleno século XXI, como demonstra a fala seguinte:

Olhe minha filha, se você não tem dinheiro para comprar um pão, você também não tem para ir procurar um trabalho! Entendeu? Não tem condição nenhuma, então eu acredito que é muito difícil a pessoas viverem desse jeito... Porque a gente coloca esse povo, né? Pra governar e eles não fazem nada, né? Eu não acredito que cento e vinte reais (referindo-se ao Bolsa Família) acabe com fome de ninguém! Não acaba com fome de ninguém, ajuda numas coisinhas básica do dia a dia. Mais não resolve... (Tulipa).

---

<sup>39</sup>

A política social continua sendo um desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo, uma vez que, historicamente, as ações estatais brasileiras são marcadas por excessos de centralização e tecnocracia, acarretando para tais políticas sérios problemas, inviabilizando seu pleno funcionamento. Nesse sentido, as políticas sociais no Brasil sempre foram categóricas, de acesso limitado, de caráter clientelista e assistencialista, cuja implementação ocorre de forma precária, fragmentada, descontínua, seguindo critérios de agentes governamentais de cunho clientelístico, corporativista e de favoritismo político.

Olha nos sobrevive nos trancos e barrancos e como Deus manda, eu recebo o bolsa família faço uma feirinha, compro o gás (mais agora não dá), recebo esse dinheiro aí pago energia que é 30,00 reais, a água é 20,00 e pouco reais, não sobra dinheiro nem pra comprar meio quilo de carne, meus filhos não tão trabalhando, quando arranjam um serviço, um me dá cinco outro dez, eu ajeito, compro um arroz um feijão e a gente vai passando arrocado. O homem quando consegue um bico, ele traz um arroz, um feijão, a gente passa menino arrocadim mesmo. Hum! Ei menina vou te falar uma coisa: eu peço muito a Deus pra esse dinheiro aqui não acabar (falando do Bolsa Família), por que no dia que eu não tiver mais, eu fico perguntando como e que eu vou sobreviver, pagar minhas contas, porque se eu fosse uma pessoa que tivesse saúde, pra enfrentar uma casa de família como eu fazia trabalhar, aí sim mais agora, como é que eu vou fazer, no dia em que se acabar pronto vai ser como um tiro.(Azaléia)

É sobre essa lógica que as políticas sociais no Brasil nasceram e se desenvolveram na perspectiva de enfrentamento da questão social, permitindo o acesso discriminado a recurso e a serviços sociais, como aponta Yasbek, “são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos, com ações que no limite reproduzem as desigualdades na sociedade brasileira” (1993:37).

Nessa linha, os usuários das políticas vão se conformando com os limites das mesmas, mesmo reconhecendo que a renda recebida é insuficiente para enfrentar as dificuldades de sobrevivência e as principais despesas. Mesmo assim, não deixam de acrescentar a sua importância, dada a situação extrema vivida por essas famílias:

Dá não! Só da pra comida, só da pra comida mesmo! Uma luz bem baixinha você paga, eu já paguei minha luz com o Bolsa Família, corta não corta na hora que chegou foi na hora certa! Mas pro resto das coisas não dar de jeito nenhum! Não tem nem condições! Nem uma família de um filho não vive! Não vive não! Dá não, não dá de jeito nenhum! É só um complemento, é só pra dizer assim, eu vou comer uma semana ou uns quinze dias. Entendeu? (Tulipa)

O fato de receberem uma renda muito modesta, não equivale dizer que esta é destituída de importância, pois não é. Para todos, essa renda é visualizada como positiva em suas vidas, como “boa”, ajuda, que lhes permite adquirir produtos até então privados, por não dispor de recursos, se configurando se não na única, mas a principal renda:

Eu acho que o Programa Bolsa Família é uma ajuda, é uma ajuda pra realmente alimentar, pra dar uma ajuda, uma ajuda só! Porque ninguém alimenta uma família de cinco pessoas com cento e vinte reais, mas ajuda você pega cento e vinte reais, você ganha mais cinquenta ali, mais dez ali, aí você vai! É um complemento. Aqui em casa depois que eu me desempreguei é comida, é um caderno, é lápis, é essas coisa que a gente não pode viver sem! Né? (Lírio)

E ainda:

Esse dinherinho mudou muito a minha vida, porque de primeiro eu não pegava em dinheiro, eu vim pegar depois desse Bolsa Família, mais antes eu não pegava, de jeito nenhum, eu tinha só de vê nas mãos dos outros, mais eu! E depois disso aí graças a Deus eu venho me mantendo, dou graças a Deus o pouco que ganho. (Azaléia)

No contexto atual, os programas de transferências de renda têm se colocado no cenário político contemporâneo como instrumento de redução da desigualdade e alívio imediato da pobreza, ganhando prevalência no âmbito das políticas sociais enquanto formas alternativas de desenvolver políticas eficientes, eficazes no enfrentamento da pobreza. Acredita-se que novas redes de proteção social podem ser estabelecidas a partir da garantia de uma renda a família que, pelo esforço individual de seus membros, não conseguem prover sua própria subsistência.

O Bolsa Família representa pra mim tudo.... Uma ajuda muito boa do governo, eu comecei recebendo só 15,00 do meu mais velho (filho), aí depois foi melhorando e hoje eu recebo de tudim, 120,00 reais pra quem não tem nada é muita coisa, fico despreocupa porque você já sabe que naquela data você tem aquele dinheiro certo, todo mês, pode comprar o alimento da mercearia pra pagar quanto receber o Bolsa Família.(Lírio)

O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, passou a ser implementado em outubro de 2003 como processo de inscrição das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza no Cadastro Único – CadÚnico<sup>40</sup>, sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de janeiro de 2004 com a finalidade de unificar os programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, visando combater a pobreza e outras formas de privação através do repasse mensal em dinheiro<sup>41</sup> às famílias beneficiadas, associado a uma rede de serviços públicos, em especial saúde, educação e assistência social, bem como, a programas complementares<sup>42</sup>, colocando-se como um dos principais instrumentos de combate a fome e de garantia do direito humano à alimentação no Brasil.

O Programa Bolsa Família<sup>43</sup> embora tenha sido um avanço em relação aos programas remanescentes<sup>44</sup>, como a fala anterior informa, nos aspectos da

---

<sup>40</sup> Instrumento de identificação e caracterização sócioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.(Decreto nº. 6135 de 26 de junho de 2007)

<sup>41</sup>O valor do benefício varia de acordo com a renda mensal per capita da família, se esta possuir uma renda per capita de até R\$ 60,00 reais receberá benefício básico (58,00) + benefício variável (18,00 reais por cada criança e adolescentes entre 0 e 15 anos. Caso a família possua um renda per capita entre 60,01 e 120,00 só receberá benefício variável. (Decreto n ° 6.157 de 17 de junho de 2007)

<sup>42</sup>O Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Programa Bolsa-Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: geração de trabalho e renda e micro-crédito, alfabetização de adultos, fornecimento de registro civil e demais documentos, agricultura familiar, dentre outros.

<sup>43</sup>O Programa Bolsa Família atendia até junho de 2007 11,2 milhões de famílias, com orçamento para esse ano de 8,6 milhões, e para 2008 o montante será de 10,4 milhões. A estimativa de famílias pobres no Brasil, segundo dados do IBGE 2004 é de 11.206,212, ou seja, com renda mensal per

qualidade do programa, quantidade de pessoas beneficiadas e valor do benefício em relação aos programas anteriores. Entretanto, no que concerne ao caráter compensatório das políticas sociais, o mesmo acaba reforçando, através dos critérios de seletividade, vinculado a uma renda, a exigência de algumas condições (mesmo que vinculadas a direitos sociais) e estabelecimento de estimativas municipais<sup>45</sup> para o atendimento do público-alvo, acarretando alguns entraves a efetivação dos direitos.

O benefício é bom, quando eu recebo, eu faço tanta coisa com ele, é pouco, né? Mais faço muita coisa, pra mim ele serve muito, é a única renda que tenho. Porque se eu não recebesse esse dinheiro, a situação ia ficar ainda mais difícil para mim, eu fico feliz de ter perdido, e ter voltado (se refere a um período que ficou sem receber o benefício, porque o mesmo estava bloqueado, por descumprimento de condicionalidade da educação). Mas o que eu queria mesmo era que aumentasse o valor, aí a gente conseguia fazer mais coisa. (Gardênia)

As reflexões postas permitem dizer que os Programas de Transferência de Renda representam, no cenário atual, o principal componente do Sistema de Proteção Social Brasileiro. No entanto, algumas questões devem ser suscitadas em relação as reais possibilidades de efetividade dessa política, no que concerne a redução da pobreza no Brasil. Uma vez que todos os entrevistados reconhecem que o valor do benefício é extremamente baixo, não impactando na ultrapassagem da linha de pobreza por parte das famílias atendidas, podendo apenas, como coloca Silva (2008), proporcionar “integração” precária, marginal e em nível de sobrevivência.

---

capita de R\$120,00 , sendo 10.479.655 atendidas pelo Programa, o que significa que mais de 99% dessas famílias já se encontram atendidas. No ceará, a estimativa de famílias pobres e de 896.883 mil com 875.037 recebendo o benefício do Programa Bolsa-Família. Em Maracanaú os números são de 17.318 famílias pobres e 19.321 beneficiadas, ultrapassando 100% de cobertura. (BRASIL/MDS, 2007).

<sup>44</sup> Programas remanescentes são: bolsa escola, auxílio-gás, bolsa alimentação, cartão alimentação.

<sup>45</sup>A estimativa de Famílias pobres é feita com base nos dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, ambos do IBGE.

Representa muita coisa, é uma ajuda muita boa, muito útil para vida de todo mundo, olhe que você não ter nada e recebe todo mês aquele dinheiro certo, é muita ajuda isso não tem nada que pague. Quando chega no dia de receber eu faço uma lista das compras, não sei o que faria sem esse benefício.(Rosa)

Uma coisa maravilhosa pra muita gente, porque tem muita gente que vive da renda desse Bolsa família, alimenta seus filhos desse dinheiro, então ele é muito necessário hoje pra muita gente.quando chega o final do mês tem gente que fica muita alegre quando chega o dia porque sabe que vai receber o dinheiro. (Violeta)

É importante frisar que essa análise não quer invalidar o significado que esse programa tem para a população beneficiada, que são famílias extremamente pobres, destituídas de trabalho, renda e mínimas condições de subsistência. Como pudemos perceber ao longo das colocações. O que está em questão é o limite dessas políticas de modificar as condições de vida dessas famílias, sem se restringir apenas a mera reprodução, uma vez que a pobreza a qual estão imersas se expressa também na violência, na insegurança, nos problemas familiares e na inacessibilidade a direitos básicos.

Aqui falta policiamento, porque nessa pracinha tem muita briga outra coisa esses vereadores depois que ganham não fazem mais nada pela população, é triste, eu moro aqui por obrigação, se eu pudesse não morava aqui, isso não é lugar de gente morar não. (Girrasol)

Eu vejo assim... os problemas que eu vejo ruim aqui é não tem ônibus, o posto é longe, agente arrisca a vida saindo ainda escuro para conseguir uma consulta, é por isso que as pessoas não vão atrás das coisas, porque tudo é muito difícil, a gente corre pra um canto, corre pra outro, e é tudo tão difícil da gente resolver. Meu sonho é morar num outro canto, que eu goste.(Jasmim)

A história da sociedade brasileira de abuso de privilégios, distribuição de favores, bloqueio de direitos e de privatização do público, sintetiza a inexistência de uma esfera pública, de construção do bem comum, ocasionando uma banalização do contrato social, com a edificação de uma sociedade extremamente desigual, permeada por crescentes injustiças sociais, com frágil racionalidade de cunho político, jurídica e administrativa.

Ao se perguntar sobre as condições de vida e cidadania, questões ligadas ao bairro, lazer, participação comunitária, projetos de vida, planos, pudemos perceber certo vazio, não se tinha muito a falar, muitos não gostam do local que moram, outros não possuem nenhum tipo de lazer e nem projetos de vida, vivem um dia de cada vez, a preocupação é com o presente, pelo menos sobreviver hoje, o amanhã a “Deus pertence”.

Por que essas coisas tudo (falando da participação, de organização no bairro) você tem que ter tempo. Porque essas coisas tudo você tem que tá atrás e geralmente essas pessoa que não tem assim uma renda boa, não anda atrás dessas coisas! Anda atrás é de comida, anda atrás é de trabalho, anda atrás é de outras coisa! E isso tudo é coisa difícil, não é coisa fácil facilitado pra vida da gente não! (Papoula)

O que se percebe nas falas das famílias entrevistadas é que aos poucos os vínculos sociais vão se fragilizando, incluindo os laços familiares, dificultando a inserção em movimentos participativos e associativos. Enfim, a situação vai se individualizando a ponto tão extremo, de não se perceberem enquanto pessoas que vivenciam a mesma situação, perdendo assim uma identidade de classe, seja de classe trabalhadora, subalterna ou pobre. É o que Cristóvão Buarque (1994) denomina de apartação social, um processo pelo qual denomina o outro como ser a parte, separar não apenas como desigual, mas como um não-semelhante.

Assim desemprego, pobreza e destituição são fenômenos presentes na vida cotidiana das famílias entrevistadas, em que as mesmas são privadas de oportunidades de acesso e bens materiais e simbólicos, refletido no precário apoio e recursos técnicos e financeiros do poder público no desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda, bem como, de políticas sociais como educação, saúde, saneamento, moradia e etc. Denunciando as péssimas condições e disparidades das condições de vida humana dessa população, evidenciando perdas contínuas sem possibilidades de reversão, não sendo um fenômeno individual, embora atinja pessoas, mas social - presente nas relações políticas, econômicas e culturais da sociedade atual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas demonstraram, parafraseando Sarti (2005), as ambiguidades de nossa sociedade em que famílias que residem em um dos maiores pólos industriais do Ceará, no caso Maracanaú, se defrontam cotidianamente com as possibilidades deste mundo, sem que, entretanto a eles tenham acesso, precisamente porque são pobres. Nessa contradição do “querer-e-não-poder”, os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando traduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá - em especial trabalho e proteção social.

Como vimos, a pobreza se manifesta no município de Maracanaú de várias formas: insuficiência de renda, desemprego, pobreza absoluta, pobreza naturalizada, pobreza como não expressão de direitos. (...) Enfim, pobreza que priva a capacidade das pessoas, impede que elas busquem ou percebam possibilidades de mudanças, inseridas em discursos conservadores. Discursos que elas mesmas reproduzem: de que são pobres por problemas de mérito individual, por não possuírem qualidades pessoais e profissionais de inserção social, etc. São sentenças naturalmente legitimadas e aceitas socialmente pelos entrevistados.

Pudemos perceber também que fora do circuito formal do trabalho, os sujeitos desta pesquisa reproduzem uma heterogeneidade de atividades, apresentando uma significativa homogeneidade, no que se refere aos baixos rendimentos e a sua qualificação. A predominância é de trabalhos informais, inseridos em trabalhos precários cuja renda média não ultrapassa a um salário mínimo, acrescido da ajuda familiar e/ou comunitária, bem como, da inserção em programas de transferência de renda. Essas alternativas de sobrevivência, separadamente ou em conjunto, permitem a reprodução material e social desses sujeitos.

Essas alternativas de sobrevivência utilizadas acabam por reproduzir a pobreza, uma vez que as pessoas são incluídas de forma subalterna, seja pelo trabalho precário, pela ajuda e pelas políticas sociais (pois não dão conta das múltiplas determinações da pobreza). É exatamente a discussão de Silva (2008), Martins (2002) e outros autores trabalhados ao longo dos textos, que afirmam que os processos econômicos de inclusão no mundo da produção e do consumo são marginais e precários, podendo produzir um segmento de indigentes ou de pobres “integrados” (mantidos na situação de mera reprodução). Tem-se, portanto, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada.

O estudo também demonstrou a primazia econômica em detrimento a outras dimensões da vida, revertendo a principal função da economia na sociedade que é promover a vida das pessoas. No entanto, esse reverso não é sem propósitos, uma vez que combater desigualdade e pobreza requer não só políticas macroeconômicas, com redistribuição de renda e riquezas. Também requer redistribuição dos benefícios sociais, culturais e políticos produzidos na sociedade, o que supõe rever privilégios seculares e estruturados na sociedade brasileira - estando aqui o primeiro grande empecilho e/ou desafio.

Corroborando com Martins (2002), temos no Brasil um desenvolvimento anômalo, em que, por meio das alternativas de sobrevivência, as famílias pobres teimam em fazer parte daquilo que não as quer, senão como vítimas e beneficiárias residuais de suas possibilidades - como se percebe nas inserções enganosas propostas pelas políticas compensatórias, sem dúvida, necessárias, dado ao grau de destituição das famílias. No entanto, só conferem e legitimam os pobres por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia.

Não podemos deixar de tocar também em uma questão crucial apontada na pesquisa: a de que os interlocutores da mesma não concebem a pobreza como situação social de pertencimento e de identidade comum. Embora os entrevistados não relatem possuir uma “identidade de trabalhador”, é evidente que

eles não estabelecem uma identidade de pobre. Quando expõem as suas situações, as simbolizações formuladas estão sempre relacionadas a uma matriz alocada no mundo do trabalho.

Com base nessas colocações, não pretendemos aqui indicar saídas porque a literatura existente do tema já aponta. Gostaríamos de registrar que o estudo realizado reforça a idéia da necessidade de acelerar a inclusão não só social mas, principalmente, política das populações pobres de maneira a compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, e isso não poderá ser possível sem um pensamento crítico - base e condição de construção de possibilidades transformadoras, de devir, de consciência social. De maneira que os pobres não reproduzam um discurso alienante e dominante de sua situação, de algo que não faz e nunca fará parte de seu mundo, de busca de explicações embasadas numa ordem natural, divina (...) Que os processos contraditórios de articulação, negociação e embate entre projetos distintos de sociedade possam ser percebidos.

Daí a necessidade de recorrer ao pensamento de Arendt (2000) no que concerne a implantação de uma Esfera Pública legítima, que vá ao encontro a uma noção pública de bem-estar, onde uma comunidade possa viver de acordo com os pressupostos da liberdade humana, de forma que os indivíduos possam se manter, sem perecer, conservando-se em forma de agregação, unindo forças.

Desta forma, tornar-se necessário buscar ferramentas para forjar instrumentos na sociedade que possam pressionar o Estado a governar para a maioria. Para isso, é necessário que exista um contrato no sentido de regular as relações entre os indivíduos, de forma a diminuir a desigualdade, através do direito que todos tem de usufruir das riquezas socialmente produzidas.

Portanto, pensar que estes princípios ainda são válidos requer a busca de sua concretização através da constituição de uma esfera pública de forma a fazer com que o estabelecido em lei assuma a condição de direito, permitindo a reivindicação da sociedade pelo seu cumprimento. Ou seja, fazer com que a

Constituição, expressa na forma da lei, tenha operacionalização, produza efeito prático, no sentido de contemplar os interesses da maioria, não podendo existir somente no papel (como historicamente vem acontecendo no Brasil), pois se não produz nenhum resultado prático, não tem validade, não muda a condição da maioria da população imersa nas profundas desigualdades produzidas pela relação capital e trabalho. Como um terreno pantanoso em que se adentra e se desespera todo um contingente populacional.

Caso contrário, essa representação de não eficiência e eficácia da lei, embutida no universo imaginário das pessoas, fará com que a fome, a violência, a desigualdade, a pobreza, a exclusão social, o desemprego, a desnutrição, o abandono, a falta de acesso a bens materiais e serviços sejam tolerados e naturalizados pelo conjunto da sociedade.

Assim, a produção de excedente produzida pela sociedade tem que seguir uma lógica pública e não mercadológica, a fim de que esse retorne a sociedade em forma de serviços, visando corrigir as distorções do mercado. Não vemos problema na acumulação, o problema está na forma de apropriação da acumulação capitalista, pois acumular tem sido um processo próprio das economias que viabilizaram inovações técnicas, descobertas científicas e transformações sociais. A questão está em concretizar a maior inovação, qual seja: fazer com que a sociedade seja a destinatária e a beneficiada dessa acumulação.

Nessa linha de raciocínio - da necessidade de consciência social -, entende-se que há uma destituição da fala e anulação política da maioria da população brasileira. Caio Prado Júnior coloca muito bem o perigo dessa realidade (...) não é possível com a miséria física e moral da grande massa do povo brasileiro, e mediocridade de quase todo restante, construir uma grande nação moderna que ofereça para todos, num futuro previsível, segurança, bem-estar e prosperidade (1999:182).

No Brasil, não temos um povo pacífico e ordeiro por natureza, como postulava Sergio Buarque de Holanda (1995), mas um povo despolitizado por construção política, que tem dificuldade de perceber-se como cidadão que é, bem como de operar com os direitos civis que lhes são assegurados. Tudo isto decorre da falta de clareza do que são direitos relativos a pessoa e ao cidadão, uma vez que a relação público e privado não chegou a constituir-se; tudo sempre foi resolvido a base da tutela, do favor, do clientelismo, e não em pressupostos racionais do contrato social. A formalidade e legalidade foram dimensões descartadas pela estrutura da sociedade brasileira.

Desta forma, o problema da pobreza não deita raízes somente na dimensão material, mas é, sobretudo, no aspecto político que ela encontra sua perpetuação. Como analisa Pedro Demo (2001), a pobreza não possui um único aspecto, é uma via multidimensional que deve ser pensada essencialmente como necessidade de qualidade política, pois esta pobreza retroalimenta todas as outras carências, tanto de ordem material como ideológica.

Daí a importância da educação, entendida como uma racionalidade fundamental, que aliada a vontade dos homens e das mulheres gerará o equilíbrio e a prevalência do interesse social sobre o interesse individual, pois homens conscientes e informados seriam mais comprometidos com a construção de uma Esfera Pública e com a cidadania, tendo os mesmos autonomia para conduzir sua própria história, estando exclusivamente em cada um o potencial e a força de, coletivamente, construir um mundo melhor para todos, e não somente para alguns. Como afirma Demo, “nada é mais temido pelo Estado e pelo mercado do que uma população conscientemente organizada, com a qual tenha que se confrontar” (2001, P. 25).

Entendemos que a noção de Esfera Pública nos auxilia na perspectiva de se criar possibilidades de participação plena das pessoas nos meios de afirmação da sociedade contemporânea, como o mercado, o consumo e a propriedade, resgatando princípios e valores humanistas, tais como: liberdade, defesa

intransigente dos direitos humanos, democracia, equidade e justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania entendida como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes. Portanto, um projeto radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Desta forma, concluímos que os desafios postos pelos problemas sociais não serão resolvidos se não forem desvendados por quem se inquieta com os processos que atualmente colocam a liberdade humana rendida à urgência da necessidade, e que assim atuam no sentido de superá-los, pois como já dizia Guevara “o conhecimento nos faz responsáveis”.

Chegamos à seguinte perspectiva de que “é essa a nossa vitória: a determinação de lutar, lutar sempre, com a consciência da dimensão das dificuldades que se colocam a quem definiu como objetivo maior a substituição desta sociedade velha, baseada na injustiça, na desigualdade, na exploração, na opressão, por uma sociedade nova, justa, livre, solidária, fraterna” (poemas revolucionários).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Tradução brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedeti, 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate à pobreza: a teoria da prática**. Zahar, Rio de Janeiro, 1987.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALTIMIR, Oscar. La pobreza en América Latina. Un examen de conceptos y datos. **Revista de la CEPAL**, 1981.

ANDERSON, Perry. Balanço neoliberal. In SADER, Emir (Org.). **Pós- neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, 4ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da crise e metamorfoses no mundo do trabalho**. In Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVII, n.º 50, São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BAIJOT, G. Olhares sociológicos, imagens da pobreza e concepções de trabalho social. In \_\_\_\_\_. **Dossiê: Pobreza, justiça e Dádiva**. V. 17. Nº 40 – jan/ Abr. 2004.

BANCO MUNDIAL. Banco mundial prevê que localização será grande tendência nova no século XXI. Disponível na internet. [http:// worldbank.Org/html/extme/032po.htm](http://worldbank.Org/html/extme/032po.htm). 17 de setembro, 1999.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e historia.** 2.ed. Sao Paulo: Cortez, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de M. **A cidadania ativa.** Referendo, Plebiscito e iniciativa popular. São Paulo, Ática, 1991.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho:** paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social. Brasília: UnB ; Editora Letras Livres, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL, Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

BRASIL, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

BRIDGES, William. **Um mundo sem empregos.** Tradução José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo: Makron Books, 1995.

BUARQUE, Cristovan. **O que é apartação:** O apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O processo de globalização e seus rebatimentos no Estado.** I Congresso de Assistência Social na Amazônia, Belém/Pará, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Brasil real dos anos 90:** o desafio da questão social. Texto Mimeo, Fortaleza, 1997.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis : Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE, Vanderley M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo Educ, 2000.

CASTORIADIS. Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Paz e terra. Rio de Janeiro, 1982.

CASTRO, Alba Tereza Barroso. **Espaço público e cidadania**: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt. In: Revista Serviço Social e Sociedade No. 59. Rio de Janeiro: Cortez, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Brasil : **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Luciano de Souza. O desemprego e seus indicadores. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo**. São Paulo, Campinas: Unicamp.IE, 1999.

Delgado. G. C., **O Setor de subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira**: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea, Texto para Discussão nº 1025, IPEA, Brasília , junho de 2004.

DRAIBE, Sônia Miriam, Prioridades e perspectivas das políticas públicas para a década de 90. IPEA-IPLAN, Brasília, 1990.

DREIFUSS, René Armond. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização - novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social**: Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCOREL, Sarah. **“Exclusão no Brasil contemporâneo”**. ANPOCS, Caxambu, 1995.

\_\_\_\_\_. **“Clarificando os conceitos: desigualdade, pobreza, marginalidade, exclusão**. O que significa exclusão social?. Mimeo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FONTES, Virginia. Apontamentos para pensar as formas de exclusão. **Proposta**, (65), junho 1995, FASE, Rio de Janeiro.

FREYRE, Gilberto. **Casa - grande & senzala**. 43<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORRESTER. Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. "**Adeus ao proletariado**", Ed. Forense Universitária, 1982.

GAUDÊNCIO, Frigotto. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, Andre. **Metamorfosis del trabajo**. Madrid: Sistema, 1995.

GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: O projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário- Série de Estudos Alemães 102)

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades em Marx**. Barcelona: península, 1986.

HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 –1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** - 26<sup>a</sup> ed, São Paulo:Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 10<sup>a</sup>ed. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2002.

IPEA (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Anais do Seminário. Rio de Janeiro: IPEA, Agosto, 1999.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Assistidos e Assistentes: o feitiço da identidade atribuída**. In Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 54, ano XVIII, São Paulo: Cortez, 1997.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992.

LAVINAS, Lena. **Pobreza, desigualdade e exclusão: contextos atuais.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA URB-AL, 10., 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: PMSP, 2003. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br>.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** Tradução de Rogrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local X exclusão social:** a experiência das Prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES,2000.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Sousa- **O poder do atraso:** Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_.**A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_.**Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus,1997.

MAPA DA EXCLUSÃO. "Pesquisa Data Folha". São Paulo, 26/setembro/1998.

MARX, Karl. **O capital:** Critica da Economia Política (tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe). Vol. I. Livro I. São Paulo:Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich., **Manifesto Comunista.** (org.) Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MATOSSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo : Editora Página Aberta LTDA, 1995.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital.** São Paulo : Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO,1994.

\_\_\_\_\_, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis : Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. "**Exclusão: A Nova Questão Social**". Proposta, Rio de Janeiro, Vol.22, n.º 61, 1994.

NASCIMENTO, Milton Meira. **Rousseau: da servidão à liberdade** In: WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. "O Federalista". Vol. 1, 13ª Edição, São Paulo: ed. Ática, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**. Vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. In OLIVEIRA, Marco Antonio de. (Org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, São Paulo: Unicamp. IE, 1998.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço e ver. Maura Pardini Bicudo Veras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PARENTE, Josenio., Arruda, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PESQUISA: "Tendências Atuais das Famílias de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco em Fortaleza". UECE/PMF, publicada pela UNICEF.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado : exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PEREIRA, Potyara. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ. **Diagnóstico Social do Município de Maracanaú: Mapeamento preliminar das vulnerabilidades e riscos pessoais**. 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do indivisível ao divisível. In VON SIMON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida** (Italia-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

SADER, Eder. Pós-Neoliberalismo: **As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O avesso da maldição do Gênesis**: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

SARTI, A. S. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3ª ed. Cortez, 2005.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **Causas da pobreza**. São Paulo: FGV, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997

\_\_\_\_\_. **Renda Mínima: características e tendências da experiência brasileira**. São Luís: mimeo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Especificidades do Estado de Bem - Estar Social no Brasil**. São Luís: mimeo, 1997.

\_\_\_\_\_. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. IN: **Revista de Políticas Públicas** / UFMA / Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. V.1 nº 1. São Luís: EDUFMA, 2002.

\_\_\_\_\_. E; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política Social Brasileira no Século XXI**: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. IN: **Revista de Políticas Públicas** / Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v. 7, n. 2, São Luís: EDUFMA, 2003.

\_\_\_\_\_. O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. In Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, Brasília: UNB, 1999.

STEIN, Rosa Helena. **As políticas de transferências de renda na Europa e na América Latina: recentes ou tardias estratégias de proteção social?** Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2005.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Estimativa de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução: Pietro Nassetti - Coleção a obra-prima de cada autor. São Paulo: editora Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens e Discurso sobre as Ciências e as Artes**. Vol. 2, São Paulo: editora Nova Cultural, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento como expansão das capacidades**. Lua Nova, n. 28/29, 1993. SER SOCIAL. Periódico semestral do Programa de Pós-graduação em política social do Departamento de Serviço Social da UNB. **Exclusão Social e situações de risco**. Brasília: UNB, Nº 03, julho a dezembro, 1998.

SUPLICY, Eduardo M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo, Cortez: 2002.

TEIXEIRA, Francisco José Soares., Oliveira, Manfredo (Orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TEIXEIRA, Francisco José Soares (Org.). **Globalização e mercado de trabalho no Ceará**: transformação da organização da produção, das relações de trabalho e do padrão demográfico no Estado do Ceará. Ceará: UFC, 1999.

TELLES, Vera Lúcia da Silva. **Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social**: Nota sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: Tempo Social. V. 2, n 1. São Paulo: FFLCH? USP, 1990.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil e a constituição de Espaços Públicos. In: DAGINO, Evelina (org). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. No Fio da Navalha: Entre Carências e Direitos. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.) Programas de Renda Mínima no Brasil. **Revista Pólis**. n. 30 1998.

\_\_\_\_\_. **Direitos Sociais**: Afinal do que se trata? Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore, BÓGUS, Lúcia, YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs). - **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. (tradução Pietro Nasssetti) São Paulo: Martin Claret, 2002.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo a noção de exclusão. In Revista Serviço Social e Sociedade. n.º 55, ano XVIII, São Paulo: Cortez, 1993.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore, BÓGUS, Lúcia, YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs). - **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 2008.

WEISSHEIMER. Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de brasileiros**. São Paulo: ed Fundação Perseu Abramo. 2006.

VALADARES, Lúcia. **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)